

INFLAÇÃO NOS INSTRUMENTOS  
ECONÔMICO - FINANCEIROS

GILBERTO DE OLIVEIRA KLOECKNER

*Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE em Administração, área de Finanças, Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

ORIENTADOR: Rudolf Ornstein

Porto Alegre  
Junho de 1985.

**UFRGS**  
**Escola de Administração**  
**BIBLIOTECA**  
R. Washington Luiz, 855  
Fone: (51) 316-3840 - Fax: (51) 316-3991  
CEP 90010-460 - Porto Alegre - RS - Brasil

Dissertação apresentada aos Professores

- RUDOLF ORNSTEIN

- SÉRGIO DE IUDÍCIBUS

- ANTÔNIO CARLOS COITINHO FRAQUELLI

Porto Alegre, / /1985.

Vista e permitida a impressão.

Porto Alegre(RS), de de 1985.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Administração da UFRGS.

## AGRADECIMENTOS

A quatro pessoas desejo expressar meus profundos agra  
decimentos: ao Professor Sêrgio de Iudĩcibus, pela idêia do  
tema e conselhos iniciais; ã Professora Vêra Sueli Storck, pe  
la constante dedicaçãõ, incentivo e disponibilidade para tro  
ca de idêias durante todas as etapas do desenvolvimento deste  
trabalho; ã Professora Edi Madalena Fracasso, pelo incessante  
apoio e ao Professor Rudolf Ornstein, cuja orientaçãõ se fez  
presente não apenas na fase de dissertaçãõ, mas durante todo  
o curso.

## RESUMO

Este trabalho é uma contribuição ao estudo da ação inflacionária nos instrumentos econômico-financeiros, aqui definidos como o conjunto formado pelas demonstrações contábeis, análise econômico-financeira e orçamento.

Seu objetivo principal é examinar os efeitos ocasionados pela inflação nos instrumentos econômico-financeiros, como também as formas de correção utilizadas pelos administradores financeiros para depurar estas distorções. Assim, quatro passos são desenvolvidos para a consecução deste objetivo: o primeiro deles consiste no levantamento dos pontos dos instrumentos econômico-financeiros onde o viés inflacionário é mais significativo; no segundo passo são abordadas as formas básicas de correção das demonstrações contábeis, como a contabilidade a nível geral de preços, a contabilidade a custos de reposição, o método integrado, e o reflexo da utilização destes métodos na análise econômico-financeira e orçamento; no terceiro, é desenvolvida uma pesquisa de campo visando verificar se o administrador financeiro reconhece os efeitos inflacionários apontados, como também as formas de correção por ele utilizadas; o último passo compreende as conclusões acerca do assunto, sendo proposta a adoção de um modelo contábil e o caminho para sua implementação no caso brasileiro.

Quanto às conclusões, deve-se ressaltar que, ao provocar distorções nas demonstrações contábeis, a inflação prejudica não somente a análise econômico-financeira, mas também o orçamento. Salienta-se igualmente, que os administradores financeiros apresentaram um reconhecimento destes efeitos, entretanto, as correções por eles realizadas para depurar este viés são simples, não sendo aproveitados os métodos de contabilidade inflacionária existentes. Soma-se a isto, o fato do significado do resultado da correção monetária, apesar do tempo em que este processo está em vigor, ainda ser desconhecido pela grande maioria destes profissionais. Em consequência dos fatos acima, constatou-se que a análise econômico-financeira está se tornando um instrumento em que se deposita um grau de confiança cada vez menor.

Com efeito, espera-se que esta dissertação, mais do que uma abordagem da ação inflacionária nos instrumentos econômico-financeiros, seja uma conscientização no sentido da necessidade de elaboração de uma teoria contábil-financeira que efetivamente considere os efeitos da inflação e que possa ser utilizada pelos administradores financeiros brasileiros.

## ABSTRACT

This is a contribution to the study of the inflationary effects on the economic and financial tools, here defined as the set formed by the financial statements, financial analysis and budget.

Its main objective is to examine the effects caused by inflation on the economic and financial tools as well as the ways of correction used by finance managers to minimize such distortions. Thus, four steps are developed to attain this objective: the first one consists of a survey to find out the points in the economic and financial tools where the inflationary bias is most significant; the second step is an approach to the basic ways of correcting the financial statements, such as accounting for changes in the general price-level, accounting for changes in specific prices and the integrated method, and their consequences on the financial analysis and budget; in the third one, a field research is developed with the purpose of finding out if the finance manager recognizes the inflationary effects as well as the ways of correction used by him; the last step comprises the conclusions about the subject, where it is also proposed the adoption of an accounting method and its implementation in Brazil.

As for the conclusions, it must be emphasized that, by causing biases on financial statements, inflation

distorts the financial analysis as well as the budget. It is also highlighted that finance managers recognized such effects, but the corrections they do to minimize this bias are naive, and the existing accounting for inflation methods are not employed. It must be added that the meaning of the monetary correction result, in spite of the time lag this process is being used, is still unknown by the majority of these managers. As a result, it was verified that financial analysis is becoming a tool on which it is deposited a decreasing degree of confidence.

Finally, it is expected that this dissertation, more than an approach to the inflationary effects on the economic and financial tools, be an awareness toward the necessity of developing a finance theory that effectively considers the inflation effects and that may also be used by Brazilian finance managers.

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho procura analisar os efeitos da inflação nos instrumentos econômico-financeiros, o reconhecimento por parte dos administradores financeiros destes efeitos e a ação empreendida por estes profissionais no sentido de corrigir tais efeitos.

Para atingir a este intento, efetuou-se uma divisão do conteúdo em sete capítulos. No primeiro, delimita-se a problemática do estudo, ressaltando-se sua importância em um período de altas taxas inflacionárias como o atualmente vivenciado. No segundo capítulo são estabelecidos os objetivos, e no terceiro é explicitado o método seguido para atingi-los. No capítulo seguinte são analisadas as distorções que ocorrem nos instrumentos econômico-financeiros devidas a existência de inflação, e no quinto são apresentadas as formas básicas para correção do viés inflacionário. O sexto capítulo abrange uma pesquisa de campo realizada com o intuito de verificar, na prática, a maneira como os administradores financeiros reconhecem estas distorções e as ações por eles desenvolvidas para corrgi-las. Finalmente, no sétimo capítulo estão reunidas as conclusões e recomendações acerca do tema.

## SUMÁRIO

	PÁG.
APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO -----	1
2. OBJETIVOS -----	10
3. METODOLOGIA -----	12
4. DISTORÇÕES INFLACIONÁRIAS NOS INSTRUMENTOS ECONÔMICO - FINANCEIROS -----	16
4.1 - Critérios de Avaliação das Demonstrações Contábeis -----	16
4.2 - Inflação e as Demonstrações Contábeis -----	44
4.3 - Inflação e a Análise Econômico-Financeira -----	56
4.4 - Inflação e Orçamento -----	61
4.5 - Conclusão -----	68
5. CORREÇÃO DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICO - FINANCEIROS ---	69
5.1 - Correção das Demonstrações Contábeis -----	69
5.1.1 - Contabilidade a Nível Geral de Preços -----	70
5.1.2 - Contabilidade Considerando Mudanças em Preços Específicos (Contabilidade a Custos de Reposição) -----	86
5.1.3 - Integração da Contabilidade a Nível Geral de Preços e Contabilidade a Custos de Repo- sição (Método Integrado) -----	108
5.1.4 - Comparação Entre os Métodos de Correção das Demonstrações Contábeis -----	124

	PÁG.
5.2 - Correção da Análise Econômico-Financeira -----	132
5.3 - Correção do Orçamento -----	133
5.4 - Conclusão -----	135
6. RECONHECIMENTO E CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES	
INFLACIONÁRIAS -----	137
6.1 - Planejamento da Pesquisa -----	138
6.1.1 - População -----	138
6.1.2 - Administradores Financeiros Entrevistados -----	139
6.1.3 - Variáveis -----	140
6.1.4 - Operacionalização das Variáveis -----	143
6.2 - Os Efeitos Inflacionários nos Instrumentos Econômico-Financeiros: Reconhecimento e Ação nas Empresas -----	146
6.3 - Conclusão -----	159
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES -----	160
BIBLIOGRAFIA -----	166
ANEXOS	
1. ROTEIRO DE ENTREVISTA -----	178
2. INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS -----	180
2.1 - Demonstrações Contábeis -----	180
2.2 - Análise Econômico-Financeira -----	193
2.3 - Orçamento -----	211
3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO -----	216
3.1 - Correção Monetária -----	216
3.2 - Avaliação de Investimentos pelo Método de Custo --	223
3.3 - Avaliação de Investimentos pelo Método da Equi- valência Patrimonial -----	224
3.4 - Reavaliação -----	230

## LISTA DE QUADROS

	PÁG.
1 - Inflação Brasileira 1975 - 84 -----	3
2 - Balanço Patrimonial (Início do Exercício) -----	18
3 - Razão Auxiliar em ORTN - Depreciação -----	22
4 - Demonstração do Resultado do Exercício -----	23
5 - Balanço Patrimonial (Final do Exercício) -----	24
6 - Razão Auxiliar em ORTN - Depreciação -----	28
7 - Demonstração do Resultado do Exercício - Dois Períodos -----	30
8 - Balanço Patrimonial - Dois Períodos (Final do Exercício) -----	31
9 - Demonstração do Resultado Corrigida para Valores de Final do Exercício -----	35
10 - Balanços Patrimoniais das Empresas A, B e C (Início do Exercício) -----	38
11 - Demonstrações do Resultado do Exercício -----	39
12 - Razonetes do Disponível Relativos ao Exercício -----	40
13 - Balanços Patrimoniais das Empresas A, B e C (Final do Exercício) -----	41
14 - Situação I - $EI > EF$ -----	46
15 - Situação II - $EI < EF$ -----	47
16 - Demonstrações a Valores Constantes -----	63

	PÁG.
17 - Demonstrações a Valores Constantes Corrigidos -----	64
18 - Demonstrações a Valores Correntes -----	65
19 - Planilha de Financiamentos a Valores Constantes ----	66
20 - Planilha de Financiamentos a Valores Constantes Corrigidos -----	66
21 - Planilha de Financiamentos a Valores Correntes ----	66
22 - Balanço Patrimonial - Custo Histórico (Início do Exercício) -----	72
23 - Demonstração do Resultado do Exercício - Custo Histórico -----	74
24 - Balanço Patrimonial - Custo Histórico (Final do Exercício) -----	75
25 - Balanço Patrimonial (Início do Exercício) Cor- rigido para o Final do Exercício -----	78
26 - Balanço Patrimonial (Final do Exercício) Corri- gido para o Final do Exercício -----	80
27 - Cálculo do Ganho ou Perda Real nos Itens Mone- tários -----	82
28 - Demonstração do Resultado do Exercício Corrigida --	84
29 - Balanço Patrimonial - Custo de Reposição (Início do Exercício) -----	88
30 - Demonstração do Resultado do Exercício - Custo de Reposição -----	89
31 - Balanço Patrimonial - Custo de Reposição (Final do Exercício) -----	90
32 - Custo de Reposição do Equipamento -----	93
33 - Depreciação Anual - Custo de Reposição -----	94

34 - Economia de Custo Realizada -----	97
35 - Resumo da Depreciação e Economias de Custo do Equipamento -----	103
36 - Verificação do Valor Líquido do Equipamento ao Final do Exercício -----	105
37 - 1 <sup>a</sup> Etapa - Cálculo dos Ganhos Realizáveis Fictícios --	113
38 - 2 <sup>a</sup> Etapa - Cálculo dos Ganhos Realizados Fictícios ----	115
39 - 3 <sup>a</sup> Etapa - Cálculo dos Ganhos Reais -----	116
40 - 4 <sup>a</sup> Etapa - Cálculo da Mudança nos Ganhos Não Realizados Reais -----	117
41 - 5 <sup>a</sup> Etapa - Elaboração da Demonstração dos Resul tados Reais do Exercício -----	119
42 - Ajuste Patrimonial -----	120
43 - 6 <sup>a</sup> Etapa - Elaboração do Balanço Patrimonial - M <u>e</u> todo Integrado -----	123
44 - Balanços Patrimoniais (Início do Exercício) Em Va lores do Final do Exercício -----	125
45 - Balanços Patrimoniais (Final do Exercício) -----	126
46 - Demonstrações dos Resultados do Exercício -----	127
47 - Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários nos Instrumentos Econômico-Financeiros pelos Admi nistradores Financeiros -----	148
48 - Número de Casos Verificados nos Graus de Reconhe cimento dos Efeitos Inflacionários nos Instrumen tos Econômico-Financeiros -----	150
49 - Graus de Reconhecimento dos Efeitos Inflacioná rios (Prova de Komolgorov - Smirnov) -----	151

50 - Administradores Financeiros que Realizam e que Não Realizam Correções nos Instrumentos Econô- mico-Financeiros -----	153
51 - Graus de Reconhecimento de Distorções Inflacio- nárias e Correção dos Instrumentos Econômico- Financeiros -----	155
52 - Relação Entre Grau de Reconhecimento e Realiza- ção de Correções (Prova de Komolgorov - Smirnov)-----	157
53 - Balanço Patrimonial -----	182
54 - Demonstração do Resultado do Exercício -----	184
55 - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados -----	185
56 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ---	186
57 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos--	188
58 - Formato Geral de Orçamento de Caixa -----	214
59 - Contabilização de Imobilizado -----	221
60 - Contabilização de Depreciação -----	222
61 - Cálculo da Equivalência Patrimonial -----	229

## 1. INTRODUÇÃO

Um dos problemas que vêm sendo enfrentados na administração financeira, é o viés que o processo inflacionário provoca nos instrumentos econômico-financeiros, aqui entendidos como o conjunto formado pelas demonstrações contábeis, análise econômico-financeira e orçamento<sup>1</sup>. De um modo sucinto, isto acontece pelo fato de tais instrumentos serem registros e formulações constituídos essencialmente de preços que, ao variarem ao longo de um período, acabam dando origem a agregados de moeda com diferente poder de compra. Conseqüentemente, as análises empreendidas e as decisões tomadas pela área financeira, com base neste ferramental, sofrerão influência nociva, caso medidas corretivas não forem realizadas.

Tais medidas possuem, pelo menos, duas dimensões distintas. A primeira, de âmbito macroeconômico, concentra-se no combate à inflação, sendo responsabilidade, principalmente, do governo do país, uma vez que está atingindo a sociedade como um todo. A segunda dimensão, de caráter microeconômico, refere-se à depuração dos efeitos inflacionários dos instrumentos econômico-financeiros, cabendo este encargo à

---

1. A escolha destes três itens para a composição do grupo de instrumentos em pauta, deve-se ao fato de serem utilizados pela área financeira da grande maioria das empresas, e também, por estarem constantemente na literatura específica. Caso haja necessidade de consulta, estes instrumentos são apresentados em anexo.

própria organização e, em especial, ao administrador financeiro. O interesse deste trabalho situa-se neste último caso e, para a consecução de seus propósitos, apenas será necessária uma caracterização da inflação, o que é feito a seguir, e não uma abordagem ampla sobre o assunto.

Assim sendo, pode-se dizer que a inflação é fenômeno que tem sido verificado através de toda a história, em diversos países, e é definido como "... uma elevação persistente e apreciável nos níveis de preços"<sup>1</sup>. Nos últimos anos, observa-se que ela tem aumentado consideravelmente na economia brasileira, e assim se qualificado para ocupar lugar de destaque entre as maiores do mundo. O Quadro 1 apresenta seu comportamento de 1975 a 1984, onde são constatados, em apenas uma década, três estágios distintos: de 1975 a 1978 uma oscilação em torno de 40% ao ano; até 1982 uma elevação para taxas ao redor de 100%; a partir de 1983 subindo a níveis superiores a 200% ao ano.

Duas importantes correntes da economia (monetarista e estruturalista) procuram explicar a causa desse fenômeno<sup>2</sup>. A base para tal explicação é a equação de trocas de Fischer,  $MV=PT$ , onde M representa o suprimento de moeda, V sua velocidade de circulação, P o nível de preços e T a oferta global (física) de bens e serviços.

1. SHAPIRO, Edward. Análise macroeconômica. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1977. p. 663.

2. RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

Os monetaristas acreditam que o governo é o principal responsável pela inflação, pois, ao emitir moeda (M) para suprir seus déficits orçamentários, e, considerando V e T relativamente constantes a curto prazo, a citada emissão ocasionará uma elevação do nível geral de preços (P) a fim de manter-se o equilíbrio entre os membros da equação. Por outro lado, os estruturalistas propalam que a elevação de P é devida a pontos de estrangulamento na economia, notadamente na capacidade de importação e na oferta do setor agrícola.

QUADRO 1 - INFLAÇÃO BRASILEIRA 1975 - 84

ANO	TAXA ANUAL(%)
1984	233,8*
1983	211,0
1982	99,7
1981	95,2
1980	110,2
1979	77,2
1978	40,8
1977	38,8
1976	46,3
1975	29,4

Fontes: Conjuntura Econômica (IBRE/FGV)

\* Gazeta Mercantil

A posição monetarista pode ser combatida, atra-

vês da seguinte explicação<sup>1</sup>: grupos organizados manipulam uma alta de preços com base na inelasticidade específica da demanda de certos bens como, por exemplo, alimentação. Não se verificando interrupção de consumo nos bens que sofreram esta elevação, os demais produtos, com demanda mais elástica, experimentam uma diminuição na procura, provocando-se um acúmulo de estoques nos respectivos produtores/comerciantes. Estes, por sua vez, pressionam o sistema financeiro para ampliação do crédito, visto que, em grande parte, seus recursos estão empatados no estoque. Esta pressão é que forçará o governo a emitir moeda. A argumentação da escola estruturalista pode igualmente ser refutada<sup>2</sup>, uma vez que, após o processo de substituição de importação e expansão da produção agrícola brasileira, a pressão inflacionária intensificou-se.

Existem algumas teorias mais, que procuram igualmente identificar as causas do aumento irreversível no nível geral de preços<sup>3</sup>. Uma delas, afirma que o próprio governo de países cuja economia está em desenvolvimento, é um fator inflacionário. Ao realizar maciços investimentos destinados à formação de uma infra-estrutura econômica, gera-se um déficit orçamentário, que será coberto, não só pelo endividamento interno e taxação, mas também via emissão de moeda. Esta, ao ser injetada no sistema, aumenta a demanda global, gerando a chamada inflação de demanda. Outra teoria, apregoa que a infla

1. RANGEL, op. cit.

2. Idem, ibidem.

3. ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. 8 ed. São Paulo, Atlas, 1980.

ção é provocada pelo aumento dos custos dos bens e serviços, repassados aos consumidores. Negociação sindical, aumento dos preços dos bens básicos (por exemplo, petróleo) e retirada de subsídios são algumas de suas causas. É a denominada inflação de custos. Finalmente, a inflação de lucros, própria de oligopólios e monopólios, explica o aumento dos preços, como resultado do esforço das empresas que operam nestes mercados, para a obtenção de maiores lucros, em níveis acima daqueles necessários para compensar o incremento nos custos.

Na realidade, não se pode identificar um único fato gerador de inflação, uma vez que esta existe em função de uma conjugação de causas, influenciando em maior ou menor grau, interligadas de uma forma sistêmica, tornando muito complexo o processo de interrupção do crescimento do nível geral de preços.

As consequências inflacionárias são diversas. Para citar algumas, tem-se que o poder aquisitivo da moeda é reduzido, atingindo principalmente os consumidores que percebem salários temporariamente fixos. Também se verifica influência no mercado de crédito, quando uma elevação de preços que não era esperada, tanto em magnitude quanto em época, efetivamente veio a ocorrer. Neste caso, os credores são prejudicados e os devedores beneficiados, desde que as condições dos contratos especifiquem cláusulas de variação monetária prefixada. Os investimentos produtivos são igualmente afetados, uma vez que as aplicações passam a se concentrar em áreas especulativas, com lucros a curto prazo. No campo internacional, se não ocorrer uma imediata desvalorização cambial, haverá um

encorajamento excessivo das importações, acarretando efeitos perniciosos, como, por exemplo, desequilíbrio na balança comercial, desativação da indústria nacional e desemprego. Finalmente, em períodos de preços estáveis, a elevação do preço de um produto significaria redução de sua oferta, como o inverso também seria verdadeiro. Porém, em épocas de inflação, esse papel orientador exercido pelo sistema de preços acaba perdendo sua validade.

Assim, a inflação ao atingir os diversos segmentos da sociedade, influencia também, diretamente, os instrumentos econômico-financeiros, ocasionando distorções. Estas ocorrem, basicamente, por dois motivos: o primeiro deles, mencionado anteriormente, aponta como razão, o fato dos elementos formadores das demonstrações contábeis (receitas, custos, despesas e quase todos os valores patrimoniais) nada mais serem do que conjuntos de preços, estando estes ligados à inflação. Conseqüentemente, suas relações e projeções (análise econômico-financeira e orçamento) certamente serão, de algum modo, prejudicadas, acarretando conseqüências nas decisões decorrentes. O segundo motivo está vinculado ao núcleo da doutrina contábil, que está estruturado em função dos princípios contábeis geralmente aceitos, originários "... de épocas remotas em que não se sentia o problema das variações de preços de forma intensa como tem ocorrido nos últimos cinquenta anos..."<sup>1</sup>. Este con-

---

1. IUDICIBUS, Sergio de. Teoria da Contabilidade. São Paulo, Atlas, 1981. p. 216.

texto provocou manifestação no sentido de buscar soluções para o problema, sendo afirmado, inclusive, que "praticamente todos os capítulos de um livro de administração financeira deveriam ser reescritos levando-se em conta o efeito da inflação"<sup>1</sup>. Tal fato ainda não ocorreu no Brasil, onde continuam sendo adotados, na disciplina citada, livros oriundos de países onde a inflação reside em patamares extremamente baixos. Apesar de diversas contribuições estarem sendo feitas<sup>2</sup>, às quais podem ser incorporados os trabalhos de Puggina<sup>3</sup> e Boucinhas<sup>4</sup>, inexistente até hoje, um conjunto de conteúdos que pudesse ser chamado de Teoria Financeira Inflacionária.

Vivenciando esta realidade de inflação alta, de instrumentos econômico-financeiros distorcidos, e de inexistência de uma teoria sólida adaptada a esta conjuntura, encontra-se, no meio empresarial, o administrador financeiro. Este profissional tem por função "... rever e controlar as decisões a fim de distribuir e redistribuir recursos financeiros para novos usos ou para usos antigos"<sup>5</sup>. Em decorrência de sua

1. IUDICIBUS, Sérgio de et alii. Formulações orçamentárias e planejamento de lucro em condições inflacionárias: algumas considerações. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 13(44):12-20, jan./mar. 1983. p. 13.
2. Sobre este assunto ressalta-se os trabalhos oriundos da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, onde se destacam os de autoria de Sérgio de Iudicibus e Eliseu Martins, muitos dos quais citados nesta dissertação.
3. PUGGINA, Wladimir A. Decisões financeiras da empresa em um contexto inflacionário: notas para debate. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 21(1):69-75, jan./mar. 1981.
4. BOUCINHAS, José F. C. Custo, estrutura de capital e decisões de investimento em condições de inflação. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 20(4):7-12, out./dez. 1980.
5. SOLOMON, Ezra. Teoria da Administração Financeira. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 15.

função, o âmago de sua administração (essência) está vinculado à resolução das seguintes questões:

- . quais ativos comprar?
- . quanto investir?
- . como financiar?

referindo-se, as duas primeiras perguntas, à determinação do volume e composição dos investimentos (ativos), e a última, à estrutura de capital (passivo exigível a longo prazo e patrimônio líquido). Conclui-se, assim, que sua atuação não fica restrita apenas à área financeira, mas está relacionada com todas as outras áreas da empresa - mercadológica, produção, etc. - sempre que são tomadas decisões sobre aquisição ou dissolução de ativos, enfatizando-se, desta maneira, o enfoque sistêmico próprio das organizações modernas.

Considerando-se, então, uma economia com a presença de uma inflação alta e crescente, que provoca distorções nos instrumentos econômico-financeiros, utilizados pelo administrador financeiro para o desenvolvimento de sua gestão, cabe, agora, colocar as seguintes questões:

- a) quais são as distorções que a inflação provoca nos instrumentos econômico-financeiros?
- b) como podem estes instrumentos ser corrigidos de modo a diminuir, ou mesmo eliminar, os efeitos inflacionários?
- c) o administrador financeiro efetivamente reconhece as distorções inflacionárias existentes em seu instrumental?

- d) qual o grau em que ocorre este reconhecimento?
- e) este administrador realiza correções nos seus instrumentos para combater as distorções inflacionárias?
- f) quais são estas correções?
- g) existe relação entre grau de reconhecimento, por parte do administrador financeiro, das distorções inflacionárias que ocorrem no instrumental econômico-financeiro e a realização de correções nestes instrumentos, por este profissional?

A fim de responder tais perguntas, estabelecem-se, para este estudo, os objetivos que seguem.

## 2. OBJETIVOS

Os objetivos do presente estudo compreendem:

### Objetivo Geral:

Analisar os efeitos ocasionados pela inflação nos instrumentos econômico-financeiros, como também as formas de correção utilizadas pelos administradores financeiros para depurar estas distorções.

### Objetivos Específicos:

- . Levantar as distorções existentes nos instrumentos econômico-financeiros devidas à ocorrência da inflação;
- . levantar as formas básicas existentes de correção destes instrumentos a fim de diminuir ou mesmo eliminar as distorções neles provocadas pela inflação;
- . verificar o grau de reconhecimento, pelo administrador financeiro, dos efeitos inflacionários nos instrumentos econômico-financeiros;

- . verificar quais as formas de correção realizadas por este profissional a fim de abrandar ou eliminar os citados efeitos;
- . verificar a existência de relação entre grau de reconhecimento, por parte do administrador financeiro, das distorções inflacionárias que ocorrem no instrumental econômico-financeiro e a realização de correções nestes instrumentos, por este profissional;
- . propor, se for o caso, um modelo de correção dos efeitos inflacionários nos instrumentos econômico-financeiros.

### 3. METODOLOGIA

Na introdução deste trabalho, foram propostas diversas questões acerca do tema "inflação nos instrumentos econômico-financeiros". Apesar de versarem sobre um mesmo assunto, modos diferentes foram selecionados para respondê-las, a fim de que os objetivos propostos fossem atingidos. Desta maneira, a resposta às duas primeiras questões ("Quais são as distorções que a inflação provoca nos instrumentos econômico-financeiros?" e "Como podem estes instrumentos ser corrigidos de modo a diminuir, ou mesmo eliminar, os efeitos inflacionários?"), será buscada através de pesquisa bibliográfica, uma vez que sua base é essencialmente teórica. Quanto às demais perguntas, sobre o reconhecimento, pelo administrador financeiro, dos efeitos inflacionários em seu instrumental e a ação por ele desencadeada para corrigi-los, serão procuradas soluções na pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica a ser empreendida, além de livros de contabilidade e finanças, reunirá os artigos relevantes, pertinentes ao assunto, dos seguintes periódicos:

#### a) Nacionais

- . Revista de Administração de Empresas
- . Revista de Administração IA - USP
- . Revista Brasileira de Contabilidade

- . Revista Brasileira de Mercado de Capitais
- . Revista Conjuntura Econômica

b) Estrangeiros

The Accounting Review  
Financial Analysts Journal  
Harvard Business Review  
The Journal of Finance

Complementarmente, artigos de jornais e outras revistas, assim como teses, serão igualmente considerados, a fim de que se possa, ao final deste levantamento, a fundamentação teórica suficiente para a pesquisa de campo a ser desenvolvida.

Quanto à pesquisa de campo, é necessário que duas considerações sejam tecidas a seu respeito, para que ela possa vir a ser classificada convenientemente. Em primeiro lugar, deve-se dizer que serão entrevistados administradores financeiros que operam num mercado formado em sua grande maioria por empresas familiares, onde seus integrantes procuram não comentar aspectos internos, independentemente de sua importância, principalmente os relativos à gestão financeira. So ma-se a isto, o fato de mapas, técnicas de projeção e tipos de controle, quando existirem, fazerem parte do "ativo administrativo" onde, provavelmente, houve investimento de recursos para o seu desenvolvimento. Assim sendo, não é de se esperar que, administradores financeiros de empresas escolhidas aleatoriamente, revelem espontaneamente estas informações a um entrevistador. Conseqüentemente, para contornar este obstáculo,

serão considerados apenas os profissionais que efetivamente se disponham a fornecer as informações solicitadas, abandonando-se, desta forma, o aspecto aleatoriedade da amostra. Em segundo lugar, o tema é relativamente inexplorado, conferindo à pesquisa características de familiarização com o fenômeno dos efeitos inflacionários nos instrumentos econômico-financeiros e sua percepção pelos administradores financeiros. Estes dois pontos, além do fato de que hipóteses serão testadas e verificadas, também, a relação entre variáveis, serão determinantes na classificação da pesquisa.

Com base no exposto, a pesquisa de campo pode ser enquadrada como um estudo exploratório-descritivo<sup>1</sup>, que se constitui num estrato intermediário entre estudos quantitativo-descritivos e exploratórios. Sendo conveniente a compreensão do significado dos dois últimos para o entendimento do primeiro, pode-se dizer que a investigação quantitativo-descritiva é de natureza empírica, e tem por finalidade principal a verificação de hipóteses, a avaliação de programas, a descrição da população e o estudo de relação entre variáveis. A seleção aleatória da amostra e a manipulação de variáveis independentes, não são incluídas neste estudo. Por outro lado, as pesquisas exploratórias são, também, investigações empíricas, cujo objetivo é a formulação de um problema ou questões, com

---

1. Esta classificação obedece aos critérios tratados em TRIPODI, Tony et alii. Análise da pesquisa social. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

o conseqüente desenvolvimento de hipóteses ou, simplesmente, a busca de familiaridade com um fenômeno ou ambiente, para uma pesquisa futura mais precisa. Neste caso, os procedimentos de amostragem representativa de uma população, via de regra, não são usados, sendo comum o estudo intensivo de um pequeno número de unidades de comportamento. Logo, um estudo exploratório - descritivo é um estágio de transição entre os dois grupos acima, na medida em que agrega características exploratórias, no que se refere à busca de familiaridade com um fenômeno ou ambiente e o abandono da amostragem representativa, e traços quantitativos - descritivos, presentes na verificação de hipóteses e relação entre variáveis, o que vem justificar a classificação da pesquisa de campo deste trabalho como exploratório - descritiva.

#### 4. DISTORÇÕES INFLACIONÁRIAS NOS INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Para que seja respondida a pergunta sobre as distorções que a inflação provoca nos instrumentos econômico-financeiros, formulada na introdução deste trabalho, serão analisados, neste capítulo, os principais pontos em que estas distorções se verificam. Entretanto, este assunto somente receberá um tratamento adequado, se forem examinados, inicialmente, os critérios de avaliação das demonstrações contábeis, destacando-se, nesta análise, o real significado da correção monetária do balanço. Posteriormente, com estes critérios já abordados, poder-se-á desenvolver o estudo sobre o efeito da inflação nas demonstrações contábeis, na análise econômico-financeir<sup>a</sup> e no orçamento.

##### 4.1 Critérios de Avaliação das Demonstrações Contábeis

Os artigos 183 e 184 da Lei 6404 de 15 de dezembro de 1976<sup>1</sup> tratam da avaliação dos elementos do ativo e passivo, respectivamente. Assim, em linhas gerais, os componen-

1. BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei das sociedades por ações. 13. ed. São Paulo, Atlas, 1982.

tes do ativo serão registrados pelo custo de aquisição ou valor aplicado, diminuído das provisões para ajuste ao valor de mercado, se este for menor, da depreciação, amortização e exaus<sup>t</sup>ão, quando for o caso, e ajustados pela correção cambial, monetária, juros e equivalência patrimonial. No que se refere ao passivo, as obrigações e o patrimônio líquido serão computados pelo valor atualizado através da correção cambial, monetária e juros até a data do balanço.

A citada legislação abrange ainda quatro mêtodos que possuem em sua concepção e operacionalização um vínculo com o processo inflacionário. São eles: correção monetária, avaliação dos investimentos pelo método do custo, avaliação dos investimentos pelo método da equivalência patrimonial e reavaliação<sup>1</sup>. Ao método da correção monetária deve ser dispensada especial atenção uma vez que ã primeira vista, pode-se entender que o resultado da correção monetária nada mais é do que a diferença entre a correção monetária do ativo permanente e a do patrimônio líquido, sendo este saldo somado ou subtraído ao lucro operacional do exercício conforme seja credor ou devedor, respectivamente. Com a ajuda de um exemplo procurar-se-á mostrar que a correção monetária tem um significado mais amplo do que este cálculo aritmético.

Suponha-se que uma empresa apresente o balanço patrimonial do Quadro 2, no início de seu exercício.

<sup>1</sup>. Uma vez que estes métodos são básicos e, em princípio conhecidos pelos iniciados no assunto, não constarão do corpo deste trabalho. São, entretanto, apresentados em anexo para eventual consulta.

## QUADRO 2 - BALANÇO PATRIMONIAL (Início do Exercício)

ATIVO	PASSIVO
Disponível ----- 1.000	Fornecedores ----- 25.000
Investimentos no	Empréstimos ----- 20.000
mercado aberto ----- 2.000	Total do Circulante-- 45.000
Estoques ----- 40.000	Patrimônio Líquido
Duplicatas a receber - 10.000	Capital + Reservas ---28.000
Total do Circulante 53.000	
Imobilizado ----- 25.000	
- Depreciação acumu lada ----- (5.000)	
Total do Permanente -- 20.000	
Ativo Total ----- 73.000	Passivo Total ----- 73.000

Durante o exercício foram realizadas as seguintes operações:

1) Vendas no total de \$ 50.000, sendo:

a) 80% a vista = \$ 40.000

b) 20% a prazo = \$ 10.000

c) nestas vendas foi comercializado 75% do estoque inicial.

2) Compras de estoques no valor de \$ 20.000, nas seguintes condições:

a) 50% a vista = \$ 10.000

b) 50% a prazo = \$ 10.000

3) Recebimento de 50% das duplicatas a receber existentes no início do exercício. Portanto, o total recebido é de \$ 5.000.

4) Pagamento de \$ 15.000 relativos a fornecedores.

5) Despesas administrativas: \$ 10.000 pagas a vista.

6) Taxas no período:

a) Variação da ORTN: 10%

b) Custo dos empréstimos: 12%

c) Rendimento das aplicações: 11%

Para fins de simplificação, supõe-se a inexistência de imposto sobre a renda das aplicações.

A seguir são apresentados os razonetes das operações do período. Os valores iniciais estão sublinhados e o número das operações indicados entre parênteses.

VENDAS	
	<u>50.000</u> (1)
	50.000

DUPLICATAS	
<u>10.000</u>	5.000 (3)
(1b) 10.000	
15.000	

DISPONÍVEL	
<u>1.000</u>	10.000 (2a)
(1a) 40.000	15.000 (4)
(3) 5.000	10.000 (5)
11.000	

ESTOQUES	
<u>40.000</u>	30.000 (1c)
(2) 20.000	
30.000	

C.M.V.	
(1c) 30.000	
30.000	

FORNECEDORES	
(4) 15.000	<u>25.000</u>
	10.000 (2b)
	20.000

EMPRÉSTIMOS	
	<u>20.000</u>
	2.400 (6b)
	22.400

DESPESA FINANCEIRA	
(6b) 2.400	
2.400	

INVESTIM. NO MERC. ABERTO	
<u>2.000</u>	
(6c) 220	
2.220	

RECEITA FINANCEIRA	
	220 (6c)
	220

DESP. ADMINISTRATIVAS	
(5) 10.000	
10.000	

DESP. DE DEPRECIAÇÃO	
275 <sup>**</sup>	
275	

CORREÇÃO MONETÁRIA	
2.800 <sup>*</sup>	2.500 <sup>*</sup>
500 <sup>**</sup>	
800	

\* Cálculo da Correção Monetária

$$\begin{aligned} \text{Correção Monetária do Patrimônio Líquido} &= \$ 28.000 \times 10\% \\ &= 2.800 \end{aligned}$$

$$\text{Correção Monetária do imobilizado (excluída a depreciação)} =$$

\$ 25.000 X 10% = \$ 2.500

\*\* Cálculo da Depreciação e da Correção Monetária da Depreciação

Para efetivação deste cálculo é necessário que sejam considerados os seguintes dados:

. valor da ORTN no mês anterior ao início do exercício: \$ 10

. valor da ORTN ao final do exercício: \$ 11

. valor do imobilizado, em ORTN's, ao final do exercício anterior: 2500 ORTN's

. valor da depreciação acumulada, em ORTN's, ao final do exercício anterior: 500 ORTN's

. taxa de depreciação no período: 1%

. depreciação no período: 2500 ORTN's x 1% = 25 ORTN's

25 ORTN's x \$ 11 (valor da ORTN ao final do período) = \$ 275

. saldo inicial da depreciação acumulada: 500 ORTN's

saldo final da depreciação acumulada: 525 ORTN's  
ou, 525 ORTN's x \$ 11 = \$ 5.775

. a correção monetária da depreciação no período é calculada da seguinte forma:

Correção Monetária da Depreciação = \$ 5.775 -  
(\$ 5.000 + \$ 275) = \$ 500

Este mesmo cálculo é apresentado no Quadro 3.

## QUADRO 3 - RAZÃO AUXILIAR EM ORTN - Depreciação

DATA	HISTÓRICO	VALOR EM \$	ORTN		Nº DE ORTN's		
			PERÍODO	VALOR	ACRÉSCIMO	DIMI- NUIÇÃO	SALDO
Início do Período	Saldo de Abertura	5.000	Início	10	500	-	500
Fim do Período	Depreciação no Período	275	Fim	11	25	-	525
	Sub-Total	5.275					
	Correção Mo- netária	500					
	Saldo de En- cerramento	5.775	Fim	11	-	-	525

Os Quadros 4 e 5 apresentam, respectivamente, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial final.

## QUADRO 4 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Vendas -----	50.000
CMV* -----	<u>(30.000)</u>
Lucro Bruto -----	20.000
Despesas Administrativas -----	(10.000)
Depreciação -----	(275)
Resultado Financeiro -----	(2.180)
Desp. Finan. (2400)	
Rec. Financ. 220	
Lucro Operacional -----	<u>7.545</u>
Resultado da Correção	
Monetária -----	<u>(800)</u>
Lucro Antes do I.R. -----	6.745
Provisão p/I.R. (40%) -----	<u>(2.698)</u>
Lucro Líquido -----	4.047

\* O CMV também pode ser encontrado somando-se as compras à variação dos estoques:

compras	20.000
+ estoque inicial	40.000
- estoque final	<u>(30.000)</u>
CMV	30.000

## QUADRO 5 - BALANÇO PATRIMONIAL (Final do Exercício)

ATIVO	PASSIVO
Disponível ----- 11.000	Fornecedores ----- 20.000
Investimentos no mercado aberto ----- 2.220	Empréstimos ----- 22.400
Estoques ----- 30.000	Provisão p/ I.R. --- 2.698
Duplicatas a receber -- 15.000	Total do Circulante- 45.098
Total do Circulante --- 58.220	Patrimônio Líquido
Imobilizado ----- 27.500	Capital + Reservas-- 30.800
- Depreciação acumulada-- (5.775)	Lucro do Exercício-- 4.047
Total do Permanente --- 21.725	Total do Patr. Líquido-- 34.847
Ativo Total ----- 79.945	Passivo Total ----- 79.945

Elaboradas estas demonstrações, cabe agora questionar qual o verdadeiro significado do resultado da correção monetária encontrado. De acordo com Martins, este resultado representa "... a diferença líquida entre ganhos nos passivos monetários, perdas nos ativos monetários e correção monetária não efetuada das receitas e despesas do exercício"<sup>1</sup>, englobando também a correção do saldo inicial dos estoques.

1. MARTINS, Eliseu. Análise da correção monetária das demonstrações financeiras; implicações no lucro e na alavancagem financeira. São Paulo, Atlas, 1980. p. 23.

Antes desta afirmação ser verificada, é essencial que se entendam as expressões ativos e passivos monetários (itens monetários) e ativos e passivos não monetários (itens não monetários). Assim, itens monetários são aqueles ativos e passivos "... que se converterão em dinheiro por valores ou bases já definidos, pois têm um valor nominal base"<sup>1</sup>, independentemente de mudanças nos preços. Como exemplo de ativos monetários cita-se numerário em caixa, depósitos em bancos, contas a receber, adiantamentos, impostos e valores a recuperar. Os passivos monetários mais comuns são: fornecedores, notas promissórias a pagar, salários a pagar, obrigações fiscais, encargos sociais a recolher e dividendos declarados e não pagos.

Por outro lado, itens não monetários são aqueles que não se enquadram na categoria de monetários. No caso dos ativos, "... estão representados por bens ou direitos que têm substância econômica própria; não se destinam à conversão em dinheiro, mas à geração da atividade da empresa, e o seu valor econômico não é nominal ou preestabelecido, pois é regulado pelo mercado"<sup>2</sup>. Os estoques, o imobilizado e os investimentos fazem parte deste grupo. Cabe ressaltar ainda, que os passivos são essencialmente monetários, uma vez que seus valores ou bases de pagamento já estão definidos.

1. IUDICIBUS, Sérgio de et alii. Contabilidade intermediária. São Paulo, Atlas, 1981. p. 244.

2. Ibidem.

Desta forma, se um ativo monetário é mantido durante um período de inflação, ocorre uma perda no poder aquisitivo. Se o período for de deflação, ocorre um ganho. Mas se existe um passivo monetário em época inflacionária, ter-se-á um ganho e, contrariamente, este passivo proporcionará perdas em época de deflação. Logo, a manutenção de ativos e passivos monetários causa perdas e ganhos reais como resultado direto da inflação.

Uma vez esclarecidos os significados destes termos, pode-se agora verificar quanto a veracidade da afirmação de Martins.

Desta forma, tem-se:

Ganho nos passivos monetários

Fornecedores: \$ 25.000 x 10% = \$ 2.500

Empréstimos: \$ 20.000 x 10% = \$ 2.000

Total = \$ 4.500

Perda nos ativos monetários

Disponível: \$ 1.000 x 10% = \$ 100

Inv. no mercado aberto: \$ 2.000 x 10% = \$ 200

Duplicatas a receber: \$ 10.000 x 10% = \$ 1.000

Total = \$ 1.300

Correção do saldo inicial dos estoques: \$ 40.000 x 10% = \$ 4.000

Note-se que, apesar de não ser um ativo monetário, para efeito de apuração do resultado da correção monetária, os estoques são incluídos nesta categoria.

Resultado da correção monetária = \$ 4.500 - \$1.300 - \$ 4.000 = (\$800)

Para uma análise mais profunda da relação existente entre correção monetária e depreciação, suponha-se as mesmas operações realizadas em dois períodos com as seguintes taxas:

- . Variação da ORTN: 10% no primeiro período  
20% nos dois períodos
  
- . Custo dos empréstimos: 12% no primeiro período  
24% nos dois períodos
  
- . Rendimento das aplicações: 11% no primeiro período  
22% nos dois períodos

O cálculo da depreciação está apresentado no Quadro 6.

QUADRO 6 - RAZÃO AUXILIAR EM ORTN - Depreciação

DATA	HISTÓRICO	VALOR EM \$	ORTN		Nº DE ORTN's		
			PERÍODO	VALOR	ACRÉSCIMO	DIMI- NUIÇÃO	SALDO
Início do 1º Período	Saldo de Abertura	5.000	Início	10	500	-	500
Fim do 1º Período	Depreciação no 1º Período	275	1º pe- ríodo	11	25	-	525
Fim do 2º Período	Depreciação no 2º Período	300	2º pe- ríodo	12	25	-	550
	Sub-Total	5.575					
	Correção Monetária	1.025					
	Saldo de Encerramen- to	6.600		12			550

Devem ser modificados os seguintes razonetes:

INVESTIM. NO MERC. ABERTO	
2.000	
440	
2.440	

RECEITA FINANCEIRA	
	440
	440

EMPRÉSTIMOS	
	20.000
	4.800
	24.800

DESPEZA FINANCEIRA	
4.800	
4.800	

DESPEZA DE DEPRECIAÇÃO	
575	
575	

CORREÇÃO MONETÁRIA	
5.600	5.000
1.025	
1.625	

As demonstrações resultantes estão apresentadas nos Quadros 7 e 8.

QUADRO 7 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -  
Dois Períodos

Vendas -----	50.000
CMV -----	( <u>30.000</u> )
Lucro Bruto -----	20.000
Despesas Administrativas -----	(10.000)
Depreciação -----	(575)
Resultado Financeiro -----	(4.360)
Desp. Fin. (4.800)	
Rec. Fin. 440	_____
Lucro Operacional -----	5.065
Resultado da Correção Monetária -----	( <u>1.625</u> )
Lucro Antes do I.R. -----	3.440
Provisão p/I.R. (40%) -----	( <u>1.376</u> )
Lucro Líquido -----	2.064

QUADRO 8 - BALANÇO PATRIMONIAL - Dois Períodos  
(Final do Exercício)

ATIVO	PASSIVO
Disponível ----- 11.000	Fornecedores ----- 20.000
Investimento no mercado aberto ----- 2.440	Empréstimos ----- 24.800
Estoques ----- 30.000	Provisão P/I.k. ----- 1.376
Duplicatas a receber- 15.000	Total do Circulante-- 46.176
Total do Circulante-- 58.440	Patrimônio Líquido
Imobilizado ----- 30.000	Capital + Reservas -- 33.600
- Depreciação acumulada (6.600)	Lucro do Exercício -- 2.064
Total do Permanente-- 23.400	Total do Patr. Líquido 35.664
Ativo Total ----- 81.840	Passivo Total ----- 81.840

Assim, o resultado da correção monetária, no valor de (\$ 1.625), significa:

Ganho nos passivos monetários

Fornecedores: \$ 25.000 x 20% = \$ 5.000

Empréstimos: \$ 20.000 x 20% = \$ 4.000

Total = \$ 9.000

Perda nos ativos monetários

Disponível:	\$ 1.000 x 20% = \$	200
Inv. no merc. aberto:	\$ 2.000 x 20% = \$	400
Duplicatas a receber:	\$ 10.000 x 20% = \$	<u>2.000</u>
	Total = \$	2.600

Correção do saldo inicial dos estoques:

$$\$ 40.000 \times 20\% = \$ 8.000$$

Verifica-se que a diferença entre ganhos e perdas é de \$ 9.000 - \$ 2.600 - \$ 8.000 = (\$ 1.600). Os (\$25) restantes para a complementação dos (\$1.625) são a correção monetária da parcela da depreciação relativa ao primeiro período, calculada da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{Complementação da depreciação} &= \text{parcela da depreciação do 1º período} \times \\ &\left( \frac{\text{ORTN do 2º período} - 1}{\text{ORTN do 1º período}} \right) \\ &= 275 \times \left( \frac{12 - 1}{11} \right) \\ &= 25 \end{aligned}$$

No caso de existirem n períodos, esta parcela de complementação da depreciação (CD) será dada pela fórmula:

$$CD = \sum_{i=1}^{n-1} \left[ \text{parcela de depreciação do período } i \times \left( \frac{\text{ORTN do } n^{\text{ésimo}} \text{ período}}{\text{ORTN do } i^{\text{ésimo}} \text{ período}} - 1 \right) \right]$$

A seguir, serão tecidas algumas considerações sobre a correção monetária dos balanços.

a) Se a receita financeira, assim como a despesa financeira são contas operacionais, conseqüentemente deve-se classificar o resultado da correção monetária, que representa essencialmente ganhos e perdas nos itens monetários, também como operacional. Note-se que, no exemplo anterior obteve-se \$ 220 de receita financeira quando, em verdade, tem-se:

Investimento inicial no mercado aberto:	\$ 2.000
Correção do investimento (10%):	\$ 200
Receita financeira:	<u>\$ 20</u>
Valor do investimento ao final do	
exercício:	\$ 2.220

A correção do investimento inicial é a manutenção do poder de compra dos \$ 2.000 no final do exercício via indexação pela ORTN. A partir do exposto, a receita financeira seria melhor representada conforme segue:

Receita financeira bruta:	\$ 220
Perda pela manutenção do investimento:	<u>(\$ 200)</u>
Receita financeira líquida:	\$ 20

Assim, "à medida que os rendimentos da aplicação financeira são classificados como operacionais, também devem sê-los os valores relativos à perda sofrida pelo valor aplicado"<sup>1</sup>. Raciocínio análogo poderia ser empregado nos demais itens monetários, levando a melhor interpretação dos resultados.

b) O processo de correção monetária atualmente empregado no país, também representa as correções não efetuadas

<sup>1</sup>. MARTINS, op. cit., p. 13.

das receitas e despesas<sup>1</sup>. Tomando como base a primeira etapa do exemplo anterior, suponha-se que as receitas e despesas tenham ocorrido uniformemente ao longo do período, e que o multiplicador 1,05 seja o fator médio de correção das contas para valores de final de exercício. O Quadro 9 apresenta esta correção.

---

1. Ibidem

QUADRO 9 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CORRIGIDA PARA VALORES DE FINAL DE EXERCÍCIO

Vendas:	$50.000 \times 1,05 =$	52.500
CMV		
Estoque Inicial:	$40.000 \times 1,10 =$	(44.000)
Compras:	$20.000 \times 1,05 =$	(21.000)
Estoque Final <sup>a</sup> :	$30.000 \times 1,00$	<u>30.000</u>
Lucro Bruto Corrigido:		17.500
Despesas Admin.:	$10.000 \times 1,05 =$	(10.500)
Depreciação <sup>b</sup> :	$275 \times 1,00 =$	(275)
Resultado Finan.:	$2.180 \times 1,05 =$	<u>(2.289)</u>
Lucro Antes dos Ganhos e Perdas nos		
Itens Monetários:		4.436
Itens Monetários		
Ganho no Saldo Inicial:	$32.000^c \times 0,10 =$	3.200
Perdas no Acréscimo:	$17.820^d \times 0,05 =$	<u>(891)</u>
Lucro Corrigido Antes da Provisão p/I.R.		6.745
Provisão p/I.R. (40%)		<u>(2.698)</u>
Lucro Líquido Corrigido		4.047

<sup>a</sup> Considera-se o estoque final como formado ao final do exercício.

<sup>b</sup> A depreciação já está em valor do final do exercício.

<sup>c</sup> Valor oriundo da seguinte equação:  
Saldo Inicial dos Itens Monetários = Disponível + Inv. no Mercado Aberto + Duplicatas a Receber - Fornecedores - Empréstimos.

<sup>d</sup> Valor encontrado subtraindo-se do saldo final dos itens monetários (fórmula idêntica à do saldo inicial) o saldo inicial destes mesmos itens. A provisão p/I.R. não é computada nos acréscimos ao longo do exercício, pois é um valor formado ao final deste.

Deste exemplo constata-se que, mesmo corrigindo receitas e despesas, chega-se ao resultado final encontrado anteriormente. Por esta razão, a correção monetária do balanço representa um ajuste de valores a preços de final de exercício, apesar de não efetuá-lo explicitamente, e, conseqüentemente, as contas de lucro após o resultado da correção monetária, estão em valores de final do exercício.

O estoque final, mesmo que seja formado em data anterior ao encerramento do exercício, não sofre algum ajuste, constituindo-se este fato numa falha do atual sistema.

Igual problema ocorre também com o estoque inicial, despesas antecipadas, resultados de exercícios futuros, adiantamentos a fornecedores e outros itens não-monetários. No caso específico dos estoques, é sugerida<sup>1</sup> sua contabilização em ORTN's, o que poderia ser estendido aos outros itens não-monetários, a fim de aprimorar o processo.

c) O resultado da correção monetária do balanço compõe o resultado do exercício, sendo o lucro líquido distribuível, mesmo que o saldo da correção monetária tenha sido positivo<sup>2</sup>. Para verificar esta afirmação será desenvolvido, a seguir, um exemplo envolvendo três empresas com estrutura de capital diferentes, constatando-se se o lucro líquido pode efetivamente ser distribuído e, também, se existe alteração na estrutura de capital das mesmas.

1. ROXO, Alfredo A. de Oliveira. A correção monetária de demonstrativos contábeis, na legislação vigente. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 19 (1):57-65, Jan./mar. 1979.

2. NUNES, Rogério Pereira & CARNEIRO, Sadi Carnot de A. Seminário de orçamento empresarial. Rio de Janeiro, FGV. 1982. (mimeo).

Sejam as organizações A, B e C cujos balanços patrimoniais iniciais estão apresentados no Quadro 10.

Durante o exercício ocorreram os seguintes fatos nas três empresas:

. Os estoques foram totalmente vendidos por \$ 150.

. Pagamento das despesas administrativas do exercício no valor de \$ 10.

. Pagamento dos juros dos empréstimos, que são todos de longo prazo, sobre os quais incide correção monetária plena mais juros de 10% no período.

Cabe salientar que os ativos permanentes são compostos somente por terrenos (logo, não há depreciação) e que ao final do exercício serão repostos os estoques por \$ 120.

Assumindo-se uma correção monetária no período de 100%, tem-se as demonstrações do resultado do exercício, os razonetes do disponível e os balanços patrimoniais finais nos Quadros 11, 12 e 13 respectivamente.

QUADRO 10 - BALANÇOS PATRIMONIAIS DAS EMPRESAS A, B e C  
(Início do Exercício)

EMPRESA A		EMPRESA B	
ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Disponível ----- 0	Empréstimos ----- 50	Disponível ----- 0	Empréstimos ----- 60
Estoques ----- 60	Patrimônio Líquido	Estoques ----- 60	Patrimônio Líquido
Permanente ----- 40	Capital Social ----- 50	Permanente ----- 40	Capital Social ----- 40
ATIVO TOTAL 100	PASSIVO TOTAL 100	ATIVO TOTAL 100	PASSIVO TOTAL 100

  

EMPRESA C	
ATIVO	PASSIVO
Disponível ----- 0	Empréstimos ----- 70
Estoques ----- 60	Patrimônio Líquido
Permanente ----- 40	Capital Social -- 30
ATIVO TOTAL 100	PASSIVO TOTAL 100

## QUADRO 11 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

CONTAS	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C
Vendas	150	150	150
CMV	<u>(60)</u>	<u>(60)</u>	<u>(60)</u>
Lucro Bruto	90	90	90
Despesas Administrativas	(10)	(10)	(10)
Despesas Financeiras			
Correção	(50)	(60)	(70)
Juros	<u>(10)</u>	<u>(12)</u>	<u>(14)</u>
Lucro Operacional	20	8	(4)
Resultado da Correção Monetária	<u>(10)</u>	<u>0</u>	<u>10</u>
Lucro Líquido*	10	8	6

\* Para efeito de simplificação considera-se a inexistência de Imposto de Renda.

QUADRO 12 - RAZONETES DO DISPONÍVEL RELATIVOS AO  
EXERCÍCIO

EMPRESA A		EMPRESA B		EMPRESA C	
150 <sup>a</sup>	10 <sup>b</sup>	150 <sup>a</sup>	10 <sup>b</sup>	150 <sup>a</sup>	10 <sup>b</sup>
	10 <sup>c</sup>		12 <sup>c</sup>		14 <sup>c</sup>
	120 <sup>d</sup>		120 <sup>d</sup>		120 <sup>d</sup>
10		8		6	

<sup>a</sup>Vendas  
<sup>b</sup>Despesas Administrativas  
<sup>c</sup>Juros  
<sup>d</sup>Reposição dos Estoques

QUADRO 13 - BALANÇOS PATRIMONIAIS DAS EMPRESAS A, B e C  
(Final do Exercício)

EMPRESA A

ATIVO	PASSIVO
Disponível ----- 10	Empréstimos ----- 100
Estoques ----- 120	Patrimônio Líquido
Permanente ----- 80	Capital Social --- 100
	Lucro ----- 10
ATIVO TOTAL 210	PASSIVO TOTAL 210

EMPRESA B

ATIVO	PASSIVO
Disponível ----- 8	Empréstimos ----- 120
Estoques ----- 120	Patrimônio Líquido
Permanente ----- 80	Capital Social ----- 80
	Lucro ----- 8
ATIVO TOTAL 208	PASSIVO TOTAL 208

EMPRESA C

ATIVO	PASSIVO
Disponível ----- 6	Empréstimos ----- 140
Estoques ----- 120	Patrimônio Líquido
Permanente ----- 80	Capital Social --- 60
	Lucro ----- 6
ATIVO TOTAL 206	PASSIVO TOTAL 206

Como pode ser observado nas três situações, o lucro líquido do exercício é real e está disponível para distribuição que, se efetivada em sua totalidade, redundará num retorno à estrutura de capital inicial, considerada em termos percentuais.

d) A indexação no processo de correção monetária do balanço deveria ser feita através do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP) publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, que é o indicador oficialmente adotado para refletir a inflação brasileira, e não pela variação da ORTN, cuja finalidade não é acompanhar a perda no poder geral de compra<sup>1</sup>. Esta utilização tem gerado distorções na atualização dos valores do ativo permanente e patrimônio líquido, não refletindo também os ganhos e perdas reais nos itens monetários. Exemplificando, enquanto as ORTN's sofreram uma variação de 3.028,7% de janeiro de 1981 a dezembro de 1984, o IGP foi reajustado em 3.825,5%<sup>2</sup>. Por este motivo, empresas bem capitalizadas registram um saldo devedor de correção monetária menor que o real, ocasionando uma distorção nos resultados, provocando um pagamento de dividendos e imposto de renda a maior. Por sua vez, empresas mal capitalizadas contabilizam um saldo credor de correção monetária menor que o real, sendo beneficiadas no

1. ROXO, op. cit.

2. Fontes: Gazeta Mercantil e Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

pagamento de imposto de renda e dividendos.

Nota-se que o atual processo penaliza as empresas bem capitalizadas e beneficia as mal capitalizadas, distorcendo o resultado de tal modo, que foi sugerido às organizações não avaliarem "... seu desempenho nem tomarem decisões com base nos resultados contábeis"<sup>1</sup>.

Este problema poderia ser solucionado, basicamente, por dois caminhos:

. Mudança da indexação para o IGP: apesar de aparentemente simples, a correção monetária pela variação das ORTN's está atrelada a dois diplomas legais: o Decreto-Lei 1598/77 e a Lei 6423/77. O primeiro obriga sua utilização nesta sistemática e o segundo, proíbe o uso como base de correção monetária legal ou contratual de outros índices que não a variação das ORTN's.

. Vinculação da ORTN ao IGP: uma segunda possibilidade seria vincular a variação das ORTN's à variação do IGP, o que vem ocorrendo desde novembro de 1983 porém, com a defasagem de um mês entre ambas.

e) Para concluir esta análise sobre o processo de correção monetária dos balanços, "merece ser enfatizada a grande virtude do sistema brasileiro de reconhecimento da inflação que é a sua essencial simplicidade"<sup>2</sup>.

1. OS BALANÇOS mentem, por culpa da correção. Negócios em Exame, São Paulo, 21 mar. 1981. p. 53-5. p. 54.

2. DOWNEY, João R. A inflação nos resultados é uma incoerência técnica. Gazeta Mercantil, São Paulo, 16 out. 1984. p.4.

## 4.2 Inflação e as Demonstrações Contábeis

No que tange às demonstrações contábeis, a ação inflacionária verifica-se principalmente sobre os seguintes pontos:

a) Ativos e Passivos Monetários: conforme já tratado anteriormente, estes itens possuem um valor nominal base e, durante um período inflacionário, os ativos monetários gerarão perdas e os passivos monetários, ganhos.

b) Estoques e Custo das Mercadorias Vendidas: na abordagem sobre o verdadeiro significado do resultado da correção monetária, foram apresentados exemplos que incluam estoques e a conseqüente determinação do custo das mercadorias vendidas. Neste método, tudo se passa como se o estoque inicial e as compras do período fossem corrigidos para valores do final do exercício e o estoque final tivesse sido formado na data de encerramento do balanço, uma vez que não sofrera correção. Não sendo corrigido o estoque final, o custo das mercadorias vendidas aparentemente ficará superavaliado.

A este respeito, existe a indicação para a utilização do método UEPS (último a entrar, primeiro a sair) de avaliação de estoques<sup>1</sup>, apesar de proibido pela legislação tribu

1. DUTRA, Alvaro. Correção monetária... e os estoques? Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 9(29):54-8, abr./jun. 1979.

tária atual, pois o método PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) implica um valor mais alto para o estoque final, e consequentemente uma subavaliação do custo das mercadorias vendidas, incrementando o lucro bruto. Este fato desencadearia um pagamento a maior do imposto de renda e dividendos, descapitalizando a empresa.

Esta afirmação reflete a existência de certa confusão acerca do tema. Primeiramente, um dos objetivos da contabilidade é retratar a realidade econômica de uma empresa o mais fielmente possível, e não provocar distorções para diminuir determinados pagamentos e incrementar a capitalização. Em segundo lugar, deve-se notar que a correção do estoque inicial se dá a partir do início do exercício quando, na maioria dos casos, sua formação foi em data anterior. Assim, existe uma compensação da correção a menor do estoque inicial com a não correção do estoque final do exercício. O exemplo a seguir ilustrará o fato.

#### Exemplo de cálculo do CMV

Serão apresentadas duas situações onde, na primeira, o estoque inicial é maior que o final, em valores correntes, e na segunda, ocorre o contrário.

Situação I - Estoque inicial: \$ 100

Estoque final: \$ 50

Situação II - Estoque inicial: \$ 50

Estoque final: \$ 100

Compras no exercício: \$ 200 (em ambas as situações)

Inflação da data de formação do estoque inicial até o encerramento do exercício: 110%

Inflação do exercício: 100%

Inflação da metade do exercício ao seu final: 50%

Inflação da data de formação do estoque final ao término do exercício: 10%

CMV = Estoque inicial (EI) + Compras (C) - Estoque final (EF). Nas duas situações calcular-se-ã o CMV de acordo com o que efetivamente se passa na legislação (CMV<sub>L</sub>) e da maneira considerada correta, ou seja, corrigindo-se os estoques a partir de suas datas de formação (CMV<sub>C</sub>). Nos dois casos considerar-se-ã as compras realizadas na metade do exercício.

QUADRO 14 - SITUAÇÃO I - EI > EF

	LEGISLAÇÃO	CORRETO
EI	\$ 100 x 2,0 = \$ 200	\$ 100 x 2,1 = \$ 210
+ COMPRAS	\$ 200 x 1,5 = \$ 300	\$ 200 x 1,5 = \$ 300
- EF	\$ 50 x 1,0 = (\$ 50)	\$ 50 x 1,1 = (\$ 55)
= CMV	CMV <sub>L</sub> = \$ 450	CMV <sub>C</sub> = \$ 455

## QUADRO 15 - SITUAÇÃO II - EI &lt; EF

	LEGISLAÇÃO	CORRETO
EI	\$ 50 x 2,0 = \$ 100	\$ 50 x 2,1 = \$ 105
+ COMPRAS	\$ 200 x 1,5 = \$ 300	\$ 200 x 1,5 = \$ 300
- EF	\$ 100 x 1,0 = (\$ 100)	\$ 100 x 1,1 = (\$ 110)
= CMV	CMV <sub>L</sub> = \$ 300	CMV <sub>C</sub> = \$ 295

Resumindo: Situação I:  $CMV_L < CMV_C$

Situação II:  $CMV_L > CMV_C$

Verifica-se, pois, que o CMV correto poderá estar super ou subavaliado em relação ao CMV oriundo do processo regido pela legislação atual, dependendo dos valores iniciais e finais dos estoques, das suas datas de formação e do comportamento da inflação ao longo do período. O problema dos estoques e do CMV não será solucionado com a utilização de fórmulas para a diminuição do lucro e que distorçam igualmente a situação econômico-financeira da empresa.

O acirramento da inflação, que elevou também o custo de captação dos recursos no mercado financeiro, levou as empresas a diminuírem o nível dos estoques, reduzindo a permanência das mercadorias na empresa para um período de 25 a 30 dias, em média<sup>1</sup>. Desta forma, a formação do estoque final con-

1. POLÍTICA de estoques, um ponto vital na estratégia das empresas. Negócios em Exame, São Paulo, 16 jul. 1980. p.30-6.

centrar-se-ã no mês de encerramento do exercicio, aproximando a realidade do método atual de correção monetária, que se refere ao tratamento dos estoques<sup>1</sup>. A própria conjuntura encarregou-se de providenciar um aprimoramento neste tópico, tanto não advém uma alteração na legislação brasileira. Deve-se fazer esta ressalva no sentido de que nem todas as empresas conseguiram aumentar a rotação do seus estoques. Nestas ainda permanecerã a distorção em foco.

c) Ativo Permanente<sup>2</sup>: este grupo do ativo é corrigido monetariamente pela variação nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, cujo reajuste, com poucas exceções, tem-se mantido sempre abaixo do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas. Conforme já citado, de janeiro de 1981 a dezembro de 1984 as ORTN's foram reajustadas em 3028,7% enquanto que o IGP variou em 3825,5%. Exemplificando, um bem incorporado ao ativo permanente em janeiro de 1981 por \$ 100, em dezembro de 1984 estaria registrado por \$ 3128,70 (desconsiderando-se depreciação, amortização ou exaustão) porém, considerada a inflação, seu valor seria de \$ 3925,50. Desta forma, estaria subavaliado em aproximadamente 20%.

1. Salienta-se que o CMV apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício permanece um valor não corrigido. Os efeitos estudados somente repercutirão nos lucros que vierem após o cômputo do Resultado da Correção Monetária.

2. Apesar do Ativo Permanente ser formado por três grupos, Investimentos, Imobilizado e Diferido, neste trabalho a ênfase recairá sobre o Imobilizado, por ser, entre os três, o grupo mais significativo em grande parte das empresas.

Nada assegura que o valor de reposição deste bem seja efetivamente igual a \$ 3925,50, uma vez que a taxa de inflação (IGP) representa uma variação média de determinados preços. Entretanto, este número é provavelmente mais representativo do valor do bem que o primeiro, originado da variação das ORTN's.

Uma solução existente para este problema é a reavaliação, que poderia ser adequada em certo momento da vida da organização. Porém, a saída desta dificuldade, e que possa ser empregada periodicamente, certamente deverá ser outra.

d) Depreciação<sup>1</sup>: a utilização de um ativo imobilizado tangível nas operações de uma empresa gerará uma perda de valor no referido bem, denominada depreciação. Este desgaste é traduzido em cruzeiros mediante a aplicação de uma taxa sobre o valor do bem. Após, esta quantia é creditada a uma conta denominada depreciação acumulada, redutora do imobilizado, e debitada a uma conta de despesa do exercício chamada despesa de depreciação. Em última análise, um custo incorrido em determinado exercício será recuperado em diversos períodos. Se o valor total do imobilizado fosse apropriado como custo no exercício em que ocorresse sua incorporação ao ativo, as demonstrações ficariam distorcidas, principalmente por dois motivos:

---

<sup>1</sup>. O tratamento dado aqui à depreciação poderá ser estendido à amortização e exaustão.

19) uma vez que este immobilizado será utilizado por vários anos, é ilógico lançá-lo como custo de um único exercício;

20) o lucro ficaria subestimado no ano da apropriação e superestimado nos exercícios subsequentes.

"A finalidade principal da depreciação é manter a integridade dos recursos investidos e conseqüentemente repor o equipamento gasto"<sup>1</sup>. Para Graham, "... a finalidade da depreciação é a distribuição de custos...", estando também relacionada à "... recuperação do capital investido em bens depreciáveis ou provimento de recursos para a reposição destes bens"<sup>2</sup>. Ao ser mencionada a distribuição de custos, o ponto central da depreciação é entendido como a apuração de seu valor e posterior distribuição (alocação) deste total entre exercícios, departamentos, produtos e serviços. Tal posicionamento coloca o aspecto contábil da depreciação como preponderante em relação ao econômico e financeiro, o que diverge sensivelmente da posição defendida inicialmente. Como este trabalho está orientado segundo uma ótica financeira, adota-se a primeira posição como mais importante em relação à segunda, estabelecendo-se os pontos a seguir:

1. ASSAF NETO, Alexandre. Depreciação: conceitos, aspectos e descapitalização. Revista de Administração IA-USP, São Paulo, 15(1):18-32, jan./mar. 1980. p. 21.
2. GRAHAM, Willard J. Depreciação e reposição de capital em economia inflacionária. In: QUILICI, Frediano, org. Leituras em administração contábil e financeira. Rio de Janeiro, FGV, 1973. p.91-104. p. 91.

19) a depreciação está vinculada à recuperação do capital investido em ativos depreciáveis;

29) a recuperação do capital visa a reposição destes ativos;

39) a depreciação é um custo sem desembolso, constituindo-se numa fonte de financiamento para a empresa e num elemento indispensável nas decisões de investimento.

Estando um bem totalmente depreciado, a organização deverá ter os fundos suficientes para repor o ativo. Caso a depreciação não tenha sido feita ou tenha sido elaborada abaixo dos níveis reais, a empresa deverá utilizar fundos, próprios ou de terceiros, a fim de efetivar a reposição. Este fato implica descapitalização, cujo montante é determinado pela diferença entre o valor de reposição e o total da depreciação acumulada do bem.

Em condições inflacionárias, como as vivenciadas pelo Brasil, a finalidade de reposição dos ativos imobilizados depreciáveis dificilmente se verifica. Sendo a correção do ativo permanente de acordo com a variação das ORTN's, o valor da depreciação situa-se abaixo dos níveis reais, uma vez que as ORTN's, quase sempre, são reajustadas aquém da inflação. Por este motivo a empresa incorre num processo de descapitalização. Assim, um procedimento que deveria gerar fundos suficientes para a reposição de um ativo, constitui-se apenas numa das fontes de financiamento.

Para que este afastamento da proposição conceitual seja corrigido, a taxa efetiva de depreciação deverá ser

considerada. Uma sugestão é que a depreciação fiscal seja complementada até atingir um valor com base no custo de reposição<sup>1</sup>. Outra<sup>2</sup>, além de indicar um método acelerado de depreciação decrescente, descarregando maior carga de depreciação quanto maior o valor líquido dos serviços prestados pelo bem, apregoa que o custo de reposição não é a base de cálculo mais indicada. Segundo este enfoque, o que se quer recuperar é o capital empregado e não o bem específico, uma vez que a empresa poderá, por exemplo, fabricar produtos que utilizem outros equipamentos. Por este motivo, o mais indicado seria calcular a depreciação com base no ativo imobilizado corrigido pelo poder geral de compra. Finalmente, é sugerido, ainda, que o valor presente da depreciação seja deduzido no primeiro ano de uso do bem<sup>3</sup>.

Qualquer que seja o método ou a base de cálculo empregada, o valor da depreciação que ultrapassar a depreciação permitida pelo imposto de renda estará sujeito à tributação. Supondo-se que a depreciação real de um determinado bem seja \$ 90 e que o máximo permitido pelo imposto de renda seja \$ 50, a diferença de \$ 40 estará sujeita à tributação. Sendo a alíquota da empresa de 35%, por exemplo, o valor excedente deverá ser corrigido como segue:

---

1. SZUSTER, Natan. Métodos contábeis de reconhecimento da variação de poder aquisitivo da moeda. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 11(39):44-52, out./dez. 1981.

2. GRAHAM, op. cit.

3. AUERBACH, Alan J. & JORGENSON, Dale W. Inflation-proof depreciation of assets. Harvard Business Review, Boston, 58(5):113-8, sept./oct. 1980.

$$\text{Correção do Valor Excedente} = \frac{\$ 40}{(1 - 0,35)} = \$ 61,50$$

Assim, a depreciação real do bem no período deverá ser de \$ 111,50 (= \$ 61,50 + \$ 50).

Do exposto conclui-se que a depreciação, caso não corrigida para valores reais, constitui-se num foco de decapitalização das organizações, agravando-se o problema na razão direta do montante de imobilizado depreciável assim como na diferença entre inflação e reajuste das ORTN's.

e) Patrimônio Líquido: a exemplo do ativo permanente, as contas do patrimônio líquido também são reajustadas pela variação das ORTN's, o que ocasiona um registro geralmente a menor que o valor efetivo. Esta <sup>2</sup>deficiência também se reflete no resultado da correção monetária e, conseqüentemente, no lucro do exercício, podendo, ao incorporar-se ao patrimônio líquido, constituir-se em mais um fator de geração de distorções. Como conseqüência, surgem problemas gerados por este fato, sendo dois deles, a seguir, apresentados:

1º) no processo de avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial, a base de cálculo (o patrimônio líquido da empresa investida) poderá estar sub-dimensionada, distorcendo o resultado final;

2º) a capacidade de endividamento pode ser prejudicada, uma vez que o patrimônio líquido, via de regra, está abaixo de seu valor real.

f) Demonstração de Resultados: esta demonstração apresenta-se com viés, basicamente por três motivos:

19) ao ser utilizada a variação das ORTN's para realizar a correção implícita de receitas e despesas (conforme visto anteriormente), e tendo este título governamental, comumente, reajuste abaixo da inflação, certamente o resultado apresentado será diferente do real;

29) outro foco gerador de problemas reside no custo de mercadorias vendidas, de acordo com análise já efetuada;

39) a depreciação constitui-se também em fator gerador de distorção da demonstração de resultados, visto apresentar-se quase sempre abaixo de seu valor real.

O efeito da inflação sobre o resultado de uma organização é apontado como um dos mais importantes<sup>1</sup>, sendo necessário seu entendimento, não somente pelos administradores, mas também por acionistas, credores e autoridades governamentais. Esta importância deve-se ao fato do resultado do exercício ser básico para o cálculo do Imposto de Renda e distribuição de dividendos.

Através de pesquisa<sup>2</sup>, verificou-se que o lucro distribuível estimado para as 31 companhias que compõem o Índice Dow Jones Industrial era aproximadamente 40% do lucro con

---

1. LATORRACA, Nilton. Efeitos da inflação sobre os balanços. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 7(22):30-8, jul./set. 1977.

2. FALKENSTEIN, Angela & WEIL, Roman L. Replacement cost accounting: what will income statements based on the SEC disclosures show? - part I. Financial Analysts Journal, New York, 33(1):46-57, jan./feb. 1977.

vencional e que o pagamento de taxas e dividendos foi superior ao devido. Assim, problemas semelhantes provavelmente estarão ocorrendo no Brasil, levando a pagamentos incorretos de imposto de renda e dividendos, o que em última análise pode implicar a descapitalização da empresa.

Do apresentado, conclui-se que, em diversos itens das demonstrações contábeis podem estar ocorrendo distorções com maior ou menor grau de intensidade. Como este instrumento é básico, tanto para a análise econômico-financeira quanto para o orçamento, problemas de viés devido a inflação poderão estar ocorrendo, acarretando interpretações errôneas e decisões possivelmente inadequadas. O efeito nos dois últimos instrumentos será abordado a seguir.

### 4.3 Inflação e a Análise Econômico-Financeira

Para o estudo dos efeitos da inflação sobre este instrumento econômico-financeiro serão apresentados quatro tipos de análise<sup>1</sup>:

- análise de estrutura, vertical ou de composição;
- análise de evolução, horizontal ou de crescimento;
- análise de razão entre valores monetários heterogêneos;
- análise por diferenças absolutas.

a) Na análise de estrutura ou vertical, geralmente realizada sobre o balanço patrimonial, demonstração de resultados e também na demonstração das origens e aplicações de recursos, verificam-se os seguintes problemas:

1º) no balanço patrimonial, as contas circulantes, pela sua característica, estão com um valor atualizado ou próximo a uma atualização, o que não acontece com as permanentes (ativo permanente e patrimônio líquido) que sofrem um defasamento devido, principalmente, ao sistema de correção monetária. Conseqüentemente, na análise vertical desta demonstração, o total será composto por cruzeiros de épocas diferentes, apresentando-se as contas permanentes com valores inferiores aos

1. WALTER, Milton A. & BRAGA, Hugo R. Demonstrações financeiras; um enfoque gerencial. 3 ed. São Paulo, Saraiva, 1981.  
4 v.

reais, prejudicando as conclusões. Em outras palavras, a empresa aparentará, via de regra, estar menos imobilizada e menos capitalizada do que efetivamente é.

29) na demonstração de resultados, as contas compreendidas entre a receita de vendas e o resultado da correção monetária estão a valores médios do exercício, ao passo que as demais, do resultado antes do imposto de renda (inclusive) até o lucro por ação, estão em cruzeiros do final do período.

Novamente verifica-se outro prejuízo para a análise, uma vez que a receita de vendas, formada por valores ao longo do exercício, será comparada com cruzeiros de final do exercício, como por exemplo, o lucro líquido.

30) Na análise vertical da demonstração das origens e aplicações de recursos nota-se igualmente a existência de um todo formado por valores distorcidos e de épocas distintas.

b) Na análise de evolução ou horizontal, o problema concentra-se na dificuldade em determinar o crescimento ou decréscimo real e na perda da sensibilidade, quando se observa o comportamento de uma conta ao longo de dois ou mais períodos. Um exemplo ilustrará a situação. Nos balanços patrimoniais de certa empresa, a conta caixa apresentou, em três exercícios, os seguintes valores:

19X2 - \$ 50

19X3 - \$ 150

19X4 - \$ 450

o que corresponde na análise horizontal aos índices 100, 300 e 900. O crescimento desta conta, à primeira vista, parece exage

rado, porém, dada uma inflação de 200% em cada ano, constata-se não ter havido qualquer aumento real.

c) "Uma das vantagens freqüentemente citadas na análise por meio de índices é que, dividindo-se um valor pelo outro, os efeitos da inflação são depurados. Isto, entretanto, somente acontece basicamente com índices financeiros"<sup>1</sup>. Como será observado a seguir, a afirmação acima necessita um maior detalhamento. Na análise de razão entre valores monetários heterogêneos, ressaltam-se os seguintes pontos:

1º) nos índices de liquidez haverá distorção em maior ou menor grau toda vez que forem incluídos itens não monetários numa das parcelas da razão como, por exemplo, no índice de liquidez circulante, que engloba estoques, e no índice de solvência geral, que além dos estoques inclui também o ativo permanente.

2º) nos índices de rotação e prazo médio, são considerados valores heterogêneos compostos por cruzeiros de épocas diferentes (vendas, custo de mercadorias vendidas, compras), itens monetários (disponível, fornecedores), itens não monetários (estoques) e utilizados numa mesma equação. Conseqüentemente os resultados estarão distorcidos. Por exemplo, na rotação do investimento, a divisão de vendas (cruzeiros de todo o período) pelo patrimônio líquido (em valores do final do período) implica uma inconsistência.

1. IUDICIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 2.ed. São Paulo, Atlas, 1978. p. 75.

39) Nos índices de endividamento aparece novamente a comparação de itens monetários com não monetários. No cálculo do endividamento a curto prazo do investimento total, por exemplo, tem-se no numerador um conjunto de itens essencialmente monetários, ao passo que denominador encontram-se itens monetários e não-monetários, entre estes o ativo permanente. Estando, geralmente, sub-dimensionado, o ativo permanente acarretará a diminuição do denominador, apresentando a empresa um endividamento maior que o real.

40) Nos índices de rentabilidade surge novamente a comparação entre cruzeiros de épocas diferentes (lucro com vendas) e também a inclusão de parcelas que não representam a realidade, como o patrimônio líquido.

50) Nos demais índices verifica-se também a existência de componentes causadores de distorção apresentados anteriormente, o que prejudica a fidedignidade dos resultados de uma análise econômico-financeira.

d) Finalmente, na análise por diferenças absolutas, também haverá discrepâncias entre o calculado e o real, uma vez que as parcelas utilizadas não representam a realidade.

O objetivo da análise das demonstrações contábeis é "... proporcionar a comparação de dados financeiros de uma ou mais empresas com determinados padrões"<sup>1</sup>, que poderão ser internos ou externos à organização. Confrontando-se esta afirmação com o exposto, pode-se deduzir que este objetivo não está sen-

1. TRUHERZ, ROLF M. Análise financeira por objetivos. 3. ed. São Paulo, Pioneira, 1978. p. 29.

do atingido plenamente, uma vez que os fatores de distorção, além de prejudicarem a comparação, não influem sobre todas as empresas da mesma forma.

Para complementar este tópico, cabe ainda analisar o efeito da inflação sobre os índices de previsão de insolvência. Na revisão da literatura não foi encontrado algum estudo brasileiro a este respeito. Porém, Norton e Smith<sup>1</sup> verificaram inexistir diferença significativa na previsão de falência de empresas americanas quando se utilizam dados históricos e inflacionados. Obviamente, não se pode concluir que, na realidade brasileira este fato se reproduza, uma vez que existe diferença na legislação contábil e também na grandeza da inflação dos dois países.

Entretanto, existem trabalhos objetivando medir a confiabilidade de previsão dos índices de falência, como o de Kratz<sup>2</sup>, que testa em uma amostra acidental não randômica, formada por 30 empresas gaúchas dos setores de calçados, couro e borracha, produtos alimentícios e metalurgia, os índices de Kanitz, Altman e ainda um terceiro, denominado Índice de Portela. Dos três, apenas o de Kanitz não previu a insolvência das empresas que faliram, apontando-as, contrariamente, como solventes. Seu resultado, igualmente, não pode ser generalizado para a economia brasileira, porém, neste caso, por fatores estatísticos.

1. NORTON, Curtis L. & SMITH, Ralph E. A comparison of general price level and historical cost financial statements in the prediction of bankruptcy. The Accounting Review, Sarasota, 54(1):72-87, jan. 1979.

2. KRATZ, Beatriz de Pellegrini. Modelos de previsão de insolvência; uma experimentação. Porto Alegre, UFRGS, 1983. DISS. (Mestr. Adm. ) (não publicada).

#### 4.4. Inflação e Orçamento

Quanto à influência da inflação sobre o orçamento empresarial, é apontado<sup>1</sup> como principal problema, a crença que, realizando uma projeção financeira em moeda constante e atualizando-a de acordo com um índice de nível geral de preços, obter-se-á uma projeção financeira inflacionada, desde que sejam observadas as seguintes diretrizes básicas:

- a) prazos de venda, compra e renovação dos estoques permanecem inalterados;
- b) as despesas devem aumentar de acordo com a inflação.

Para demonstrar que isto efetivamente não se verifica, será apresentado um exemplo simplificado onde o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e o orçamento de caixa são projetados para um período de seis meses. Exemplo: Uma empresa, fundada para comercializar um único produto (máquina de grande porte, p. ex.), iniciará suas operações adquirindo, no primeiro mês, três destes equipamentos. A direção pretende repor o estoque inicial, imediatamente após a ocorrência de uma venda, e estima comercializar duas destas máquinas mensalmente, durante o período projetado.

O custo de cada equipamento no mês anterior à

1. TSUKAMOTO, Yuichi R. Armadilhas do planejamento financeiro numa economia inflacionária. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 14(1):138-42, jan./fev. 1974.

inauguração (mês 0) é de \$ 100, pagáveis em 60 dias, sendo \$ 200 o preço de venda respectivo, recebível em 90 dias. As despesas gerais na data em pauta estão na ordem de \$ 50 por mês, sendo desembolsadas no mês subsequente ao de sua ocorrência.

Quanto aos financiamentos, são recebidos ao início do mês, e as amortizações e pagamentos de juros, quando houver disponibilidade, realizadas ao seu final. Possuem um custo médio mensal de 2% além da inflação, a qual deverá permanecer em 10% ao mês.

O Quadro 16 apresenta as demonstrações a valores constantes. Posteriormente, o Quadro 17 expõe as mesmas demonstrações, corrigidas pelo fator inflacionário. Finalmente o Quadro 18 trata a mesma situação em valores correntes. Neste último caso, supõe-se que tanto o valor das despesas quanto as vendas e o custo dos estoques acompanham a inflação, e que o método do PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) foi utilizado na contabilização do inventário.

A administração deseja um caixa mínimo de \$ 50 que deve ser atualizado de acordo com a inflação. Visando uma simplificação, desconsiderou-se a existência de provisão para o imposto de renda.

As razões das diferenças encontradas entre as projeções a valores constantes corrigidos e a valores correntes são as seguintes:

1) Contas a receber: apesar do valor das vendas ser idêntico, o contas a receber no balanço patrimonial a valores constantes corrigidos é mensalmente atualizado em sua tota

QUADRO 16 - DEMONSTRAÇÃO A VALORES CONSTANTES

	MÊS 0	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
<u>Balanco Patrimonial</u>							
Caixa	150	150	100	50	50	50	50
Contas a Receber	-	400	800	1200	1200	1200	1200
Estoques	-	300	300	300	300	300	300
<b>ATIVO E PASSIVO TOTAL</b>	<b>150</b>	<b>850</b>	<b>1200</b>	<b>1550</b>	<b>1550</b>	<b>1550</b>	<b>1550</b>
Fornecedores	-	500	700	400	400	400	400
Financiamentos	-	-	-	510	370	227,5	82
Outras Contas	-	50	50	50	50	50	50
Capital Social	150	150	150	150	150	150	150
Lucros Acumulados	-	150	300	440	580	722,5	868
<u>Demonstração do Resultado</u>							
Vendas	-	400	400	400	400	400	400
CMV	-	(200)	(200)	(200)	(200)	(200)	(200)
Lucro Bruto	-	200	200	200	200	200	200
Despesas Gerais	-	(50)	(50)	(50)	(50)	(50)	(50)
Despesas Financeiras	-	-	-	(10)	(10)	(7,5)	(4,5)
Lucro Operacional	-	150	150	140	140	142,5	145,5
<u>Orçamento de Caixa</u>							
Saldo Inicial	-	150	150	100	50	50	50
Recebimento Vendas	-	-	-	-	400	400	400
Financiamentos Recebidos	-	-	-	500	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	(500)	(200)	(200)	(200)
Despesas Gerais	-	-	(50)	(50)	(50)	(50)	(50)
Pagamento de Financiamentos	-	-	-	-	(150)	(150)	(150)
Saldo Final	-	150	100	50	50	50	50

QUADRO 17 - DEMONSTRAÇÕES A VALORES CONSTANTES CORRIGIDOS

	MÊS 0	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
Fator Inflacionário	-	1,1	1,21	1,33	1,46	1,61	1,77
<u>Balanco Patrimonial</u>							
Caixa	150	165	121	66,5	73	80,5	88,5
Contas a Receber	-	440	968	1596	1752	1932	2124
Estoques	-	330	363	399	438	483	531
<b>ATIVO E PASSIVO TOTAL</b>	<b>150</b>	<b>935</b>	<b>1452</b>	<b>2061,5</b>	<b>2263</b>	<b>2495,5</b>	<b>2743,5</b>
Fornecedores	-	550	847	532	584	644	708
Financiamentos	-	-	-	678,5	540	366	145
Outras Contas	-	55	60,5	66,5	73	80,5	88,5
Capital Social	150	165	181,5	199,5	219	241,5	265,5
Lucros Acumulados	-	165	363	585	847	1163,5	1536,5
<u>Demonstração do Resultado</u>							
Vendas	-	440	484	532	584	644	708
CMV	-	(220)	(242)	(266)	(292)	(322)	(354)
Lucro Bruto	-	220	242	266	292	322	354
Despesas Gerais	-	(55)	(60,5)	(66,5)	(73)	(80,5)	(88,5)
Despesas Financeiras	-	-	-	(13,5)	(14,5)	(12)	(8)
Lucro Operacional	-	165	181,5	186	204,5	229,5	257,5
<u>Orçamento de Caixa</u>							
Saldo Inicial	-	165	181,5	133	73	80,5	88,5
Recebimento das Vendas	-	-	-	-	584	644	708
Financiamentos Recebidos	-	-	-	665	-	-	-
Pagamento de Fornecedores	-	-	-	(665)	(292)	(322)	(354)
Pagamento de Desp. Gerais	-	-	(60,5)	(66,5)	(73)	(80,5)	(88,5)
Pagamento de Financiamentos	-	-	-	-	(219)	(241,5)	(265,5)
Saldo Final	-	165	121	66,5	73	80,5	88,5

## QUADRO 18 - DEMONSTRAÇÕES A VALORES CORRENTES

	MÊS 0	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
<u>Balanco Patrimonial</u>							
Caixa	150	150	95	149,5	73	80,5	88,5
Contas a Receber	-	440	924	1456	1600	1760	1936
Estoques	-	330	352	387	425	468	515
<b>ATIVO E PASSIVO TOTAL</b>	<b>150</b>	<b>920</b>	<b>1371</b>	<b>1992,5</b>	<b>2098</b>	<b>2308,5</b>	<b>2539,5</b>
Fornecedores	-	550	792	508	558	614	676
Financiamentos	-	-	-	746	629	568,5	486,5
Outras Contas	-	55	60,5	66,5	73	80,5	88,5
Capital Social	150	165	181,5	199,5	219	241,5	265,5
Lucros Acumulados	-	150	337	472,5	619	804	1023
<u>Demonstração de Resultados</u>							
Vendas	-	440	484	532	584	644	708
CMV	-	(220)	(220)	(231)	(254)	(279)	(307)
Lucro Bruto	-	220	264	301	330	365	401
Despesas Gerais	-	(55)	(60,5)	(66,5)	(73)	(80,5)	(88,5)
Despesas Financeiras	-	-	-	(81)	(91)	(77)	(69,5)
Lucro Operacional	-	165	203,5	153,5	166	207,5	243
Res. da Correção Monetária	-	(15)	(16,5)	(18)	(19,5)	(22,5)	(24)
Lucro	-	150	187	135,5	146,5	185	219
<u>Orçamento de Caixa</u>							
Saldo Inicial	-	150	150	95	149,5	73	80,5
Recebimento das Vendas	-	-	-	-	440	484	532
Financiamentos Recibidos	-	-	-	665	-	-	-
Pagamento de Fornecedores	-	-	-	(550)	(242)	(266)	(292)
Pagamento de Despesas Gerais	-	-	(55)	(60,5)	(66,5)	(73)	(80,5)
Pagamento de Financiamentos	-	-	-	-	(208)	(137,5)	(151,5)
Saldo Final	-	150	95	149,5	73	80,5	88,5

QUADRO 19 - PLANILHA DE FINANCIAMENTOS A VALORES CONSTANTES

MÊS	SALDO INICIAL	JUROS	TOTAL	PAGAMENTO	SALDO FINAL
3	500	10	510	-	510
4	510	10	520	150	370
5	370	7,5	377,5	150	227,5
6	227,5	4,5	232	150	82

QUADRO 20 - PLANILHA DE FINANCIAMENTOS A VALORES CONSTANTES CORRIGIDOS

MÊS	SALDO INICIAL	JUROS	TOTAL	PAGAMENTO	SALDO FINAL
3	665	13,5	678,5	-	678,5
4	744,5	14,5	759	219	540
5	595,5	12	607,5	241,5	366
6	402,5	8	410,5	265,5	145

QUADRO 21 - PLANILHA DE FINANCIAMENTOS A VALORES CORRENTES

MÊS	SALDO INICIAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	SUB-TOTAL	JUROS	TOTAL	PAGAMENTO	SALDO FINAL
3	665	66,5	731,5	14,5	746	-	746
4	746	74,5	820,5	16,5	837	208	629
5	629	63	692	14	706	137,5	568,5
6	568,5	57	625,5	12,5	638	151,5	486,5

OBS.: Neste caso, Despesas Financeiras = Correção Monetária + Juros.

lidade, o que não acontece na demonstração a valores correntes, onde o registro é histórico. Conseqüentemente, no orçamento de caixa, o recebimento a valores correntes é menor que o recebimento a valores constantes corrigidos.

2) Estoques e CMV: como no item anterior, estoques e CMV são atualizados mensalmente na projeção a valores constantes corrigidos, o que não acontece no caso a valores correntes, função do custo histórico.

3) Fornecedores: a diferença encontrada baseia-se no mesmo motivo apresentado no contas a receber.

4) Financiamentos: primeiramente, deve-se salientar que o valor financiado foi idêntico nos dois casos para facilitar a comparação. Na modalidade a valores constantes corrigidos, a planilha de financiamentos (Quadro 20) foi calculada multiplicando-se os valores do Quadro 19 pelos respectivos valores inflacionários. Já o cômputo de financiamentos a valores correntes apresenta diferenças fundamentais, como pode ser verificado no Quadro 21. Este fato, aliado à menor disponibilidade para amortização do principal e pagamento de juros, causou um endividamento maior nas demonstrações a valores correntes.

5) Outras contas: nas projeções a valores correntes, este item, relativo às despesas gerais, é pago no mês subsequente pelo total do mês em que ocorreu. Nas demonstrações a valores constantes corrigidos, estas despesas são atualizadas no mês do pagamento, constituindo-se em outro foco de distorção.

6) Resultado da Correção Monetária: nas demonstrações a valores correntes foi introduzida a rubrica resulta-

do da correção monetária para que se pudesse atualizar o capital social, sem o que não seria completa a comparação entre os dois métodos. Este item, por ser negativo, ocasiona um decréscimo no lucro líquido.

Em resumo, nas projeções a valores correntes o lucro encontrado foi menor, como também o foram os totais de contas a receber, estoques e fornecedores. O lucro bruto foi maior a valores correntes, uma vez que seu CMV é inferior ao da projeção a valores constantes corrigidos. Porém, após a dedução de despesas financeiras maiores e do resultado da correção monetária, o lucro final tornou-se inferior ao das demonstrações a valores constantes corrigidos.

#### 4.5 Conclusão

Neste capítulo foram discutidos os principais pontos de distorções ocasionados pela inflação nas demonstrações contábeis, análise econômico-financeira e orçamento. Espera-se que, através dos conteúdos expostos, tenha sido respondida a primeira pergunta, efetuada na introdução deste trabalho, sobre o viés inflacionário nos instrumentos econômico-financeiros e, que esta análise auxilie na melhor compreensão do problema enfrentado pelo administrador financeiro, na medida em que toma decisões com base, também, neste instrumental que não representa uma realidade.

## 5. CORREÇÃO DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Completada a abordagem sobre as distorções que a inflação provoca nos instrumentos econômico-financeiros, pode-se agora responder à pergunta, formulada anteriormente, sobre as formas de correção destes instrumentos, a fim de diminuir, ou mesmo eliminar os efeitos inflacionários estudados. A correção do instrumental envolverá a análise dos métodos básicos existentes, enfatizando-se a correção das demonstrações contábeis, por existir um referencial teórico mais extenso nesta área. Este fato, porém, não exclui o tratamento da correção da análise econômico-financeira nem da orçamentação.

### 5.1 Correção das Demonstrações Contábeis

Largay e Livingstone<sup>1</sup> apontam três métodos de contabilização que levam em consideração a influência das variações de preços nas demonstrações contábeis. São eles:

- . Contabilidade a Nível Geral de Preços;
- . Contabilidade a Preços Específicos Correntes;
- . Método Integrado.

Estes três tópicos serão apresentados e discutidos a seguir.

<sup>1</sup> T. LARGAY III, J.A. & LIVINGSTONE, J.L. Accounting for changing prices. Santa Barbara, John Wiley & Sons, 1976.

### 5.1.1 Contabilidade a Nível Geral de Preços

Este método está em estudo desde a década de 1920. Seu objetivo é expressar em valores monetários correntes, os eventos medidos em valores monetários do passado, uma vez que cruzeiros de épocas diferentes não podem ser adicionados para produzirem demonstrações realistas.

A Contabilidade a Nível Geral de Preços introduz um novo item na demonstração de resultados: a perda ou ganho de poder aquisitivo nos itens monetários, itens estes já definidos anteriormente.

Os itens monetários líquidos são obtidos subtraindo-se os passivos monetários dos ativos monetários. Assim,

Ativos Monetários  
- Passivos Monetários  
Itens Monetários Líquidos

Para fins de raciocínio sobre ganho ou perda pela manutenção de itens monetários líquidos, deve-se considerar, caso este resultado seja positivo, como um ativo monetário, e o resultado negativo como um passivo monetário. Os ganhos ou perdas no poder de compra em função dos itens monetários serão calculados a partir da fórmula:

$$\text{Ganhos ou Perdas no Poder de Compra} = \left[ \begin{array}{l} \text{Item Monetário Histórico ou} \\ \text{Mudança no Item Monetário} \end{array} \right] \times$$

$$\left[ \begin{array}{l} \text{I.G.P. no fim do período} \\ \text{I.G.P. quando o item foi} \\ \text{originado ou mudado} \end{array} \right] - \left[ \begin{array}{l} \text{Item monetário histórico} \\ \text{ou} \\ \text{Mudança no item monetário} \end{array} \right]$$

Sendo o I.G.P. = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas

"... Para finalidades da contabilidade a nível geral de preços (o próprio nome já indica), algum tipo de índice bastante geral dos preços de bens e serviços de determinada economia seria o mais adequado para refletir: 1. as variações do poder aquisitivo da entidade como um todo; 2. uma aproximação, talvez melhor do que a de outros índices para grupos específicos, das variações do poder aquisitivo dos grupos de acionistas de alta renda."<sup>1</sup>

Assim sendo, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna divulgado pela Fundação Getúlio Vargas é reputado como o índice brasileiro mais adequado a este método.<sup>2</sup>

Como o administrador financeiro poderia corrigir suas demonstrações com base neste método? A seguir, será desenvolvido um exemplo de correção do balanço patrimonial e da demonstração de resultados do exercício pelo método da contabilidade a nível geral de preços<sup>3</sup>. Inicialmente são apresentadas as

1. IUDICIBUS, Teoria da contabilidade, op. cit., p. 234.

2. Ver, por exemplo, IUDICIBUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1978.

3. O caso desenvolvido concentra-se no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício, pois, conforme IUDICIBUS, Teoria da Contabilidade, op. cit., estes são os dois principais relatórios financeiros.

demonstrações contábeis a custo histórico assim como as informações necessárias para o desenvolvimento do processo.

QUADRO 22 - BALANÇO PATRIMONIAL - CUSTO HISTÓRICO  
(Início do Exercício)

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	
Disponível	100	Fornecedores	100
Clientes	200	Empréstimos	200
Estoques	<u>1000</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	
<u>Permanente</u>		Capital Social	2000
Equipamento	500	Lucros Acumulados	1400
(-) Depreciação	(100)		
Terreno	2000		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3700</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3700</b>

Informações para a elaboração da demonstração de resultados do exercício e do balanço patrimonial final:

Final do Exercício Anterior

- . Compra de 200 unidades de mercadoria (90% à vista) por \$ 5 a unidade.
- . Compra de um terreno, a vista, por \$ 2.000
- . O equipamento irá iniciar seu terceiro ano de vida juntamente com o próximo exercício. Taxa de depreciação = 10% ao ano.

Meio do Exercício

- . Venda a vista de 100 unidades de mercadoria por \$ 20 a unidade.

Durante o Exercício

- . Pagamento mensal de juros sobre os empréstimos, à taxa de 8% ao mês. O principal não é amortizado.
- . Despesas operacionais ao longo do exercício, uniformemente distribuídas, no total de \$ 100. Estas despesas são sempre pagas a vista.
- . Pagamento do total dos fornecedores, uniformemente, ao longo do exercício.
- . Recebimento do total dos clientes, uniformemente, ao longo do exercício.

Observação: Para fins de simplificação desconsidera-se a existência de impostos.

QUADRO 23 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -  
Custo Histórico

Receitas de Vendas		2.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas		(500)
Estoque Inicial	1.000	
+ Compras	0	
- Estoque Final	<u>500</u>	<u>        </u>
Lucro Bruto		1.500
(-) Despesas Operacionais		(100)
(-) Depreciação		(50)
(-) Despesas Financeiras		<u>(192)</u>
Lucro do Exercício		1.158

QUADRO 24 - BALANÇO PATRIMONIAL - CUSTO HISTÓRICO  
(Final do Exercício)

ATIVO		PASSIVO	
<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	
Disponível	1.908	Empréstimos	200
Estoques	<u>500</u>		
<u>Permanente</u>		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Equipamento	500	Capital Social	2.000
(-) Depreciação	(150)	Lucros Acumulados	1.400
Terreno	<u>2.000</u>	Lucro do Exercício	1.158
Total do Ativo	4.758	Total do Passivo	4.758

A seguir são apresentados os passos para a correção dos balanços patrimoniais:

- converta todas as contas do balanço patrimonial do início do exercício, desde suas formações, pela variação do Índice Geral de Preços (IGP), para a data de encerramento do balanço patrimonial de final do exercício;

- as contas monetárias têm como data de sua formação, a mesma do balanço patrimonial;

- os lucros acumulados do balanço patrimonial do início do exercício corrigido para o fim do exercício serão determinados por diferença, ou seja, será a quantia necessária

para igualar o total do passivo ao total do ativo;

- Valor do Índice Geral de Preços:

Início do Exercício: 100

Meio do Exercício: 125

Final do Exercício: 150

Na data da compra do equipamento: 50

Na data do primeiro lançamento de ações, no valor total de  
\$ 100 ÷ 50

Na data do segundo lançamento de ações, no valor total de  
\$ 1.900 ÷ 95,4

Correção do Balanço Patrimonial do Início do Exercício para o Fim do Exercício

Disponível: \$ 100 X  $\frac{150}{100}$  = \$ 150

Clientes: \$ 200 X  $\frac{150}{100}$  = \$ 300

Estoques: \$ 1.000 X  $\frac{150}{100}$  = \$ 1.500

Equipamento: \$ 500 X  $\frac{150}{50}$  = \$ 1.500

Na contabilidade a nível geral de preços, a depreciação é calculada da seguinte forma:

- toma-se o valor do bem imobilizado, corrigido da data da compra até a data considerada: \$ 1.500

- calcula-se o percentual de depreciação passível de ser apropriado. Neste caso, ao início do exercício, o equipamento já possui dois anos de utilização, que multiplicados pela taxa de depreciação de 10% ao ano, redundará num total de depreciação de 20%.

- este percentual total de depreciação multiplicado pelo valor corrigido do bem ao final do exercício, fornecerá o valor da depreciação no início do exercício corrigido para valores de final do exercício.

Depreciação: \$ 1.500 x 20% = \$ 300

Terreno: \$ 2.000 x  $\frac{150}{100}$  = \$ 3.000

Fornecedores: \$ 100 x  $\frac{150}{100}$  = \$ 150

Empréstimos: \$ 200 x  $\frac{150}{100}$  = \$ 300

Capital Social:

1º lançamento de ações: \$ 100 x  $\frac{150}{50}$  = \$ 300

2º lançamento de ações: \$ 1.900 x  $\frac{150}{95,4}$  = \$ 2.988

Total do Capital Social Corrigido: \$ 3.288

QUADRO 25 - BALANÇO PATRIMONIAL (Início do Exercício)  
Corrigido para o Final do Exercício

ATIVO		PASSIVO	
<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	
Disponível	150	Fornecedores	150
Clientes	300	Empréstimos	300
Estoque	1.500	<u>Patrimônio Líquido</u>	
<u>Permanente</u>		Capital Social	3.288
Equipamento	1.500	Lucros Acumulados	2.412
(-) Depreciação	(300)		
Terreno	3.000		
Total do Ativo	6.150	Total do Passivo	6.150

A correção do balanço patrimonial do final do exercício para esta data, é feita da seguinte forma:

Disponível: \$ 1.908: permanece inalterado, por ser item monetário

Estoque: \$ 500 x  $\frac{150}{100}$  = \$ 750

100

T. Quando não é possível a identificação de uma data de formação do estoque final (o que não é o caso no presente problema) Sérgio de Iudícibus em seu livro Análise de Balanços, op. cit., considera a data de encerramento do balanço como a data de formação deste estoque. Largay e Livingstone consideram o estoque final formado ao longo do exercício, corrigindo-o a partir do índice médio do período.

Equipamento: \$ 500 x  $\frac{150}{50}$  = \$ 1.500

50

Depreciação: até o final deste exercício, o equipamento possui três anos de utilização. Logo, o número de anos multiplicado pela taxa anual de depreciação fornecerá o percentual total de depreciação até o final do exercício.

Percentual de depreciação:  $3 \times 10\% = 30\%$

Valor da depreciação: \$ 1.500 x 30% = \$ 450

Terreno: \$ 2.000 x  $\frac{150}{100}$  = \$ 3.000

100

Empréstimos: \$ 200: permanece inalterado, por ser item monetário

Capital Social: já corrigido para o fim do exercício = \$ 3.288

Lucros Acumulados: já corrigidos para o fim do exercício = \$ 2.412

QUADRO 26 - BALANÇO PATRIMONIAL (Final do Exercício) Corrigido para o Final do Exercício

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	
Disponível	1.908	Empréstimos	200
Estoques	750		
<u>Permanente</u>		<u>Patrimônio Líquido</u>	
Equipamento	1.500	Capital Social	3.288
(-) Depreciação	(450)	Lucros Acumulados	2.412
Terreno	3.000	Lucro do Exercício	808
Total do Ativo	6.708	Total do Passivo	6.708

O lucro do exercício encontrado no balanço patrimonial do final do exercício corrigido para o fim do exercício é a parcela necessária para igualar o ativo total corrigido à soma do passivo com o patrimônio líquido, também corrigidos. A diferença entre o lucro histórico, \$ 1.158 e o lucro determinado através do balanço patrimonial corrigido, \$ 808, é devido principalmente ao fato de não terem sido calculados os ganhos e perdas nos itens monetários. Este cálculo será efetuado oportunamente.

A correção da demonstração de resultado do exercício é efetivada mediante os seguintes passos:

- identifique os itens monetários do balanço pa

trimonial do início do exercício e calcule os itens monetários líquidos;

- calcule os acréscimos e decréscimos aos itens monetários ocorridos durante o ano, chegando ao valor dos itens monetários líquidos ao final do exercício;

- por meio da variação do I.G.P., converta os itens monetários líquidos do início do exercício, assim como as variações ocorridas, desde a data de formação até o encerramento do exercício;

- determine o ganho ou perda real nos itens monetários do exercício. Se a diferença entre os itens monetários líquidos corrigidos e os itens monetários líquidos não corrigidos for positiva, obteve-se perda real, se for negativa, ocorreu ganho real;

- converta todas as contas de resultado, exceto depreciação, pelo I.G.P., da data de sua formação para a data de encerramento do exercício. O ganho ou perda nos itens monetários deverá ser incluído na demonstração de resultados do exercício corrigida.

QUADRO 27 - CÁLCULO DO GANHO OU PERDA REAL NOS ITENS MONETÁRIOS

	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FATOR DE CORREÇÃO	FIM DO EXERCÍCIO
Itens Monetários Ativos	300	-	-
Itens Monetários Passivos	(300)	-	-
Itens Monetários Líquidos no Início do Exercício	0	<u>150</u> 100	0
+ Vendas	2.000	<u>150</u> 125	2.400
- Compras	0	-	0
- Despesas Operacionais	(100)	<u>150</u> 125	(120)
- Despesas Financeiras	<u>(192)</u>	<u>150</u> 125	<u>(230,4)</u>
- Ativos Monetários Líquidos no Final do Exercício	<u>1.708</u>		<u>2.049,6</u>
Constituído por:			
Ativos Monetários	1.908		
Passivos Monetários	(200)		
Ativo Monetário Líquido Corrigido ao Final do Exercício		2.049,6	
- Ativo Monetário Líquido não Corrigido ao Final do Exercício		<u>1.708</u>	
Perda nos Itens Monetários		341,6	

A seguir, é efetuada a correção das contas da demonstração de resultados do exercício.

$$\text{Receita de Vendas: } \$ 2.000 \times \frac{150}{125} = \$ 2.400$$

$$\text{Estoque Inicial: } \$ 1.000 \times \frac{150}{100} = \$ 1.500$$

Compras: 0

$$\text{Estoque Final: } \$ 500 \times \frac{150}{100} = \$ 750$$

$$\text{Despesas Operacionais: } \$ 100 \times \frac{150}{125} = \$ 120$$

$$\text{Despesas Financeiras: } \$ 192 \times \frac{150}{125} = \$ 230,4$$

Depreciação do Exercício: é calculada multiplicando-se a taxa anual (10%) pelo valor do equipamento corrigido da data de sua aquisição ao final do exercício.

$$10\% \times \$ 1.500 = \$ 150$$

QUADRO 28 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
CORRIGIDA

Receita de Vendas		2.400
- Custo das Mercadorias Vendidas		(750)
Estoque Inicial	1.500	
Compras	0	
Estoque Final	(750)	
Lucro Bruto		1.650
- Despesas Operacionais		(120)
- Depreciação		(150)
- Despesas Financeiras		<u>(230,4)</u>
Lucro Antes dos Ganhos (Perdas) nos Itens Monetários		1.149,6
Ganhos (Perdas) nos Itens Monetários		<u>(341,6)</u>
Lucro do Exercício		808

O caso apresentado não englobou contas a receber ou a pagar com cláusulas intrínsecas de correção. O tratamento mais correto destas contas seria como item não monetário. Entretanto, "o efeito líquido no resultado é como se fossem monetários."<sup>1</sup> O exemplo seguinte ilustrará este tópico: uma dívida de \$ 100, contraída ao início do exercício e sobre a qual incorre apenas correção monetária, será tratada e registrada como item monetário

<sup>1</sup> T. Iudicibus, Teoria da contabilidade, op. cit., p. 245.

rio e não monetário. Supõe-se que a correção monetária do período foi de 50% e a variação do I.G.P. de 100%.

1º) Tratamento como item monetário (dados corrigidos para o fim do exercício)

	<u>Início do Exercício</u>	<u>Fim do Exercício</u>
Dívida	200	150

Variação da dívida: \$ 150 - \$ 200 = decrêscimo de \$ 50

Resultado Líquido: lucro de \$ 50

2º) Tratamento como item monetário (dados corrigidos para o fim do exercício)

	<u>Início do Exercício</u>	<u>Fim do Exercício</u>
Dívida	200	200

Variação da dívida: \$ 200 - \$ 200 = 0

Caso a dívida fosse paga ao final do exercício, haveria um desembolso de apenas \$ 150. Logo, houve um ganho na dívida de \$ 50 devido à diferença de taxa entre correção monetária e inflação.

Conseqüentemente,

Resultado Líquido = 0 + \$ 50 = lucro de \$ 50

Assim, fica a critério de cada um sua classificação como item monetário ou não monetário. Cabe ainda ressaltar que, se a correção monetária variasse no mesmo valor da inflação ter-se-ia um item não monetário puro, pois não haveria ganho (ou perda) pela diferença de taxas.

### 5.1.2 Contabilidade Considerando Mudanças em Preços Específicos (Contabilidade a Custos de Reposição)

O método anterior, a contabilidade a nível geral de preços, possui dois pontos negativos: a pressuposição de que todos os preços variam segundo um índice geral e o não reconhecimento de um ganho até que o item específico seja realizado. A contabilidade a custos de reposição procura corrigir estes dois problemas ao considerar as variações individuais de preços dos diversos itens e também ao reconhecer o lucro (ou prejuízo) devido a mudanças de preços, não esperando a ocorrência da realização e, conseqüentemente, não observando o Princípio da Realização da Receita.

A contabilidade a custos de reposição possui duas características fundamentais:

a) confrontação das receitas com os custos correntes na realização da respectiva receita;

b) no cálculo do lucro pelo custo de reposição são encontrados dois componentes: o lucro operacional corrente, calculado de acordo com o item a e as economias de custo (ou ganhos de manutenção) resultantes da variação de preços em recursos mantidos ao longo do tempo.

Antes deste método ser ilustrado com um exemplo, deve ser ressaltado que existe uma discussão<sup>1</sup> a respeito da de

1. Ver, por exemplo, HALE, David. Inflation accounting and public policy around the world. Financial Analysts Journal, New York, 34(5):59-72, sept./oct. 1978, e também, TERBORGH, George. The indexation issue in inflation accounting. Financial Analysts Journal, New York, 36(6):26-31, nov./dec. 1980.

definição dos termos custo de reposição, custo corrente, preços específicos e outros, e qual o mais apropriado para ser utilizado. Como os autores aparentemente não chegam a uma concordância, estes termos serão usados indistintamente ao longo deste trabalho, significando, de maneira geral, o custo que uma organização teria para repor determinado item em um dado momento.

O exemplo a seguir ilustra o método em foco. O ponto de partida encontra-se nas demonstrações contábeis a custo histórico da seção anterior, mais especificamente, o balanço patrimonial do início do exercício e a demonstração de resultados do exercício. As operações serão exatamente as mesmas, abordadas com o enfoque dos custos de reposição. Para tanto são necessárias as seguintes informações adicionais:

- . Na data da venda das mercadorias, o custo de reposição das mesmas era de \$ 10 a unidade.
- . Outros custos de reposição, ao final do exercício, situavam-se nos seguintes níveis:
  - . equipamento: \$ 1.400
  - . mercadorias: \$ 15 a unidade
  - . terreno: \$ 4.000

QUADRO 29 - BALANÇO PATRIMONIAL - Custo de Reposição  
(Início do Exercício)

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	
Disponível	100	Fornecedores	100
Clientes	200	Empréstimos	200
Estoques	1.000	<u>Patrimônio Líquido</u>	
<u>Permanente</u>		Capital Social	2.000
Equipamento	1.000	Lucros Acumulados	1.400
(-) Depreciação	(200)	Economia não rea	
Terreno	2.000	lizada no Equipa	
		mento*	400
Total do Ativo	4.100	Total do Passivo	4.100
* A expressão Economia não Realizada será esclarecida adiante.			

QUADRO 3D - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -  
Custo de Reposição

Receita de Vendas	2.000	
(-) Custo de Reposição		
na data das vendas \$ 10 x 100	(1.000)	
(-) Depreciação do equipamento		
(média no exercício)	(120)	
(-) Despesas Operacionais	(100)	
(-) Despesas Financeiras	(192)	588
Lucro Operacional Corrente		588
<u>Economia de Custo Realizada</u>		
(+) Excesso sobre o CMV		
100 x (\$10 - \$ 5) =	500	
(+) Realização do equipamento,		
referente a este período		
através da depreciação	20	
(+) Realização do equipamento,		
referente a períodos ante-		
riores, através da depreciação	50	570
Lucro Realizado		1.158
<u>Economia de Custo Não Realizada</u>		
(+) Excesso do custo de reposição		
sobre estoque remanescente		
100 x (\$15 - \$5) =	1.000	
(+) Economias de Custo Realizáveis (es-		
pecificamente no equipamento atra-		
vés da depreciação) neste exercí-		
cio e não realizadas até seu final =	280	
(+) Excesso do custo de reposição do		
terreno (\$ 4.000 - \$2.000) =	2.000	3.280
		4.438
(-) Dedução da realização do equipamen-		
to referente a períodos anteriores		
através da depreciação, uma vez que		
para determinação do lucro deste		
exercício devem constar somente Eco-		
nomias Realizáveis no período*	(50)	(50)
Lucro pelo Custo de Reposição		4.388
* Este lucro já foi reconhecido em exercícios anteriores e somente realizado agora, devendo portanto, haver este ajuste.		

QUADRO 31 - BALANÇO PATRIMONIAL - Custo de Reposição  
(Final do Exercício)

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	
Disponível	1.908	Empréstimos	200
Estoques	1.500	<u>Patrimônio Líquido</u>	
<u>Permanente</u>		Capital Social	2.000
Equipamento	1.400	Lucros Acumulados	1.400
(-) Depreciação	(420)	Lucro do Exercício	1.158
Terreno	4.000	Economia não Realizada*	3.630
Total do Ativo	8.388	Total do Passivo	8.388
* A Economia não Realizada é o resultado da seguinte operação:			
Economia Não Realizada no Início do		Exercício:	
		400	
(-) Parcela desta Economia realizada neste exercício:		(50)	
(+) Economia Realizada no Exercício e Não Realizada ao seu final		<u>3.280</u>	
		3.630	

Observando-se a demonstração do resultado do exercício, verifica-se que o lucro pelo custo de reposição é formado pelo lucro operacional corrente acrescido das economias de custo (ganhos de manutenção) realizada e não realizada, referentes ao exercício em estudo. O lucro operacional corrente é obtido confrontando-se as vendas com as despesas e os custos de reposição relativos ao exercício. A economia de custo realizada é fruto da manutenção dos estoques e do equipamento nos ativos da organização e que, pela venda ou uso, passaram à condição de realizados no ano. E a economia de custo não realizada é devida à valorização das mercadorias que ainda permanecem em estoque como também do aumento do potencial de depreciação durante a vida útil remanescente do equipamento, e à valorização do terreno. A soma das economias de custo realizada e não realizada dá-se o nome de economia de custo realizável. Assim,

$$\begin{array}{rcl} \text{Economia de Custo} & & \text{Economia de Custo} & & \text{Economia de Custo} \\ \text{Realizável} & = & \text{Realizada} & + & \text{Não Realizada} \end{array}$$

Como pode ser constatado, o lucro do exercício, obtido pela demonstração a custo histórico, é exatamente igual ao lucro realizado da demonstração pelo custo de reposição. Uma das vantagens da demonstração a custo de reposição reside no desmembramento do lucro operacional em lucro operacional corrente e economia de custo realizada, isolando os ganhos de manutenção, da parte efetivamente operacional. O lucro operacional corrente constitui-se num indicador da eficácia gerencial, ao revelar os aspectos estritamente operacionais do exercício<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> T. IUDICIBUS, Análise de balanços, op. cit.

Outra vantagem da demonstração a custo de reposição encontra-se na distribuição de dividendos. A empresa poderia distribuir \$ 708 (lucro operacional corrente + depreciação) em dividendos sem prejudicar sua capacidade de continuidade de operações. Isto significa que, a organização continuaria no mesmo nível de atividade sem necessidade de financiamento externo, desde que houvesse reposição imediata dos estoques ou que o custo de reposição destes permanesse constante até a próxima compra. Entretanto, a longo prazo deverá ser gerada receita suficiente para a cobertura de todos os custos.

Quanto ao terreno, uma vez que este item do imobilizado não é depreciável, os ajustes no seu custo de reposição são lançados em economia de custo não realizada sendo levados a economia de custo realizada somente se ocorrer sua venda, devendo, a exemplo da depreciação do equipamento, haver a separação entre realizável no exercício e em exercícios anteriores.

Cabe ainda salientar que o exemplo apresentado abordou basicamente estoques e imobilizado, não envolvendo outros itens tanto do ativo quanto do passivo. As contas monetárias como, por exemplo, disponível (caixa e bancos), clientes e fornecedores, já estão a custos de reposição, tornando desnecessário qualquer ajuste. Por sua vez os empréstimos e as aplicações financeiras são periodicamente atualizados e sua contrapartida - perda ou ganho - registrada em conta de despesa operacional.

A seguir será apresentado o cálculo sobre a depreciação no custo de reposição<sup>1</sup>. Suponha-se que o equipamento seja depreciável em 10 anos, não possua valor residual, e tenha sido adquirido no início do Ano 1, por \$500. O custo de reposição deste ativo, ao longo de sua vida útil, está registrado no Quadro 32.

QUADRO 32 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO EQUIPAMENTO

A N O	CUSTO DE REPOSIÇÃO NO ANO	
	INICIAL	FINAL
1	500	700
2	700	1.000
3	1.000	1.400
4	1.400	1.600
5	1.600	2.000
6	2.000	2.200
7	2.200	2.400
8	2.400	2.800
9	2.800	3.200
10	3.200	3.400

A depreciação no período será calculada dividindo-se a média dos custos de reposição inicial e final de cada ano por 10 (número de anos da vida útil). A depreciação poderia ser calculada como um percentual sobre o valor de reposi-

1. Baseado em LARGAY & LIVINGSTONE, op. cit.

ção no fim do período. "Isto somente seria rigorosamente correto, todavia, se as vendas e demais despesas (utilização de recursos) tivessem ocorrido no fim do período e não durante o mesmo."<sup>1</sup> A seguir, é apresentado o cálculo relativo ao primeiro exercício.

$$\begin{array}{l} \text{Média do Custo de} \\ \text{Reposição no Ano 1} \end{array} = \frac{500 + 700}{2} = 600$$

$$\text{Depreciação no Ano 1} = \frac{600}{10} = 60$$

As depreciações para os anos seguintes são calculados de maneira idêntica.

QUADRO 33 - DEPRECIÇÃO ANUAL - Custo de Reposição

ANO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
VALOR	60	85	120	150	180	210	230	260	300	330

Estes valores serão utilizados para a determinação do lucro operacional corrente na demonstração do resultado do exercício a custo de reposição.

A economia de custo realizável, resulta quando o preço corrente excede o custo histórico de um item. É importante salientar que, as economias de custo realizáveis referem-

<sup>1</sup>. IUDICIBUS, Teoria da contabilidade, op. cit., p. 265.

se àquelas economias de custo que aparecem num dado ano, e também que nem todas as economias realizáveis são realizadas neste mesmo ano. Logo, economias não realizadas em anos anteriores poderão ser realizadas, pelo uso ou venda, em parte ou totalmente, no ano que ora transcorre. Assim sendo, economias de custo realizadas num dado ano, poderão incluir economias de custo que se tornaram realizáveis no ano corrente e economias de custo que permaneciam não realizadas no início do exercício. Logo, a fórmula da economia de custo realizável, apresentada anteriormente, será modificada para:

$$\begin{array}{l} \text{Economia de Custo} \\ \text{Realizável} \end{array} = \begin{array}{l} \text{Economia de Custo} \\ \text{Realizada} \end{array} + \begin{array}{l} \text{Mudança na Economia} \\ \text{de Custo não Realizada} \end{array}$$

Para a determinação da economia de custo realizável, ressalta-se que seu cômputo "... não é simplesmente a diferença entre os custos de reposição do começo e do fim do período: a mudança no custo de reposição durante o período deve ser ponderada pela proporção da vida útil remanescente".<sup>1</sup>

O cálculo da economia de custo realizável para o Ano 1 é desenvolvida do seguinte modo: assume-se que os  $\frac{10}{10}$  de vida útil, disponíveis no começo do Ano 1, foram mantidos enquanto o custo de reposição subia de 500 para 600 (custo de reposição médio no período). De modo semelhante, assume-se que os  $\frac{9}{10}$  de vida útil, remanescentes ao final do período, foram mantidos enquanto o custo de reposição aumentava de 600 para 700 ao final do Ano 1. Logo,

<sup>1</sup> T. LARGAY & LIVINGSTONE, op. cit., p. 174.

$$\begin{aligned} \text{Economia de Custo} &= \frac{10}{10} (600 - 500) + \frac{9}{10} (700 - 600) = 100 + 90 = 190 \\ \text{Realizável - Ano 1} & \end{aligned}$$

O cálculo da economia de custo realizável (E.C.R.) nos anos subseqüentes é apresentado a seguir.

$$\text{E.C.R. - Ano 2} = \frac{9}{10} (850 - 700) + \frac{8}{10} (1.000 - 850) = 255$$

$$\text{E.C.R. - Ano 3} = \frac{8}{10} (1.200 - 1.000) + \frac{7}{10} (1.400 - 1.200) = 300$$

$$\text{E.C.R. - Ano 4} = \frac{7}{10} (1.500 - 1.400) + \frac{6}{10} (1.600 - 1.500) = 130$$

$$\text{E.C.R. - Ano 5} = \frac{6}{10} (1.800 - 1.600) + \frac{5}{10} (2.000 - 1.800) = 220$$

$$\text{E.C.R. - Ano 6} = \frac{5}{10} (2.100 - 2.000) + \frac{4}{10} (2.200 - 2.100) = 90$$

$$\text{E.C.R. - Ano 7} = \frac{4}{10} (2.300 - 2.200) + \frac{3}{10} (2.400 - 2.300) = 70$$

$$\text{E.C.R. - Ano 8} = \frac{3}{10} (2.600 - 2.400) + \frac{2}{10} (2.800 - 2.600) = 100$$

$$\text{E.C.R. - Ano 9} = \frac{2}{10} (3.000 - 2.800) + \frac{1}{10} (3.200 - 3.000) = 60$$

$$\text{E.C.R. - Ano 10} = \frac{1}{10} (3.300 - 3.200) + \frac{0}{10} (3.400 - 3.300) = 10$$

A economia de custo realizada é a diferença entre a depreciação a custo de reposição no ano e a depreciação a custo histórico. Logo, para o Ano 1 tem-se:

$$\begin{array}{l} \text{Economia de Custo} = 60 - \frac{500}{10} = 10 \\ \text{Realizada no Ano 1} \end{array}$$

A economia do custo realizada no Ano 1 e as dos anos subsequentes é apresentada no Quadro 34.

QUADRO 34 - ECONOMIA DE CUSTO REALIZADA

ANO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
VALOR	10	35	70	100	130	160	180	210	250	280

Para a determinação da economia de custo não realizada, procede-se da seguinte forma: ao início do Ano 1, o custo de reposição do equipamento é igual ao seu custo histórico. No decorrer do ano, surgiram economias de custo realizáveis no valor de \$ 190, dos quais \$ 10 foram realizados através da depreciação, permanecendo \$ 180 (\$ 190 - \$ 10) como economia de custo não realizada ao final do período.

No começo do Ano 2 permanecem os \$ 180 como economia de custo não realizada. Este valor pode ser obtido também calculando-se a diferença entre o custo de reposição do equipamento no início do ano 2 e seu custo histórico, multiplicando, após, este valor pela vida útil remanescente do bem.

$$\text{Economia de Custo não Realizada ao início do Ano 2} = (\$ 700 - \$ 500) \times \frac{9}{10} = 180$$

Conforme apresentado anteriormente, a economia de custo realizada no Ano 2 foi de \$ 35. Note-se que somente uma parcela desta economia de custo realizada tornou-se realizável durante este ano. Esta parcela é \$ 15, obtida pela diferença entre a depreciação a custo de reposição para o ano, de \$ 85, e a depreciação hipotética de \$ 70 ( $= \$ 700 \times \frac{1}{10}$ ) baseada no custo de reposição no início do Ano 2. A diferença de \$ 20 ( $= \$ 35 - \$ 15$ ) representa realização da economia de custo não realizada do Ano 1. Assim, dos \$ 255 realizáveis durante o Ano 2, apenas \$ 15 foram realizados, e os \$ 20 são a realização da economia de custo não realizada no Ano 1.

Em resumo, tem-se:

- . Economia de custo não realizada no início do Ano 2: \$ 180  
Parcela desta economia de custo realizada durante o Ano 2: \$ 20  
Saldo que permanece não realizado ao final do Ano 2 relativo ao Ano 1: \$ 160.
- . Economia de custo realizável durante o Ano 2: \$ 255  
Parcela desta economia de custo realizada durante o Ano 2: \$ 15  
Saldo que permanece não realizado ao final do Ano 2 relativo ao Ano 2: \$ 240

. Saldo total que permanece não realizado ao fi  
nal do Ano 2: \$ 160 + \$ 240 = \$ 400

Os cálculos pertinentes aos anos subsequentes são apresentados a seguir, observando-se a seguinte notação:

I = Cálculo da economia de custo não realizada, no início do ano.

II = Parcela da economia de custo realizável que se tornou rea  
lizada neste ano.

III = Parcela de realização, no ano, de economias não realiza-  
das em exercícios anteriores.

IV = Saldo acumulado de economia de custo não realizada, ao  
final do exercício.

#### Ano 3

$$I: (\$ 1.000 - \$ 500) \times \frac{8}{10} = \$ 400$$

$$II: \$ 120 - (\$ 1.000 \times \frac{1}{10}) = \$ 20$$

$$III: \$ 70 - \$ 20 = \$ 50$$

$$IV: (\$ 300 - \$ 20) + (\$ 400 - \$ 50) = \$ 630$$

#### Ano 4

$$I: (\$ 1.400 - \$ 500) \times \frac{7}{10} = \$ 630$$

$$II: \$ 150 - (\$ 1.400 \times \frac{1}{10}) = \$ 10$$

$$\text{III: } \$ 100 - \$ 10 = \$ 90$$

$$\text{IV: } (\$ 130 - \$ 10) + (\$ 630 - \$ 90) = \$ 660$$

Ano 5

$$\text{I: } (\$ 1.600 - \$ 500) \times \frac{6}{10} = \$ 660$$

$$\text{II: } \$ 180 - \left( \$ 1.600 \times \frac{1}{10} \right) = \$ 20$$

$$\text{III: } \$ 130 - \$ 20 = \$ 110$$

$$\text{IV: } (\$ 220 - \$ 20) + (\$ 660 - \$ 110) = \$ 750$$

Ano 6

$$\text{I: } (\$ 2.000 - \$ 500) \times \frac{5}{10} = \$ 750$$

$$\text{II: } \$ 210 - \left( \$ 2.000 \times \frac{1}{10} \right) = \$ 10$$

$$\text{III: } \$ 160 - \$ 10 = \$ 150$$

$$\text{IV: } (\$ 90 - \$ 10) + (\$ 750 - \$ 150) = \$ 680$$

Ano 7

$$\text{I: } (\$ 2.200 - \$ 500) \times \frac{4}{10} = \$ 680$$

$$\text{II: } \$ 230 - (\$ 2.200 \times \frac{1}{10}) = \$ 10$$

$$\text{III: } \$ 180 - \$ 10 = \$ 170$$

$$\text{IV: } (\$ 70 - \$ 10) + (\$ 680 - \$ 170) = \$ 570$$

Ano 8

$$\text{I: } (\$ 2.400 - \$ 500) \times \frac{3}{10} = \$ 570$$

$$\text{II: } \$ 260 - (\$ 2.400 \times \frac{1}{10}) = \$ 20$$

$$\text{III: } \$ 210 - \$ 20 = \$ 190$$

$$\text{IV: } (\$ 100 - \$ 20) + (\$ 570 - \$ 190) = \$ 460$$

Ano 9

$$\text{I: } (\$ 2.800 - \$ 500) \times \frac{2}{10} = \$ 460$$

$$\text{II: } \$ 300 - (\$ 2.800 \times \frac{1}{10}) = \$ 20$$

$$\text{III: } \$ 250 - \$ 20 = \$ 230$$

$$\text{IV: } (\$ 60 - \$ 20) + (\$ 460 - \$ 230) = \$ 270$$

Ano 10

$$\text{I: } (\$ 3.200 - \$ 500) \times \frac{1}{10} = \$ 270$$

$$\text{II: } \$ 330 - (\$ 3.200 \times \frac{1}{10}) = \$ 10$$

$$\text{III: } \$ 280 - \$ 10 = \$ 270$$

$$\text{IV: } (\$ 10 - \$ 10) + (\$ 270 - \$ 270) = 0$$

A custos de reposição, os dados relativos ao equipamento são os seguintes:

. Balanço patrimonial no início do exercício ( 2 anos decorridos):

Equipamento	1.000
Depreciação	<u>(200)</u>
	800

. Balanço patrimonial no final do exercício ( 3 anos decorridos):

Equipamento	1.400
Depreciação	<u>(420)</u>
	980

## QUADRO 35 - RESUMO DA DEPRECIACÃO E ECONOMIAS DE CUSTO DO EQUIPAMENTO

A N O	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	TOTAL
Custo de Reposição no Início do Exercício	500	700	1.000	1.400	1.600	2.000	2.200	2.400	2.800	3.200	
Custo de Reposição no Final do Exercício	700	1.000	1.400	1.600	2.000	2.200	2.400	2.800	3.200	3.400	
Depreciação no Período	60	85	120	150	180	210	230	260	300	330	
Economia de Custo Realizável	190	255	300	130	220	90	70	100	60	10	1.425
Economia de Custo Realizada	10	35	70	100	130	160	180	210	250	280	1.425
Economia de Custo não Realizada	180	220	230	30	90	(70)	(110)	(110)	(190)	(270)	0
Parcela da Economia de Custo Realizável que se tornou realizável este ano	10	15	20	10	20	10	10	20	20	10	
Parcela de Realização no ano de Economias Não Realizadas de exercícios anteriores	-	20	50	90	110	150	170	190	230	270	
Saldo Acumulado de Economia de Custo Não Realizada ao final do exercício	180	400	630	660	750	680	570	460	270	0	

OBS.: Note-se que toda a Economia de Custo Realizável foi realizada (\$ 1.425 = \$ 1.425) e que o saldo de Economia de Custo não Realizada é nulo, uma vez que o equipamento não possui valor residual.

Os custos de reposição do equipamento, assim como suas depreciações, deverão ser valores da data dos balanços patrimoniais.

Na demonstração do resultado do exercício cons-tarão os seguintes valores:

- . Depreciação do equipamento = 120
- . Economia de custo realizada relativa a custos realizáveis do ano 3 = 20
- . Economia de custo realizada relativa à econo-mia de custo não realizada em anos anterio-res = 50
- . Economia de custo não realizada = 280

Os \$ 50, do terceiro ponto acima, são somados para mostrar o total de realização do equipamento no ano. Apõs, são desconta-dos, uma vez que já foram computados como lucro em exercícios anteriores. Uma verificação de que o valor líquido do equipa-mento, no final do exercício, está compatível com os cálculos desenvolvidos, é apresentada no Quadro 36.

QUADRO 36 - VERIFICAÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DO EQUIPAMENTO  
AO FINAL DO EXERCÍCIO

Custo Histórico	500
Depreciação Acumulada até o início do ano 3	<u>(100)</u>
Custo Histórico no início do ano 3	400
Economia de Custo não Realizada no início do ano 3	<u>400</u>
Custo Contábil de Reposição no início do ano 3	800
Economias de Custo Realizáveis no ano 3	300
Depreciação no ano 3	<u>(120)</u>
Valor líquido do Equipamento ao final do exercício	980

A Contabilidade Considerando Mudanças em Preços Específicos baseia-se na definição de renda de uma pessoa, como a quantia "... que ela pode consumir durante a semana e ainda esperar estar, no final da semana, na mesma situação em que estava no começo".<sup>1</sup> Analogamente, o lucro efetivo de uma organização em determinado período, é a quantia máxima que pode ser distribuída, de tal forma que, após esta distribuição, a empresa esteja na mesma situação em que se encontrava ao início des

1. HICKS, John R. Valor e capital: estudo sobre alguns princípios fundamentais da teoria econômica. São Paulo, Abril Cultural, 1984. (Os economistas).

te período. "Mesma situação", neste caso, refere-se ao potencial operacional do ente econômico, ou seja, seu volume de estoques, sua capacidade de produção, sua capacidade financeira, etc. Assim, a contabilidade a custos de reposição enquadra-se na definição de Hicks, descortinando diversos graus de lucro que permitem uma avaliação mais detalhada do resultado do que a obtida na contabilidade a nível geral de preços.

No continente americano, somente os Estados Unidos possuem, desde março de 1976, uma legislação<sup>1</sup> que obriga as maiores empresas a divulgarem informações complementares sobre os custos de reposição correntes dos estoques e capacidade produtiva. Estudos foram realizados no sentido de antever o efeito destas demonstrações adicionais no resultado das empresas. Em um destes trabalhos<sup>2</sup>, foi previsto que a utilização do método Último a Entrar, Primeiro a Sair (UEPS) nos estoques, implicaria uma diferença insignificante no custo das mercadorias vendidas, em relação ao CMV empregando o custo de reposição. No que tange ao ativo permanente, adiantou-se que as firmas com imobilizado relativamente novo apresentaria pouca discrepância na depreciação a custo de reposição. Estas previsões foram confirmadas e complementadas posteriormente.

Verificou-se que, não somente nas empresas onde se utilizava o método UEPS, a diferença entre o CMV - históri

1. Refere-se a Accounting Series Release 190 da Securities and Exchange Commission.

2. FALKENSTEIN & WEIL, op. cit.

co e o CMV - custo de reposição era insignificante, mas também naquelas onde o método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS) era empregado, desde que seus estoques tivessem uma alta rotação. No ativo imobilizado, as diferenças entre custo histórico e de reposição acentuavam-se quanto mais capital intensiva fosse a indústria e quanto mais antigas fossem as fábricas, acarretando descompassos entre as respectivas depreciações. Tal fato, entretanto, não ocorria em indústrias que dependiam muito de novas tecnologias, ou que possuíam fábricas novas, ou ainda, que fossem mão-de-obra intensivas<sup>1</sup>.

Do exposto, conclui-se que empresas com alto giro no estoque ou que utilizem o método UEPS e ainda possuam fábricas novas ou sejam mão-de-obra intensivas, terão seu lucro realizado (ou lucro histórico) muito próximo do lucro operacional corrente.

Para finalizar, deve-se levantar um problema relativo à depreciação. Para Vancil e Weil<sup>2</sup> o lucro operacional corrente deveria ser mais adequadamente denominado de lucro distribuível. Este, é a porção do lucro que a empresa pode distribuir aos acionistas, após a devida dedução do Imposto de Renda, sem prejudicar sua capacidade física, e desde que a organização "... continue fazendo a mesma espécie de coisas no futuro como no passado..."<sup>3</sup>.

1. WOO, John C.H. & SETH, Shirish B. The impact of replacement cost accounting on financial performance. Financial Analysts Journal, New York, 34(2):48-54, mar./apr. 1978.

2. VANCIL, Richard F. & WEIL, Roman L. Current replacement cost accounting, depreciable assets, and distributable income. Financial Analysts Journal, New York, 32(4):38-45, jul./aug. 1976.

3. FALKENSTEIN & WEIL, op. cit., p. 48.

Por outro lado, Chambers<sup>1</sup> discorda da posição assumida por Vancil e Weil, alegando que, mesmo reinvestindo as cotas de depreciação, a empresa não terá recursos suficientes para repor um ativo imobilizado quando estiver totalmente depreciado. Logo, para Chambers, o lucro operacional corrente não seria totalmente distribuível como argumentam Vancil e Weil. A necessidade de reinvestimento das cotas de depreciação é levantada por estes dois últimos autores e exemplificam: a) com uma aplicação em máquinas e b) com a constituição de um fundo para reposição do imobilizado. A contra-argumentação de Chambers não consegue abalar a posição assumida por Vancil e Weil, levando à conclusão de que o lucro operacional corrente pode ser considerado, após a dedução do Imposto de Renda, como lucro distribuível aos acionistas, sem prejudicar a continuidade da empresa.

### 5.1.3. Integração da Contabilidade a Nível Geral de Preços e Contabilidade a Custos de Reposição (Método Integrado)

Tanto a contabilidade a nível geral de preços quanto a contabilidade a custos de reposição apresentam problemas informativos. O primeiro método simplesmente transforma cruzeiros passados em cruzeiros atuais, considerando que os diver

1. CHAMBERS, R.J. The delusions of replacement cost accounting. Financial Analysts Journal, New York, 33(4):48-52, jul./aug. 1977.

os valores das demonstrações variaram uniformemente segundo um índice geral de preços. Como se sabe, isto efetivamente não ocorre no mundo real. Já a contabilidade a custos de reposição supera este problema, ao apresentar os diversos itens das demonstrações com base nos seus respectivos custos de reposição. Entretanto, ao contornar a deficiência da contabilidade a nível geral de preços, termina por incorrer em outro problema informativo.

Suponha-se o seguinte exemplo: ao final de um ano, um ativo que havia sido adquirido por \$ 1.000.000 está valendo \$ 2.500.000. Basicamente é esta a informação fornecida pela contabilidade a custos de reposição. Considerando os valores do início e final do ano, este ativo apresentou uma valorização de 150%. Foi este um bom ou mau investimento? A resposta a esta pergunta somente poderá ser dada se houver algum padrão de comparação. Se diversos outros investimentos similares tivessem proporcionado valorização média de 300% pelo mesmo espaço de tempo, sem dúvida alguma esta não teria sido uma boa aplicação de recursos. Porém, se em vez de 300% a valorização média fosse de 50%, a resposta seria justamente o oposto.

É especificamente neste ponto em que é deficiente a contabilidade a custos de reposição. Para corrigir esta falha informativa, é feita uma integração entre este método e a contabilidade a nível geral de preços, da seguinte forma: supondo que, no período acima considerado, o índice geral de preços tenha experimentado uma variação de 100%, o ganho monetário de \$ 1.500.000 ( $\$ 2.500.000 - \$ 1.000.000$ ) será dividido em duas parcelas; a primeira relativa a um ganho fictício, devido

ã variação do IGP no período, igual a \$ 1.000.000 (100% x 1.000.000) e a segunda parcela devida à diferença entre o ga nho monetário e o fictício, chamada ganho real, aumento efetivo no poder de compra. Assim,

Custo de reposição do ativo no final do exercício:	\$ 2.500.000
Custo de aquisição do ativo	(-) <u>\$ 1.000.000</u>
Ganho monetário	\$ 1.500.000
Ganho fictício	(-) <u>\$ 1.000.000</u>
Ganho real	\$ 500.000

Conseqüentemente,

$$\text{Ganho Monetário} = \text{Ganho Fictício} + \text{Ganho Real}$$

ou

$$\text{Ganho Real} = \text{Ganho Monetário} - \text{Ganho Fictício}$$

O objetivo deste método é remover os efeitos da inflação das contas de custo de reposição e reescrever os ba lanços em cruzeiros reais do final do período. Portanto, o lu cro real será calculado levando-se em consideração mudanças em preços específicos de bens e serviços e as variações no poder geral de compra. Desta forma, a empresa terá apresentado um ganho se mantiver bens que aumentem de preço mais rapidamente que o Índice Geral de Preços<sup>1</sup>. E, contrariamente, advirão per das toda vez que o aumento do I.G.P. superar o aumento do pre ço dos bens.

1. Para fins deste trabalho considera-se que, no caso brasileiro, a variação do Índice Geral de Preços (FGV) é a quantifi cação das variações do poder geral de compra.

Largay e Livingstone<sup>1</sup> propõem uma forma de elaboração das demonstrações contábeis pelo método integrado, cujos passos são discriminados a seguir:

1º) Calcular os ganhos (economias de custo) realizáveis fictícios;

2º) Calcular os ganhos (economias de custo) realizados fictícios;

3º) Calcular os ganhos reais, tanto realizáveis quanto realizados, através da fórmula: Ganhos Monetários = Ganhos Fictícios + Ganhos Reais;

4º) Calcular a mudança (variação) nos ganhos não realizados reais;

5º) Preparar a demonstração do resultado real, refletindo os ganhos reais;

6º) Preparar o balanço patrimonial a custo de reposição.

O método integrado separa os ganhos devidos à inflação (fictícios) dos ganhos reais. Daí sua semelhança, num primeiro momento, com a contabilidade a nível geral de preços.

Para ilustrar estes passos será aproveitada a mesma situação apresentada anteriormente.

I Etapa Inicialmente, será mensurado quanto os ativos e passivos deveriam ter mudado para terem acompanhado a variação do índice geral de preços. Como fontes de informação neste passo, tomar-se-ão os balanços a custo de reposição, uma vez que

---

1. LARGAY & LIVINGSTONE, op. cit.

"... os ganhos realizáveis do ano que transcorre somente têm significado no contexto dos custos de reposição em mudança."<sup>1</sup>

Sejam os seguintes índices gerais de preços referentes ao exercício:

Início - 100

Meio - 125

Final - 150

Para ser calculada apenas a variação em cruzeros do valor de um item (ativo ou passivo) durante o exercício, utiliza-se as seguintes fórmulas:

$$\text{Variação} = \text{Valor do Item} \times \frac{150 - 100}{100}$$

Os valores formados ao longo do exercício, terão como data base o meio do período, e sua variação dada pela seguinte equação:

$$\text{Variação} = \text{Valor do Item} \times \frac{150 - 125}{125}$$

<sup>1</sup>. Ibidem, p. 264.

QUADRO 37 - 1ª Etapa - CÁLCULO DOS GANHOS REALIZÁVEIS  
FICTÍCIOS

I T E M	\$ DO FIM DO EXERC.	\$ MÉDIOS DO EXERC.
<u>Disponível + Clientes</u>		
Inicial $300 \times \frac{50}{100} = 150$		
Aumento no exercício $1.608 \times \frac{25}{125} = 321,6$	471,6	393
<u>Estoques</u>		
Inicial $1.000 \times \frac{50}{100} = 500$		
Aumento do exercício $500 \times \frac{25}{125} = 100$	600	500
<u>Equipamento (Líquido)</u>		
Inicial $800 \times \frac{50}{100} = 400$		
Aumento no exercício $180 \times \frac{25}{125} = 36$	436	363,33
<u>Terreno</u>		
Inicial $2.000 \times \frac{50}{100} = 1.000$		
Aumento no exercício $2.000 \times \frac{25}{125} = 400$	1.400	1.166,67
<u>Fornecedores + Empréstimos</u>		
Inicial $(300) \times \frac{50}{100} = (150)$		
Decrêscimo no exercício $100 \times \frac{25}{125} = 20$	(130)	(108,33)
TOTAL	2.777,60	2.314,67
<p>Observação 1: Os \$ Médios do Exercício são obtidos multiplicando-se os \$ do Fim do Exercício por 125.</p> <p style="text-align: center;">150</p> <p>Observação 2: Os decrêscimos dos ativos e aumentos dos passivos, caso houvessem, seriam computados como perdas (quantidades negativas).</p>		

II Etapa Os ganhos realizados fictícios incluem não somente os realizáveis do período mas também os de períodos anteriores. Por isso, tomam-se as demonstrações a custo histórico e mede-se quanto os ganhos (ou perdas) realizados a custo histórico deveriam ter variado para acompanhar a mudança no índice geral de preços.

Como os ganhos (perdas) monetárias em itens monetários, por definição<sup>1</sup>, são sempre zero, e a manutenção de tais itens (no caso ativos) ocasiona perdas reais, tem-se que:

Ganhos Monetários = Ganhos Reais + Ganhos Fictícios

$$0 = (333,33) + \text{Ganhos Fictícios}$$

$$\text{Ganhos Fictícios} = 333,33$$

Assim, conclui-se que as perdas reais são eclipsadas pelos ganhos fictícios nos itens monetários, e os ganhos reais anulados pelas perdas fictícias (ganhos fictícios negativos).

III Etapa Os ganhos reais, tanto realizáveis quanto realizados, podem ser calculados utilizando-se a equação:

Ganhos Reais = Ganhos Monetários - Ganhos Fictícios

uma vez que já foram obtidas as duas parcelas à direita do sinal de igualdade.

<sup>1</sup>. Ver LARGAY & LIVINGSTONE, op. cit.

QUADRO 38 - 2ª Etapa - CÁLCULO DOS GANHOS REALIZADOS  
FICTÍCIOS

I T E M	\$ MÉDIOS DO EXERC.	\$ DE FIM DO EXERC.
Disponível + Clientes (ativos monetários)	393	471,6
<u>Estoques</u> (CMV da Contabilidade a Nível Ge ral de Preços menos o CMV da contabilidade Histórica) Estoque Inicial (corrigido de sua aquisição atê a venda) $1.000 \times \frac{125}{100} = 1.250$ (+) Compras no período 0 (-) Estoque final: 100 unidades a Cr\$ 5,00/ unidade (corrigido de sua aquisição ao período médio) $500 \times \frac{125}{100} = - 625$ (-) CMV a custo histórico 100 unidades a Cr\$ 5,00/unidade - 500	125	150
<u>Equipamento (Depreciação)</u> Supõe-se o IGP a 50 na época da compra do equipamento Variação na depreciação a custo histórico corrigida: $50 \times \frac{125}{50} - 50 = 75$	75	90
<u>Fornecedores + Emprêstimos</u> (passivos monetários)	(108,33)	(130)
TOTAL	484,67	581,6
Observação 1: Os \$ do Fim do Exercício são obtidos multipli- cando-se os \$ Médios do Exercício por $\frac{150}{125}$ Observação 2: Supõe-se que os itens monetários giraram com- pletamente no exercício inexistindo ganho não realizado nestas contas.		

## QUADRO 39 - 3ª Etapa - CÁLCULO DOS GANHOS REAIS

	GANHOS MONETÁRIOS		GANHOS FICTÍCIOS		GANHOS REAIS	
	REALIZÁVEL	REALIZADO	REALIZÁVEL	REALIZADO	REALIZÁVEL	REALIZADO
<u>\$ Médios do Exercício</u>						
Disponível + Clientes	-	-	393	393	(393)	(393)
Estoque	1.500	500	500	125	1.000	375
Equipamento	300	70	363,33	75	(63,33)	(5)
Terreno	2.000	-	1.166,67	-	833,33	-
Fornecedores + Empréstimos	-	-	(108,33)	(108,33)	108,33	108,33
TOTAL	3.800	570	2.314,67	484,67	1.485,33	85,33
<u>\$ do Fim do Exercício</u>						
Disponível + Clientes	-	-	471,6	471,6	(471,6)	(471,6)
Estoque	1.800	600	600	150	1.200	450
Equipamento	360	84	436	90	(76)	(6)
Terreno	2.400	-	1.400	-	1.000	-
Fornecedores + Empréstimos	-	-	(130)	(130)	130	130
TOTAL	4.560	684	2.777,6	581,6	1.782,4	102,4

IV Etapa Nesta etapa do processo será calculada a mudança nos ganhos não realizados reais por intermédio da fórmula:

Mudanças nos Ganhos  
 Não Realizados = Ganhos Realizáveis - Ganhos Realizados

QUADRO 40 - 4<sup>a</sup> Etapa - CÁLCULO DA MUDANÇA NOS GANHOS  
NÃO REALIZADOS REAIS

	MUDANÇAS NOS GANHOS NÃO REALIZADOS REAIS	GANHOS REALIZÁVEIS REAIS	GANHOS REALIZADOS REAIS
<u>\$ Médios do Exercício</u>			
Disponível + Clientes	-	(393)	(393)
Estoque	625	1.000	375
Equipamento	(58,33)	(63,33)	(5)
Terreno	833,33	833,33	-
Fornecedores + Empréstimos	-	108,33	108,33
TOTAL	1.400	1.485,33	85,33
<u>\$ do Fim do Exercício</u>			
Disponível + Clientes	-	(471,6)	(471,6)
Estoque	750	1.200	450
Equipamento	(70)	(76)	(6)
Terreno	1.000	1.000	-
Fornecedores + Empréstimos	-	130	130
TOTAL	1.680	1.782,4	102,4

V Etapa A seguir será elaborada a demonstração de resultados reais do exercício. Esta etapa tem início na demonstração de resultados a custo de reposição, modificada para valores reais, na economia de custo realizada e não realizada. A coluna primeiramente preenchida é a dos \$ Médios do Exercício, sendo a de \$ do Fim do Exercício decorrência da multiplicação daquela por  $\frac{150}{125}$ .

Na contabilidade a custos de reposição, somou-se (e depois deduziu-se) os ganhos realizados em períodos anteriores, evitando-se assim o cômputo em dobro deste valor. Este refinamento não é aqui necessário, uma vez que a mesma quantia de ganhos realizáveis pode ser determinada somando-se os ganhos realizados à mudança nos ganhos não realizados. Foi este o caminho seguido na determinação do lucro real a custo de reposição.

VI Etapa Antes do balanço patrimonial ser elaborado é necessário, primeiramente que se ajuste o patrimônio líquido. Para tanto, serão feitas algumas considerações que permitirão a realização desta tarefa. Inicialmente, supõe-se que a empresa está em seu terceiro ano de vida, tendo sido fundada com o capital social de \$ 100. Durante o segundo ano de operação foi realizada uma emissão de ações no valor de \$ 1.900.

Seria trabalhoso voltar no tempo e converter as demonstrações a custo histórico para custo de reposição. Porém, isto não se faz necessário, uma vez que o lucro pelo custo histórico (o qual está registrado período por período) é igual ao lucro realizado da contabilidade pelo custo de reposição. Já a parcela de ganhos não realizados, que representa um estoque potencial de lucros a realizar, é alterada a cada exercício, sendo incrementada pelas economias realizáveis que permaneceram não realizadas ao final do exercício, e deduzida das realizações neste espaço de tempo, não sendo agregada aos lucros acumulados (pela contabilidade histórica) de cada exercício. Assim, o ajuste patrimonial será feito sobre os lucros efetivamente realizados em cada período e sobre os ganhos ainda não rea-

QUADRO 41 - 5ª Etapa - ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RE-  
SULTADOS REAIS DO EXERCÍCIO

I T E M	\$ MÉDIOS DO EXERCÍCIO	\$ DO FIM DO EXERCÍCIO
Receita de Vendas	2.000	2.400
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(1.000)	(1.200)
(-) Depreciação	(120)	(144)
(-) Despesas Operacionais	(100)	(120)
(-) Despesas Financeiras	<u>(192)</u>	<u>(230,4)</u>
Lucro Operacional Corrente	588	705,6
<u>Ganhos Realizados Reais</u>		
Sobre CMV	375	450
Sobre Depreciação do Equipamento	(5)	(6)
Sobre Manutenção de Ativos Monetários	(393)	(471,6)
Sobre Manutenção de Passivos Monetários	<u>108,33</u>	<u>130</u>
Total dos Ganhos Realizados Reais	<u>85,33</u>	<u>102,4</u>
Lucro Realizado Real	673,33	808
<u>Mudança nos Ganhos não Realizados Reais</u>		
Nos Estoques	625	750
No Equipamento	(58,33)	(70)
No Terreno	<u>833,33</u>	<u>1.000</u>
Total da Mudança nos Ganhos não Realizados Reais		
Reais	1.400	1.680
Lucro Real a Custo de Reposição	2.073,33	2.488

Observação: A diferença encontrada entre o lucro real a custo de reposição e o lucro a custo de reposição é devida à parcela fictícia não deduzida deste último.

lizados ao início do terceiro ano.

As economias não realizadas ao início do terceiro ano recaem unicamente sobre o equipamento, uma vez que os estoques e o terreno foram adquiridos no início deste mesmo período. Assim sendo, o total de economias não realizadas no começo do terceiro exercício perfazem um total de \$ 400.

QUADRO 42 - AJUSTE PATRIMONIAL

ITEM	BALANÇO PELO CUSTO DE REPOSIÇÃO (Início 3º ano)	MENOS ELEMENTO FICTÍCIO	BALANÇO REAL	MAIS AJUSTE PELO NÍVEL DE PREÇOS	BALANÇO CORRIDO PARA O (Início do 3º ano)
Capital Social (Inicial)	100	-	100	100	200
Capital Social (Emissão)	1.900	-	1.900	92	1.992
Lucro Realizado (Ano 1)	600	100	500	333	833
Lucro Realizado (Ano 2)	800	141	659	116	775
Ganhos não Realizados devidos ao Equipamento (Início Ano 3)	400	400	0	0	0
TOTAL	3.800	641	3.159	641	3.800

Considerações sobre o cálculo do quadro do ajuste patrimonial:

19) Índices Gerais de Preços nos últimos três anos.

Ano 1	Início: 50
	Fim: 70
Ano 2	Início: 70
	No lançamento das novas ações: 95,4
	Fim: 100
Ano 3	Início: 100
	Fim: 150

20) O elemento fictício é utilizado para descontar a parcela fictícia no lucro do exercício. É calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Elemento Fictício} = \text{Item a ser corrigido} \times \left[ \frac{\text{IGP}_t - \text{IGP}_{t-1}}{2} \right] \div \left[ \frac{\text{IGP}_t + \text{IGP}_{t-1}}{2} \right]$$

Os itens assim ajustados estão a valores médios do exercício.

30) Quanto ao elemento fictício, nos ganhos não realizados no equipamento, tem-se:

- . Preço de aquisição do equipamento: 500
- . Preço corrigido do equipamento para o início do 30 ano:

$$500 \times \frac{100}{50} = 1.000$$

. Incremento devido ao nível de preços:

$$1.000 - 500 = 500$$

. O elemento fictício é o incremento devido ao nível de preços, multiplicado pela vida útil restante ( $\frac{8}{10}$ )

$$500 \times \frac{8}{10} = 400$$

. O balanço real é a parcela não realizada descontada a inflação:

$$\text{Balanço Real} = 400 - 400 = 0$$

49) Ajuste do Capital Social:

$$\text{Capital Inicial} = 100 \times \frac{100 - 50}{50} = 100$$

$$\text{Ações Emitidas} = 1.900 \times \frac{100 - 95,4}{95,4} = 92$$

59) Ajuste dos Lucros:

Sobre o balanço real é aplicada a seguinte fórmula, que corrige os valores médios de cada exercício para cruzeiros do início do ano 3 (IGP = 100):

$$\text{Valor Corrigido para o Início do Ano 3} = \text{Item a ser Corrigido} \times \left[ 100 - \frac{(\text{IGP}_t + \text{IGP}_{t-1})}{2} \right] \div \frac{(\text{IGP}_t + \text{IGP}_{t-1})}{2}$$

QUADRO 43 - 6a. Etapa - ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL - MÉTODO INTEGRADO

I T E M	BALANÇO PATRIMONIAL - Início do Exercício		BALANÇO PATRIMONIAL Fim do Exercício
	\$ Início do Exercício	\$ Fim do Exercício	
<b>ATIVO</b>			
<u>Circulante</u>			
Disponível	100	150	1.908
Clientes	200	300	-
Estoques	1.000	1.500	1.500
<u>Permanente</u>			
Equipamento	1.000	1.500	1.400
(-) Depreciação	(200)	(300)	(420)
Terreno	2.000	3.000	4.000
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.100</b>	<b>6.150</b>	<b>8.388</b>
<b>PASSIVO</b>			
<u>Circulante</u>			
Fornecedores	100	150	-
Empréstimos	200	300	200
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Capital Social	2.192	3.288	3.288
Lucros Realizados Reais	1.608	2.412	3.220*
Economia não Realizada Real	0	0	1.680
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.100</b>	<b>6.150</b>	<b>8.388</b>
* Soma dos Lucros Realizados Reais Corrigidos (\$ 2.412) com o Lucro Realizado Real do Exercício a \$ do Fim do Exercício (\$ 808)			

#### 5.1.4 Comparação Entre os Métodos de Correção das Demonstrações Contábeis

Uma vez apresentados os três métodos para correção das demonstrações contábeis, serão eles agora comparados, reunindo-se os balanços patrimoniais, iniciais e finais, assim como suas demonstrações de resultado, em quadros que incluem também os valores a custo histórico.

Inicialmente, deve ser apontada a relativa semelhança existente entre os métodos de custo histórico e custo de reposição, assim como a contabilidade a nível geral de preços e o método integrado. Esta similaridade corre tanto nas contas de ativo como nas de passivo. Quanto à demonstração de resultados, o fato apontado também se verifica. O lucro final destes pares é idêntico, com a diferença que, nos métodos do custo de reposição e integrado, são adicionadas parcelas relativas a economias não realizadas.

Algumas características gerais de cada método (excluindo o custo histórico), englobando seus pontos positivos e negativos, serão discriminadas a seguir:

##### a) Contabilidade a Nível Geral de Preços

. A contabilidade a nível geral de preços envolve uma alteração na unidade de medida, e não nos princípios contábeis.

. Expressa em valores monetários correntes os eventos medidos em valores monetários do passado.

. Os ganhos e perdas no poder de compra dos ati

## QUADRO 44 - BALANÇOS PATRIMONIAIS (Início do Exercício)

Em Valores do Final do Exercício\*

CONTAS	CUSTO HISTÓRICO	NÍVEL GERAL DE PREÇOS	CUSTO DE REPOSIÇÃO	MÉTODO INTEGRADO
<u>Ativo Circulante</u>				
Disponível	100	150	100	150
Clientes	200	300	200	300
Estoques	1.000	1.500	1.000	1.500
<u>Ativo Permanente</u>				
Equipamento	500	1.500	1.000	1.500
(-) Depreciação	(100)	(300)	(200)	(300)
Terreno	2.000	3.000	2.000	3.000
<b>TOTAL ATIVO (PASSIVO)</b>	<b>3.700</b>	<b>6.150</b>	<b>4.100</b>	<b>6.150</b>
<u>Passivo Circulante</u>				
Fornecedores	100	150	100	150
Empréstimos	200	300	200	300
<u>Patrimônio Líquido</u>				
Capital Social	2.000	3.288	2.000	3.288
Lucros Acumulados	1.400	2.412	1.400	-
Lucro do Exercício	-	-	-	-
Economia Não Realizada	-	-	400	-
Lucros Realizados Reais	-	-	-	2.412
Economia Não Realizada Real	-	-	-	0

\* Para o Nível Geral de Preços e Método Integrado.

## QUADRO 45 - BALANÇOS PATRIMONIAIS (Final do Exercício)

CONTAS	CUSTO HISTÓRICO	NÍVEL GERAL DE PREÇOS	CUSTO DE REPOSIÇÃO	MÉTODO INTEGRADO
<u>Ativo Circulante</u>				
Disponível	1.908	1.908	1.908	1.908
Clientes				
Estoques	500	750	1.500	1.500
<u>Ativo Permanente</u>				
Equipamento	500	1.500	1.400	1.400
(-) Depreciação	(150)	(450)	(420)	(420)
Terreno	2.000	3.000	4.000	4.000
<b>TOTAL ATIVO (PASSIVO)</b>	<b>4.758</b>	<b>6.708</b>	<b>8.388</b>	<b>8.388</b>
<u>Passivo Circulante</u>				
Fornecedores				
Empréstimos	200	200	200	200
<u>Patrimônio Líquido</u>				
Capital Social	2.000	3.288	2.000	3.288
Lucros Acumulados	1.400	2.412	1.400	-
Lucro do Exercício	1.158	808	1.158	-
Economia Não Realizada	-	-	3.630	-
Lucros Realizados Reais	-	-	-	3.220
Economia não Realizada Real	-	-	-	1.680

## QUADRO 46 - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

CONTAS	CUSTO HISTÓRICO	NÍVEL GERAL DE PREÇOS	CUSTO DE REPOSIÇÃO	MÉTODO INTEGRADO
Receita de Vendas	2.000	2.400	2.000	2.400
Lucro Bruto	1.500	1.650	-	-
Lucro Operacional Corrente	-	-	588	705,6
Lucro do Exercício	1.158	808	-	-
Lucro Realizado	-	-	1.158	-
Economias não Realizadas	-	-	3.280	-
Lucro Realizado Real	-	-	-	808
Economia não Realizada Real	-	-	-	1.680

vos e passivos monetários são mensurados e considerados na formação do rédito.

. Este método possibilita a comparação das demonstrações contábeis ao longo do tempo.

. É o mais simples dos métodos (excetuando o custo histórico) para implementação.

. Os valores contabilizados dificilmente variam de acordo com o índice geral de preços (IGP).

. Este método não reconhece os ganhos e perdas que ainda não foram realizados.

. O processo de correção monetária dos balanços, atualmente em vigor na legislação brasileira, gera praticamente os mesmos resultados que a contabilidade a nível geral de preços.

#### b) Contabilidade Considerando Mudanças em Preços Específicos (Custo de Reposição)

. Este método considera as variações individuais efetivas nos preços dos diversos itens.

. Reconhece o lucro ou prejuízo devido à mudança de preços, mesmo que o item não tenha sido realizado, evidenciando-os na formação do rédito. Conseqüentemente, fere o princípio da realização da receita.

. Confronta a receita com o custo corrente na realização da respectiva receita.

. Dos três métodos (excetuando-se o custo histó

rico) é o que apresenta custo intermediário para implantação.

. A informação de variação em preços específicos é incompleta sem a informação de como variou a inflação<sup>1</sup>.

#### c) Método Integrado

. Este método corrige falhas informativas dos dois anteriores, considerando as mudanças nos preços específicos e também a variações no índice geral de preços, sendo, dos três, tecnicamente o mais perfeito.

#### d) Considerações Gerais sobre os Métodos

Existem dificuldades para a implantação dos métodos aqui apresentados, sendo que, uma das maiores, reside na operacionalização destes sistemas. No caso brasileiro, conseguiu-se através de uma fórmula essencialmente simples (correção monetária dos balanços) obter-se, praticamente, os mesmos resultados da contabilidade a nível geral de preços, porém, não em sua totalidade. Algumas contas ainda não são corrigidas como, por exemplo, estoques, despesas antecipadas (balanço patrimonial) e receitas, custos e despesas (demonstração de resultados) não sofrem uma correção explícita. Isto acaba por transformar as demonstrações em "colchas de retalho", ou seja, em agrupamento de cruzeiros de diversos períodos. Apesar disso, a contabilidade a nível geral de preços é o início da jornada em direção ao método integrado, considerado o mais per

1. CLARKE, F.L. Replacement cost and inflation accounting: a demurrer. Financial Analysts Journal, New York, 37(1):71-5, jan./feb. 1981.

feito, tecnicamente, entre os três<sup>1</sup>.

Outra dificuldade é a relativa ao princípio do custo (histórico) como base de valor. Este princípio é ferido em todos os três métodos abordados, o que necessitaria, por parte da classe dos contabilistas, uma revisão neste sentido, uma vez que o progresso nesta área não pode ficar comprometido em função de marcos constituídos num passado onde não eram enfrentados os problemas de variação de preços atuais.

Por outro lado, acredita-se que deve haver um esforço para o refreamento da inflação, e não o desenvolvimento de métodos diferentes de contabilidade<sup>2</sup>. Seguindo esta linha de pensamento, o método do custo histórico ainda deveria ser utilizado, porém, internamente à empresa, poderia existir um sistema de informações que viesse a considerar a inflação, sendo que, a ênfase seria dada à contabilidade a custos históricos.

Uma tentativa<sup>3</sup> foi realizada no sentido de defender numericamente esta posição, comprovando que a contabilidade a custo histórico é, em si, suficiente para registrar os fatos contábeis, mesmo em uma economia inflacionária. Visto que os problemas são centrados na recuperação de custos históricos, em decorrência, devem ser usadas demonstrações a custos

1. IUDICIBUS, Sérgio de & MARTINS, Eliseu. Contabilidade e flutuações de preços: resumo de abordagem e proposição de solução. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 8(24):26-35, Jan./mar. 1978.

2. MILLER, Elwood L. What's wrong price-level accounting. Harvard Business Review, Boston, 56(6):111-8, nov./dec. 1978.

3. ANTHONY, Robert N. A case for historical costs. Harvard Business Review, Boston, 54(6):69-79, nov./dec. 1976.

históricos.

Contra esta defesa podem ser levantados os seguintes argumentos:

1º) Os exemplos que foram dados são restritos, não incluindo ativos circulantes essenciais (como estoques e clientes), itens estes sujeitos à ação direta da inflação;

2º) A introdução destes ativos circulantes obrigará a obtenção, pela empresa de mais patrimônio e mais passivo, fato que não foi analisado;

3º) Demonstrações a custos históricos, unicamente, constituem-se em base pouco confiável para acionistas e banqueiros tomarem decisões, o que não assegura um aporte de recursos quando necessário.

A inflação é um fato inerente às economias de diversos países, com origem remontando há centenas de anos e com perspectiva de existência muito prolongada. Logo, é inútil pregar seu refreamento e até mesmo sua extinção, e apegar-se a um sistema contábil pouco representativo da realidade.

Deve-se, isto sim, procurar-se maneiras práticas de operacionalização de métodos contábeis adequados a esta realidade inflacionária, principalmente hoje, em que o desenvolvimento e a facilidade de acesso a computadores vem crescendo rapidamente.

## 5.2 Correção da Análise Econômico-Financeira

Este instrumento terá seu grau de correção aumentado, quanto mais precisa for a base (demonstrações contábeis) sobre a qual serão efetuados os cálculos. De acordo com o que já foi apresentado, o método integrado para elaboração (correção) das demonstrações contábeis, pelas suas características técnicas, é o que se constituiria no melhor fundamento para o desenvolvimento de uma análise. Entretanto, na maioria das vezes, o que estará à disposição do administrador financeiro, serão simplesmente as demonstrações contábeis na forma da legislação em vigor.

A correção da análise econômico-financeira pode ocorrer em diversos níveis, em função das necessidades e disponibilidade de recursos. Num primeiro momento, este administrador poderia, apenas, ajustar alguns itens das demonstrações de que dispõe, como exemplo, estoques e despesas pagas antecipadamente, no balanço patrimonial, e receitas, custos e despesas, na demonstração de resultados. O ativo permanente poderia ser incluído neste processo de reajustes.

Tecnicamente mais correto, seria reestruturar as demonstrações contábeis pelo nível geral de preços (método já apresentado), depurando-se, assim, os problemas existentes na atual legislação, como é o caso do reajuste do ativo permanente pela variação das ORTN's. Certamente, o nível da análise econômico-financeira melhoraria consideravelmente, constituindo-se em um instrumento mais eficaz, com o avanço e popularização da informática, fica reduzido o grau de dificuldade para

operacionalização deste processo, melhorando a relação custo-benefício da implantação.

Como último nível desta escala, uma contabilização pelo método integrado proporcionaria a base para a realização de uma análise superior à anterior. A integração do nível geral de preços aos custos de reposição, sem dúvida, melhora a qualidade informativa, mas também, requererá uma modificação na estrutura contábil da organização, a fim de coletar e registrar dados até então não necessários ao sistema.

Nos níveis descritos, parte-se de simples ajustes nas demonstrações, e chega-se a uma modificação profunda na contabilização. Paralelamente a estes níveis encontra-se uma escala de custos, diretamente proporcional às modificações: quanto maiores estas modificações, mais altos serão os custos. Cabe ao administrador financeiro a conjugação de suas necessidades à restrição de recursos, procurando melhorar a resposta do sistema empregado. O que deve evitar, é contentar-se com o que possui, principalmente se ainda se encontra tomando decisões sobre informações geradas pela contabilidade e destinadas a cumprir obrigações legais.

### 5.3 Correção do Orçamento

Alguns trabalhos têm surgido no sentido de estudar o orçamento em época de inflação. Num deles<sup>1</sup>, é sugerida,

<sup>1</sup> STEDILE, Wanderlei I. Planejamento financeiro e inflação. São Paulo, FGV, 1977. Diss. (Mestr. Adm.) (não publicada).

inicialmente, a elaboração de projeção a valores correntes e seu posterior deflacionamento para uma data base, como o instante inicial. Assim procedendo, obtem-se demonstrações perfeitamente equivalentes, sendo que as taxas de retorno do investimento refletirão valores reais e não se incorrerá nas distorções de projeções a preços constantes.

Em outro<sup>1</sup>, é aconselhado que a seqüência tradicional de elaboração orçamentária (orçamento de vendas, de produção, etc.) seja invertida, estabelecendo-se, primeiramente, a lucratividade desejada, desenvolvendo-se o processo até chegar ao orçamento de vendas. Os motivos alegados para esta inversão pouca relação possuem com a inflação, sendo mais de cunho estratégico, motivacional e analítico.

Um terceiro trabalho<sup>2</sup> propõe a elaboração da demonstração de resultados pelo nível geral de preços, projetando receitas, custos e despesas através de um índice inflacionário previsto e corrigindo estes itens (pela mesma inflação) para o final do exercício. Esta proposição inclui também o cálculo de ganho e perdas nos itens monetários.

De todas as propostas, parece ser esta última a que se aproxima de um instrumento gerencial mais útil para o

1 IUDICIBUS, Formulações orçamentárias e planejamento de lucro em condições inflacionárias; algumas considerações, op. cit.

2 ASSAF NETO, Alexandre. Generalizações do processo de projeção de resultados em inflação. Revista Brasileira de Mercado de Capitais, Rio de Janeiro, 10(29):25-47, Jan./mar. 1984.

administrador financeiro. Entretanto, não é completa, uma vez que não incorpora os balanços patrimoniais ao processo.

O ponto de partida para uma correção orçamentária eficiente, à semelhança da análise econômico-financeira, seria a correção das demonstrações contábeis passadas pelo nível geral de preços, conforme apresentado anteriormente, e não uma correção de acordo com a legislação em vigor, que apesar de avançada em relação a outros países, ainda deixa a desejar em alguns pontos (já analisados).

Concluída esta etapa, o próximo passo na correção do orçamento seria projetar também as demonstrações contábeis de acordo com o método do nível geral de preços. Assim, o administrador financeiro teria um instrumento de maior precisão e mais útil às suas decisões.

Finalizando, se quisesse aprimorar ainda mais suas projeções, poderia introduzir os custos de reposição e começar a operar com o método integrado na orçamentação. É evidente que as demonstrações passadas dificilmente seriam corrigidas com base neste método, dada a falta de dados. Mas um único balanço patrimonial seria levantado, constituindo-se no começo deste novo processo de orçamentação.

#### 5.4 Conclusão

Neste capítulo, procurou-se apresentar os métodos básicos existentes para a correção das demonstrações con-

tābeis, suas semelhanças e seus pontos positivos e negativos. Apontou-se, também, a possibilidade de sua utilização na análise econômico-financeira e no orçamento, melhorando o nível instrumental à disposição do administrador financeiro para a tomada de decisões. Obviamente, por serem as demonstrações contábeis a base para os outros instrumentos, o tratamento mais amplo foi dado às primeiras. Assim sendo, espera-se que a segunda questão, formulada ao início deste trabalho, tenha sido respondida com os conteúdos apresentados.

## 6. RECONHECIMENTO E CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES INFLACIONÁRIAS

Até o presente estágio foram respondidas duas das perguntas formuladas na introdução deste trabalho, as quais versaram sobre as distorções que a inflação provoca nos instrumentos econômico-financeiros assim como as maneiras de corrigi-los, de modo a diminuir ou mesmo eliminar os efeitos inflacionários. Entretanto, outras questões, propostas juntamente com as duas já abordadas, ainda estão pendentes. São elas:

- c) o administrador financeiro efetivamente reconhece as distorções inflacionárias existentes em seu instrumental?
- d) qual o grau em que ocorre este reconhecimento?
- e) este administrador realiza correções nos seus instrumentos para combater as distorções inflacionárias?
- f) quais são estas correções?
- g) existe relação entre grau de reconhecimento, por parte do administrador financeiro, das distorções inflacionárias que ocorrem no instrumental econômico-financeiro e a realização de correções nestes instrumentos, por este profissional?

Neste capítulo procurar-se-ã respondê-las com base em uma pesquisa de campo, caminho este que já havia sido selecionado. Assim, inicialmente, será apresentado o planejamento da pesquisa, sendo que, em etapa posterior, os dados coletados sofrerão análise e interpretação.

## 6.1 Planejamento da Pesquisa

Serão expostos, a seguir, os critérios adotados assim como os elementos essenciais para a elaboração da pesquisa de campo.

### 6.1.1 População

Limitou-se a população estudada aos administradores financeiros das empresas situadas na região metropolitana denominada Grande Porto Alegre. Esta região está localizada no Rio Grande do Sul, Estado que, para fins de levantamento estatístico<sup>1</sup>, foi dividido em microregiões. Uma delas, a qual foi atribuído o número 308, é a chamada de Grande Porto Alegre, formada pelos seguintes municípios:

---

1 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL - 1982. Porto Alegre, Fundação de Economia Estatística, 1984.

Alvorada	Barra do Ribeiro
Cachoeirinha	Campo Bom
Canoas	Estância Velha
Esteio	Gravataí
Guaíba	Novo Hamburgo
Portão	Porto Alegre
São Leopoldo	Sapiranga
Sapucaia do Sul	Viamão

Assim sendo, o interesse deste estudo concentrou-se nos administradores financeiros de organizações situadas nas cidades discriminadas. Salienta-se que foram excluídas as empresas agrícolas, devido a características próprias, específicas deste setor, e as instituições do sistema financeiro, por seguirem uma legislação contábil diferenciada, determinada pelo Banco Central do Brasil.

#### 6.1.2 Administradores financeiros entrevistados

A estratégia de entrevista com os administradores financeiros, (profissionais cuja função é a revisão e o controle das decisões com a finalidade de distribuir e redistribuir recursos financeiros para usos novos e antigos), além da dificuldade para a obtenção dos dados devida às peculiaridades deste mercado<sup>1</sup>, foi influenciada pela insuficiência de recursos para a realização da pesquisa. Assim, selecionou-se uma amostra de vinte profissionais que se dispuseram a fornecer as informações. Estas peculiaridades foram tratadas no Capítulo 3.

ções solicitadas. Ainda, para maior representatividade, procurou-se incluir administradores de organizações de diversos segmentos da economia e de diversos portes.

Como consequência, esta amostra é classificada como não probabilística intencional, e que, por não obedecer a critérios estatísticos de seleção, implica resultados não generalizáveis para a população em pauta. Entretanto, deve ser salientado que, este número de casos permite um tratamento dos dados coletados através de estatística não-paramétrica<sup>1</sup>.

### 6.1.3 Variáveis

Para responder às questões sobre o reconhecimento, por parte do administrador financeiro, dos efeitos inflacionários em seu instrumental, o grau em que ocorre este reconhecimento e o uso de medidas corretivas para estes efeitos, serão utilizadas as variáveis arroladas a seguir:

- a) reconhecimento das distorções inflacionárias nas demonstrações contábeis;
- b) reconhecimento das distorções inflacionárias na análise econômico-financeira;

---

1. Para uma abordagem sobre estatística não-paramétrica, ver por exemplo, SIEGEL, Sidney. Estatística não-paramétrica: para as ciências do comportamento. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1977.

- c) reconhecimento das distorções inflacionárias no orçamento;
- d) medidas corretivas das distorções inflacionárias.

Estas variáveis foram investigadas através dos seguintes pontos de distorções inflacionárias, já levantados anteriormente neste trabalho. Desta forma, tem-se os seguintes agregados:

1º) A variável reconhecimento das distorções inflacionárias nas demonstrações contábeis teve como referência os pontos:

- . reconhecimento de distorções inflacionárias nos itens monetários
- . reconhecimento de distorções inflacionárias no custo das mercadorias vendidas
- . reconhecimento de distorções inflacionárias no ativo permanente
- . reconhecimento de distorções inflacionárias na depreciação
- . reconhecimento de distorções inflacionárias no patrimônio líquido
- . reconhecimento de distorções inflacionárias na correção monetária
- . reconhecimento de distorções inflacionárias no valor do lucro líquido
- . reconhecimento de distorções inflacionárias na formação do lucro líquido.

29) A variável reconhecimento das distorções inflacionárias na análise econômico-financeira teve como referência os pontos:

- . reconhecimento de distorções inflacionárias nos Índices de liquidez
- . reconhecimento de distorções inflacionárias nos Índices de endividamento
- . reconhecimento de distorções inflacionárias nos Índices de rotação
- . reconhecimento de distorções inflacionárias nos Índices de lucratividade
- . reconhecimento de distorções inflacionárias nos Índices de retorno.

39) A variável reconhecimento das distorções inflacionárias no orçamento teve como referência o seguinte ponto:

- . reconhecimento da diferença de resultados entre as projeções a preços constantes e a preços correntes.

49) A variável medidas corretivas das distorções inflacionárias teve como referência o ponto:

- . existência de medidas corretivas das distorções inflacionárias.

#### 6.1.4 Operacionalização das Variáveis

Nesta etapa apresenta-se a forma pela qual as variáveis apontadas acima foram operacionalizadas. Assim, para a realização da pesquisa, optou-se por um roteiro de entrevista dividido em duas etapas: na primeira verificou-se a percepção do administrador financeiro a respeito dos principais pontos de deformação inflacionária (reconhecimento), e na segunda, o grau e a forma pela qual se dá a correção (ação).

A variável reconhecimento das distorções inflacionárias nas demonstrações contábeis foi operacionalizada mediante as seguintes perguntas:

1) Sobre quais itens arrolados a seguir, você entende existir influência (distorção) devida à inflação? De que maneira ela ocorre?

- a) Itens Monetários
- b) Estoques
- c) Custo das Mercadorias Vendidas
- d) Ativo Permanente
- e) Depreciação
- f) Patrimônio Líquido.

2) A correção monetária faz efetivamente parte do resultado do exercício, ou é simplesmente um registro contábil? Se possível, justificar a resposta.

3) O lucro líquido do exercício:

- a) representa um valor próximo ao real ou está distorcido?
- b) está a valores médios ou corrigido para a data de encerramento do exercício? Se possível, justificar suas respostas.

A variável reconhecimento das distorções inflacionárias na análise econômico-financeira foi operacionalizada por meio da seguinte pergunta:

4) Sobre quais índices arrolados a seguir, referentes à análise, você entende haver distorções devidas à inflação? De que modo elas ocorrem?

- a) Índices de Liquidez
- b) Índices de Endividamento
- c) Índices de Rotação
- d) Índices de Lucratividade
- e) Índices de Retorno.

A variável reconhecimento das distorções inflacionárias no orçamento foi operacionalizada através da seguinte pergunta:

5) Você identifica alguma diferença nos resultados obtidos através de uma orçamentação a preços constantes e uma a preços correntes? Se possível, justificar a resposta.

O resultado desta primeira etapa da pesquisa (reconhecimento) foi apurado de acordo com a classificação nos grupos abaixo, denominados de níveis ou graus de reconhecimento:

## Grupos de Nível (ou grau) de Reconhecimento

- 0 - nenhum reconhecimento
- 1 - reconhecimento inferior
- 2 - reconhecimento médio
- 3 - reconhecimento superior

Ou seja, o administrador financeiro que não reconhece o efeito distorcivo da inflação em nenhum dos seus instrumentos, será enquadrado no grupo 0. Aquele que percebe o efeito em apenas um deles terá lugar no grupo 1, e assim sucessivamente, até o grupo 3, uma vez que se possui um máximo de três variáveis que estão relacionados com este reconhecimento.

Para se considerar o administrador financeiro como reconhecedor das distorções inflacionárias nas variáveis, deve-se analisar os pontos de distorções inflacionárias. Se, em 60% ou mais destes, em seu grupo respectivo, o entrevistado apresentar o conhecimento pretendido, dir-se-á que ele reconhece os efeitos inflacionários na variável em pauta. Assim, no caso da variável reconhecimento das distorções inflacionárias nas demonstrações contábeis, deverá apresentar conhecimento de efeitos inflacionários em, pelo menos, seis dos pontos de distorções inflacionárias pertencentes ao grupo das demonstrações contábeis. Quando se tratar da variável reconhecimento das distorções inflacionárias na análise econômico-financeira, deverá ser acusado o reconhecimento de distorções em um mínimo de três pontos. E, finalmente, na variável reconhecimento das distorções inflacionárias no orçamento, o administrador deverá reconhecer a diferença estudada entre os dois métodos de orçamentação, para ser computada esta variável como conhecida.

A variável medidas corretivas das distorções inflacionárias foi operacionalizada através da seguinte pergunta:

6) Nos pontos em que você apontou distorções de vidas à existência de inflação, quais as medidas corretivas utilizadas em sua empresa, para minimizar, ou mesmo eliminar o problema?

Quanto às respostas a esta pergunta (relativa à ação corretiva), os entrevistados serão classificados em dois grupos: no primeiro, existe algum tipo de medida corretiva de distorções inflacionárias empregada pelo administrador financeiro; no segundo grupo, inexistente qualquer tipo de correção. Sobre este resultado será igualmente aplicada a prova binomial, uma vez que a amostra também é dicotomizada, o que possibilitará afirmar se os administradores financeiros utilizam ou não medidas corretivas para as distorções inflacionárias.

Finalmente, pretende-se ainda verificar se o grau de reconhecimento explica a utilização de medidas corretivas dos efeitos inflacionários. Para tanto, será também usada a prova de Komolgorov - Smirnov. Para todos os testes determinou-se um nível de significância igual a 5%.

## 6.2 Os Efeitos Inflacionários nos Instrumentos Econômico-Financeiros: Reconhecimento e Ação nas Empresas

Realizadas as entrevistas, pode-se agora proceder a sua análise, visando fornecer respostas às questões apontadas no início deste capítulo. As duas primeiras, "O adminis-

trador financeiro efetivamente reconhece as distorções inflacionárias existentes em seu instrumental?" e "Qual o grau em que ocorre este reconhecimento?", serão solucionadas a partir das respostas dadas pelos administradores financeiros, às perguntas de números 1 a 5 do roteiro apresentado anteriormente.

A indagação sobre o grau em que ocorre o reconhecimento somente será procedente caso exista reconhecimento, por parte do administrador financeiro, das distorções inflacionárias nos instrumentos econômico-financeiros. Caso contrário, seria ilógico realizá-la. Assim, para responder à primeira pergunta, os grupos de nível de reconhecimento foram divididos em dois grandes grupos:

- a) o administrador financeiro não reconhece os efeitos inflacionários nos instrumentos econômico-financeiros;
- b) o administrador financeiro reconhece os efeitos inflacionários nos instrumentos econômico-financeiros,

sendo o primeiro composto pelo grupo de nível 0 e o segundo formado pelos grupos de níveis 1, 2 e 3. O Quadro 47 exhibe o resultado desta composição.

QUADRO 47 - RECONHECIMENTO DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS NOS INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS PELOS ADMINISTRADORES FINANCEIROS

EFEITOS INFLACIONÁRIOS	FREQUÊNCIA
Não Reconhecem	4
Reconhecem	16
Total	20

Uma vez que a amostra está dicotomizada, isto é, dividida em duas classes, pode ser aplicada a prova binomial<sup>1</sup>, testando as seguintes hipóteses:

Hipótese Nula ( $H_0$ ): inexistência de diferença entre o número de administradores financeiros que reconhece os efeitos inflacionários nos instrumentos econômico-financeiros e o que não reconhece.

Hipótese Alternativa ( $H_1$ ): existe diferença entre o número de administradores financeiros que reconhece os efeitos inflacionários nos instrumentos econômico-financeiros e o que não reconhece.

Da aplicação desta prova constatou-se que a probabilidade de

1. Uma apresentação desta e das demais provas aqui utilizadas poderá ser encontrada em SIEGEL, op. cit.

ocorrência de uma frequência menor ou igual a 4, sob a hipótese nula, é de 0,012 o que, a um nível de significância igual a 0,05 possibilitou a rejeição da hipótese nula e a consequente aceitação da hipótese alternativa. Como existe diferença significativa entre o grupo de administradores financeiros que não reconhece os efeitos inflacionários nos instrumentos econômico-financeiros e o grupo de administradores que os reconhece, com preponderância deste último em relação ao primeiro, a indagação, acerca do reconhecimento, por parte dos administradores financeiros, das distorções inflacionárias existentes em seu instrumental, será respondida do seguinte modo: a um nível de significância igual a 5%, pode-se afirmar que, os administradores financeiros apresentam um reconhecimento das distorções inflacionárias nos instrumentos econômico-financeiros.

A existência deste reconhecimento torna plausível a busca de uma resposta à segunda questão, que procura identificar o grau em que ocorre este reconhecimento. O Quadro 48 apresenta o número de casos existentes em cada nível de reconhecimento propriamente dito (1, 2 e 3). O nível 0 foi desconsiderado pois seria uma inconsistência incluir-se um grupo de não reconhecimento para verificação do grau em que ocorre um reconhecimento.

QUADRO 48 - NÚMERO DE CASOS VERIFICADOS NOS GRAUS DE RECO  
 NHECIMENTO DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS NOS INS  
 TRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

GRAUS DE RECONHECIMENTO	FREQUÊNCIA
1 - Inferior	6
2 - Médio	7
3 - Superior	3
Total	16

Como os dados estão dispostos em uma ordem, de um grau de reconhecimento inferior até um grau de reconhecimento superior, a prova de Komolgorov - Smirnov foi considerada a mais adequada para aplicação. Esta compara frequências acumuladas, esperadas e observadas, de uma escala ordinal permitindo verificar se a diferença máxima entre as duas frequências pode ser atribuída ao acaso ou não.

Desta forma, para fornecer a resposta procurada, foram enunciadas as seguintes hipóteses:

Hipótese Nula ( $H_0$ ): não há diferença entre os graus de reconhecimento dos efeitos inflacionários, por parte dos administradores financeiros, nos instrumentos econômico-financeiros.

Hipótese Alternativa ( $H_1$ ): há diferença entre os graus de reconhecimento dos efeitos inflacionários, por parte dos administradores financeiros, nos instrumentos econômico-financeiros.

Com base no Quadro 49, que apresenta as frequências acumuladas, esperadas e observadas, e suas respectivas diferenças, a prova de Komolgorov - Smirnov revelou que, para um número de casos igual a 16 e  $D_{\max}$  maior ou igual a  $\frac{7}{48}$ , existe uma probabilidade associada sob  $H_0$  maior que 0,20. Isto significa que a hipótese nula não pode ser rejeitada. Conseqüentemente, pode-se afirmar que o administrador financeiro não possui um grau específico de reconhecimento das distorções inflacionárias nos instrumentos econômico-financeiros, podendo ser encontrados com a mesma probabilidade, alguns com grau inferior, outros com grau médio e ainda outros com reconhecimento superior do problema.

QUADRO 49 - GRAUS DE RECONHECIMENTO DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS (Prova de Komolgorov - Smirnov)

Graus de Reconhecimento	1	2	3
Frequência Simples Observada	6	7	3
$F_0 (X)$ = Distribuição Teórica Acumulada Segundo $H_0$	$\frac{1}{3}$	$\frac{2}{3}$	$\frac{3}{3}$
$S_{16} (X)$ = Distribuição Acumulada Observada	$\frac{6}{16}$	$\frac{13}{16}$	$\frac{16}{16}$
$D =  F_0 (X) - S_{16} (X) $	$\frac{1}{24}$	$\frac{7}{48}$	0

O fato de haver um reconhecimento, por parte do administrador financeiro, das distorções inflacionárias nos instrumentos econômico-financeiros, mas de não ter sido identificado um grau específico de reconhecimento, indica que existem administradores tomando decisões com base em um instrumental, sobre o qual eles não possuem um conhecimento completo dos efeitos que a inflação pode causar. Em função disto, fica evidenciada a necessidade de um maior estudo, por estes profissionais, dos tópicos apresentados anteriormente neste trabalho.

A busca de solução à terceira pergunta apresentada ao início deste capítulo, sobre a realização de correções, por parte do administrador financeiro, nos instrumentos econômico-financeiros a fim de combater as distorções inflacionárias, foi feita através da sexta questão do roteiro de entrevista. Ao serem levantadas quais as correções efetuadas, descobriu-se também, o número de administradores que realizava correções nos seus instrumentos econômico-financeiros. Assim pôde-se elaborar o Quadro 50 e enunciar-se as hipóteses abaixo:

Hipótese Nula ( $H_0$ ): Os administradores que realizam correções em seus instrumentos econômico-financeiros, em função das distorções inflacionárias, são numericamente equivalentes aos que não realizam estas correções.

Hipótese Alternativa ( $H_1$ ): Os administradores que realizam correções em seus instrumentos econômico-financeiros, em função das distorções inflacionárias, não são numericamente equivalentes aos que não realizam estas correções.

QUADRO 50 - ADMINISTRADORES FINANCEIROS QUE REALIZAM E  
 QUE NÃO REALIZAM CORREÇÕES NOS INSTRUMENTOS  
 ECONÔMICO-FINANCEIROS

CORREÇÕES NOS INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	FREQUÊNCIA
Não Realizam	13
Realizam	7
Total	20

Aplicando-se a prova binomial, verificou-se que a probabilidade de ocorrência de uma frequência menor ou igual a 7 sob a hipótese nula é de 0,264, o que inviabilizou sua rejeição a um nível de significância igual a 5%. Conseqüentemente, face ao resultado encontrado, não se pode afirmar que os administradores financeiros caracterizam-se por efetuarem (ou não efetuarem) correções no seu instrumental em função de distorções inflacionárias, uma vez que os grupos são numericamente equivalentes ao nível de significância pretendido.

Quanto às correções utilizadas pelos administradores financeiros para combater as distorções inflacionárias nos instrumentos econômico-financeiros, tópico relativo à quarta pergunta, sete empresas (35% de um total de 20) exibiram algum esforço neste sentido. Entretanto, o estágio alcançado nesta área é ainda incipiente, concentrando-se na correção de contas específicas das demonstrações contábeis (p. ex., receitas, despesas, lucro líquido) pelo Índice Geral de Preços e, em um

caso, em dólar americano. Em apenas uma destas empresas existe a correção completa da demonstração do resultado do exercício e do balanço patrimonial. O que provavelmente poderá estar ocorrendo, é que estas correções não são realizadas ou, quando o são, encontram-se em um nível pouco sofisticado, por falta de um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto por parte de tais administradores.

Se por um lado o aspecto de correção instrumental é pouco utilizado, por outro lado, notou-se um esforço geral por parte dos entrevistados a fim de aprimorar a gestão financeira. Em 16 casos (80%) constatou-se que, em períodos inflacionários existe uma efficientização do uso de recursos de giro, como, por exemplo, aceleração de recebimentos, postecipação de pagamentos, otimização dos estoques, diminuição do risco nas vendas (melhor seleção dos clientes), fixação do preço em ORTN's, atualizando, desta forma, os valores parcelados, e aplicação financeira, sempre que possível, das quantias em caixa e bancos. Seis administradores financeiros (30% dos casos) afirmaram que o crescimento da inflação levou-os a um controle maior de custos e despesas, uma vez que seu crescimento estava acima do crescimento das receitas. Em 4 organizações (20%) encontrou-se uma preocupação permanente com a tributação, principalmente quanto ao imposto de renda, cujas alíquotas apresentaram um crescimento em 1983<sup>1</sup>. Outros aspectos foram ainda abordados pelos administradores financeiros como importantes em ép

---

1. Sobre este assunto ver o Decreto-Lei 2065 de 26 de outubro de 1983.

ca de inflação alta sendo exemplos neste sentido, a necessidade da empresa estar bem capitalizada a fim de reduzir seus custos financeiros (3 casos), a busca de uma desmobilização, a procura de linhas de crédito subsidiadas e a melhoria do sistema de informações (1 caso em cada um destes tópicos).

Quanto à última pergunta formulada, para verificar a existência de relação entre grau de reconhecimento, por parte dos administradores financeiros, das distorções inflacionárias que ocorrem no instrumental econômico-financeiro, e a realização de correções nestes instrumentos, os dados apresentados no Quadro 51 são o ponto de partida para a busca de uma solução. Nele são apresentados os casos de administradores financeiros que realizam correções em seu instrumental, de acordo com o respectivo grau de reconhecimento das distorções inflacionárias. Assim, por exemplo, dos administradores com o grau de reconhecimento igual a 3, em dois casos verificou-se a existência de correções no instrumental. Enunciaram-se então,

QUADRO 51 - GRAUS DE RECONHECIMENTO DE DISTORÇÕES INFLACIONÁRIAS E CORREÇÕES DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Graus de Reconhecimento	0	1	2	3
Administradores que Efetuam Correções	0	2	3	2

as seguintes hipóteses:

Hipótese Nula ( $H_0$ ): inexistência de relação entre o grau de reconhecimento, por parte dos administradores financeiros, de distorções inflacionárias nos instrumentos econômico-financeiros e a realização, por estes profissionais, de correções a fim de combater os efeitos inflacionários neste instrumental.

Hipótese Alternativa ( $H_1$ ): existe relação entre o grau de reconhecimento, por parte dos administradores financeiros, de distorções inflacionárias nos instrumentos econômico-financeiros e a realização, por estes profissionais, de correções a fim de combater os efeitos inflacionários neste instrumental.

Aplicando-se a prova de Kolmogorov - Smirnov (Quadro 52, para testá-las, verificou-se que, para um número de administradores financeiros que realiza tais correções (igual a 7) e  $D_{\max} = 0,2143$ , tem-se uma probabilidade associada maior que 0,20. Assim, ao nível de significância estabelecido (5%) a hipótese nula não poderá ser rejeitada. Desta maneira, conclui-se que, não se pode afirmar que existe a relação entre grau de reconhecimento de distorções inflacionárias, por parte do administrador financeiro, nos instrumentos econômico-financeiros, e a realização de correções neste instrumental.

QUADRO 52 - RELAÇÃO ENTRE GRAU DE RECONHECIMENTO E REALIZAÇÃO DE CORREÇÕES (Prova de Komolgorov - Smirnov)

Grau de Reconhecimento	0	1	2	3
Frequência Simples - Observada	0	2	3	2
$F_0 (X)$ = Distribuição Teórica Acumulada Segundo $H_0$	$\frac{4}{20}$	$\frac{10}{20}$	$\frac{17}{20}$	$\frac{20}{20}$
$S_7 (X)$ = Distribuição Acumulada Observada	$\frac{0}{7}$	$\frac{2}{7}$	$\frac{5}{7}$	$\frac{7}{7}$
$D =   F_0 (X) - S_7 (X)  $	0,2	0,2143	0,1357	0

Além de ser essencial no fornecimento de respostas a parte das perguntas formuladas na introdução deste trabalho, a pesquisa de campo permitiu ainda o levantamento de alguns pontos relevantes analisados a seguir. Dos entrevistados, todos reconhecem as perdas e ganhos inerentes aos itens monetários em função da inflação e, no que se refere aos estoques, quatro (20%) acreditam que sua rotação mais veloz permite, praticamente, eliminar tais perdas. A este respeito, deve-se dizer que, com as altas taxas inflacionárias que atualmente se verificam, significativas até a nível diário, por mais rápida que seja a rotação, dificilmente conseguir-se-á eliminar tal influência.

Na questão sobre a pertinência ao rēdito do exercício do resultado da correção monetária, 11 entrevistados (55%)

entendem que tal resultado faz parte efetiva do rēdito do exercīcio. Destes, apenas trēs (15%) possuem um entendimento prōximo do verdadeiro significado da correção monetāria, sendo que os oito restantes acreditam que este processo apenas proporciona uma atualização do ativo permanente e do patrimônio líquido.

Quanto ao lucro líquido ser ou não atualizado para final do exercīcio, cinco (25%) responderam que este item representa um valor final do período, uma vez que seu reinvestimento ao longo do ano, o valor apurado ao seu término estaria atualizado na data. Entretanto, nenhum dos cinco (os outros quinze entrevistados acreditam que o lucro líquido está a valores médios do exercīcio) associou o processo de correção monetária à contabilidade a nível geral de preços.

Na questão sobre análise econômico-financeira, 12 entrevistados (60%) identificam distorções inflacionárias nos índices, sendo que um destes apontou a manipulação de dados como um agravante. Este grupo afirma que a análise econômico-financeira não é mais um fator decisório, podendo ser eventualmente utilizada como um instrumento de comparação entre empresas. Os oito restantes (40%) ainda consideram este processo como um bom aparato gerencial, ignorando distorções, pelo menos significativas, que poderiam deteriorar o resultado.

Somente 4 profissionais (20%) reconhecem haver diferença no produto da orçamentação a preços constantes e correntes. Destes, trēs identificam suas causas sendo que o quarto possui apenas noções sobre o assunto. Os outros dezesseis entrevistados acreditam que os resultados obtidos serão essencialmente os mesmos. Dos 20 entrevistados, 16 elaboram orçamentos,

sendo que destes, apenas três elaboram projeções a preços constantes. Dos que elaboram orçamentos a preços correntes, quatro identificam as diferenças entre os dois processos, apresentadas anteriormente, o que leva a concluir que um grupo de nove administradores utiliza um processo mais trabalhoso (preços correntes) sem conhecer efetivamente o motivo.

### 6.3 Conclusão

Com esta pesquisa de campo, espera-se ter fornecido respostas às cinco últimas questões formuladas na introdução desta dissertação. Assim, visualizou-se um quadro onde os administradores financeiros, de certo modo, reconhecem os efeitos inflacionários nos instrumentos econômico-financeiros, e alguns realizam correções simples em seu instrumental. Entretanto, um maior conhecimento sobre os problemas inflacionários nas demonstrações contábeis, análise econômico-financeira e orçamento, certamente seria proveitoso a fim de que as decisões tomadas por estes profissionais tivessem um melhor embasamento. Ressalta-se, aqui, o papel importante que a Universidade exerce neste sentido, uma vez que deve ser um dos centros geradores destes conteúdos teóricos.

## 7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na introdução deste trabalho foram propostas sete questões sobre os efeitos da inflação nos instrumentos econômico-financeiros, as formas de correção destas distorções, o reconhecimento do viés inflacionário pelo administrador financeiro e as medidas corretivas empregadas por este profissional. O conteúdo desenvolvido, de acordo com a metodologia proposta, procurou fornecer respostas àquelas perguntas, colaborando para o incremento do volume de conteúdos acerca do tema, e constituindo-se em mais um passo no sentido da formação de uma teoria financeira inflacionária.

Em resumo, o estudo efetuado possibilitou a visualização das principais conclusões:

a) o processo inflacionário ocasiona distorções em diversos pontos das demonstrações contábeis, prejudicando a análise econômico-financeira uma vez que é a sua base;

b) o orçamento também é atingido, pois trata-se de uma projeção vinculada às demonstrações contábeis;

c) existem métodos que possibilitam a depuração do viés inflacionário das demonstrações contábeis como a contabilidade a nível geral de preços, a contabilidade a custos de reposição e o método integrado. Sua adoção ocasiona reflexos imediatos tanto na análise econômico-financeira quanto no orçamento;

d) existe um reconhecimento, por parte dos administradores financeiros, das distorções causadas pela inflação nos instrumentos econômico-financeiros. Entretanto, não pôde ser identificado um nível específico que representasse o grau de reconhecimento, por parte destes executivos, dos efeitos inflacionários, uma vez que houve uma distribuição estatística - mente equânime ao longo da escala proposta.

e) parte dos administradores realiza correções para depurar o viés introduzido pela inflação nos instrumentos econômico-financeiros, entretanto, estas são ainda pouco desenvolvidas, não sendo aproveitado o apoio para aprimoramento existente na área computacional;

f) o nível de reconhecimento dos efeitos inflacionários não explicou, neste estudo, a realização de correções nos instrumentos econômico-financeiros, uma vez que tanto administradores com alto grau de reconhecimento das distorções inflacionárias, como os de médio e baixo graus, depuram, de algum modo, seu instrumental;

g) o significado do resultado da correção monetária e o seu reflexo no lucro líquido ainda são pouco compreendidos, apesar do tempo em que este processo de correção está em vigor. Não foi encontrado, ao longo da pesquisa, um único profissional que apresentasse conhecimento completo deste tópico em especial.

h) No que se refere à análise econômico-financiera, verifica-se que grande parte dos entrevistados utiliza este instrumento eventualmente, uma vez que o processo inflacionário, ao distorcer as demonstrações contábeis, influencia a

análise. Porém, o que poderia se constituir num estímulo ao aprimoramento destas demonstrações, no aspecto inflação, e o conseqüente aumento da fidedignidade dos resultados da análise, acabou ocasionando um afastamento desta por parte dos administradores financeiros. Em suma, em vez de procurar uma melhoria do instrumento, existe, isto sim, uma tendência de relegá-lo a um plano inferior.

i) O orçamento, no que tange às diferenças entre os métodos a preços constantes e correntes, é igualmente pouco compreendido. Porém, neste caso, inversamente à análise, é um instrumento muito utilizado, o que não acarreta maiores preocupações quanto ao seu abandono. Todavia, seria proveitoso um maior conhecimento destas diferenças, o que incrementaria o domínio sobre o instrumento levando a sua melhor utilização.

O processo de correção monetária hoje empregado, introduzido pela Lei 6404 de dezembro de 1976 e complementado por legislação posterior, apesar do tempo em que está em vigor, ainda é pouco entendido. Além disso, mesmo estando muito próximo da contabilidade a nível geral de preços, este método, por ser incompleto, apresenta demonstrações distorcidas. Assim, é necessário um esforço de modificação na direção de aprimorar a contabilidade inflacionária, o qual deverá, forçosamente, ter origem na área governamental, uma vez que deixada à iniciativa empresarial, dificilmente ocorrerá. Tal argumento é corroborado por uma pesquisa<sup>1</sup>, onde se constatou que a grande maioria

1. CASEY, Cornelius J. & SANDRETTO, Michael J. Internal uses of accounting for inflation. Harvard Business Review, Boston, 59(6):149-56, nov./dec. 1981.

das 500 maiores empresas norte-americanas somente passou a adotar um sistema de contabilidade inflacionária, após o advento da legislação do Financial Accounting Standards Board e da Securities and Exchange Commission.

No caso brasileiro, este aprimoramento poderia ocorrer em três etapas: na primeira, seria implantada, uma contabilidade a nível geral de preços efetiva, indexada pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna publicado pela Fundação Getúlio Vargas, e não mais pela variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, instrumento de política monetária e que apenas eventualmente caminha passo a passo com a inflação. Esta medida seria adotada por todas as empresas que hoje empregam a correção monetária do balanço. Aqui, os problemas existentes como a não correção dos estoques e de outros ativos e passivos não monetários, tais como, despesas antecipadas, resultados de exercícios futuros e adiantamentos a fornecedores, seriam solucionados.

Na segunda etapa, juntamente com as demonstrações a nível geral de preços, as grandes e médias organizações deveriam apresentar em notas explicativas os dados relativos aos custos de reposição de estoques e imobilizado, realizando ajustes no lucro do exercício, também em separado.

Numa terceira, as grandes empresas elaborariam também demonstrações pelo método integrado com a obrigatoriedade de sua publicação, juntamente com as demonstrações a nível geral de preços. As demonstrações a nível geral de preços ainda deveriam ser publicadas, com a finalidade de comparação entre as empresas de diversos portes, assim como, pela padroniza

ção de dados nos trabalhos estatísticos.

Note-se que, no primeiro passo, o processo é essencialmente o mesmo, apenas com modificações na forma. Com uma desvantagem de um número de cálculos relativamente maior, segue junto o benefício de um melhor entendimento do significado da correção monetária, e da obtenção de demonstrações mais reais. No segundo passo, a existência da informática facilitará sua implantação uma vez que grande parte destes custos já são fixos. Na terceira e última etapa as grandes empresas aprimorarão seu processo, uma vez que já possuem praticamente todas as informações necessárias assim como a base computacional.

Cabe salientar que, na pesquisa referenciada<sup>1</sup>, das companhias que ainda não possuem um sistema de contabilidade inflacionária, apenas 7% acusou razões de custo. Efetivamente, este é um tópico pouco significativo na decisão de implantação.

As vantagens desta proposta serão amplas e imediatas a todos aqueles que se valem de informações contábeis em suas decisões. Externamente à organização os fornecedores, bancos, analistas de ações, acionistas, público em geral e o próprio governo serão beneficiados por este novo sistema de informações. Internamente à empresa aponta-se como vantagens a melhor administração do capital de giro, a possibilidade de uma análise mais realista da lucratividade dos produtos e a concentração de maior atenção no custo do dinheiro<sup>1</sup>. Esta listagem é

1. CASEY & SANDRETTO, op. cit.

1. DEARDEN, John. Facing facts with inflation accounting. Harvard Business Review, Boston, 59(4):8-16, jul./aug.1981.

ainda incrementada com:

melhorias nas decisões sobre fixação de preços, administração do ativo fixo, elaboração do fluxo de caixa e avaliação das margens, rotações, endividamento, taxaço e dividendos<sup>1</sup>.

Com o que foi desenvolvido ao longo deste estudo espera-se que, não apenas os objetivos inicialmente propostos tenham sido atingidos, mas também surja uma conscientização sobre a importância do tema e da necessidade de instrumentos econômico-financeiros efetivamente adaptados a uma realidade inflacionária vivenciada pelos países em desenvolvimento e, em especial, por este país.

---

1. CASEY & SANDRETTO, op. cit.

## BIBLIOGRAFIA

1. ABELL, Derek F. & HAMMOND, John S. Strategic market planning; problems and analytical approaches. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1979.
2. ACKOFF, Russell L. Planejamento da pesquisa social. São Paulo, EPU-EDUSP, 1975.
3. ACKOFF, Russell L. Planejamento empresarial. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979.
4. ALTMAN, Edward I. Financial ratios, discriminant analysis and the prediction of corporate bankruptcy. The Journal of Finance, New York, 23(4):589-609, sept. 1968.
5. ALTMAN, Edward I. et alii. Previsão de problemas financeiros em empresas. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 19(1):17-28, jan./mar. 1979.
6. ANTHONY, Robert N. A case for historical costs. Harvard Business Review, Boston, 54(6):69-79, nov./dec. 1976.
7. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL - 1982. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1984.

8. ARTHUR ANDERSEN & CO. A mediçãõ de lucros em uma economia inflacionãria. In: QUILICI, Frediano, org. Leituras em administração contãbil e financeira. Rio de Janeiro, FGV, 1973. p. 67-90.
9. ASSAF NETO, Alexandre. Depreciaçãõ; conceitos, aspectos e descapitalizaçãõ. Revista de Administração IA-USP, São Paulo, 15(1):18-32, jan./mar. 1980.
10. ASSAF NETO, Alexandre. Generalizações do processo de projeçãõ de resultados em inflaçãõ. Revista Brasileira de Mercado de Capitais, Rio de Janeiro, 10(29):25-47, jan./mar. 1984.
11. AUERBACH, Alan J. & JORGENSON, Dale W. Inflation-proof depreciaçãõ of assets. Harvard Business Review, Boston, 58(5):113-8, sept./oct. 1980.
12. ÁVILA, Renê I. Imposto de renda pessoa jurĩdica; o D.L. 1598 comentado e aplicado. Porto Alegre, Síntese, 1978.
13. BOUCINHAS, Josê F.C. Custo, estrutura de capital e decisões de investimento em condições de inflaçãõ. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 20(4):7-12, out./dez. 1980.
14. BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei das Sociedades por ações. 13. ed. São Paulo, Atlas, 1982.

15. CASEY, Cornelius J. & SANDRETTO, Michael J. Internal uses of accounting for inflation. Harvard Business Review, Boston, 59(6):149-56, nov./dec. 1981.
16. CHAMBERS, R.J. The delusions of replacement cost accounting. Financial Analysts Journal, New York, 33(4):48-52, jul./aug. 1977.
17. CLARKE, F.L. Replacement cost and inflation accounting; a demurrer. Financial Analysts Journal, New York, 37(1):71-5, jan./feb. 1981.
18. CRUZ, Older Lopes da. Análise de relatórios financeiros; nova lei das sociedades anônimas. 2. ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979.
19. DEARDEN, John. Facing facts with inflation accounting. Harvard Business Review, Boston, 59(4):8-16, jul./aug. 1981.
20. DOWNEY, João R. A inflação nos resultados é uma incoerência técnica. Gazeta Mercantil, São Paulo, 16 out. 1984. p. 4.
21. DUTRA, Álvaro. Correção monetária ... e os estoques? Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 9(29):54-8, abr./jun. 1979.

22. FALKENSTEIN, Angela & WEIL, Roman L. Replacement cost accounting: what will income statements based on the SEC disclosures show? - part I. Financial Analysts Journal, New York, 33(1):46-57, jan./feb. 1977.
23. FLINK, Solomon J. & GRUNEWALD, Donald. Administração financeira. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1975. 2 v.
24. FRANCO, Hilário. Estrutura, análise e interpretação de balanços. 14. ed. São Paulo, Atlas, 1980.
25. GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 3. ed. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1984.
26. GOMES, Josir S. & MOREIRA, José N. Análise da abrangência do reconhecimento contábil da inflação nas demonstrações financeiras dos bancos no Brasil. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 14(50):33-9, jul./set. 1984.
27. GRAHAM, Willard J. Depreciação e reposição de capital em economia inflacionária. In: QUILICI, Frediano, org. Leituras em administração contábil e financeira. Rio de Janeiro, FGV, 1973. p. 91-104.
28. HALE, David. Inflation accounting and public policy around the world. Financial Analysts Journal, New York, 34(5): 59-72, sept./oct. 1978.

29. HICKS, John R. Valor e capital; estudo sobre alguns princípios fundamentais da teoria econômica. São Paulo, Abril Cultural, 1984. (Os economistas).
30. INFORMAÇÕES OBJETIVAS. Alterações no Imposto de Renda - Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Fontes. São Paulo, n. 12, dez. 1983. Suplemento Especial.
31. INFORMAÇÕES OBJETIVAS. Imposto de Renda e Legislação Societária. São Paulo, v. 18, n. 6, fev. 1984.
32. INFORMAÇÕES OBJETIVAS. Textos Legais. São Paulo, v. 17, n. 1, jan. 1983.
33. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1978.
34. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1978.
35. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. São Paulo, Atlas, 1981.
36. IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARTINS, Eliseu. Contabilidade e flutuações de preços; resumo de abordagem e proposição de solução. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 8(24):26-35, jan./mar. 1978.

37. IUDÍCIBUS, Sérgio de et alii. Contabilidade intermediária. São Paulo, Atlas, 1981.
38. IUDÍCIBUS, Sérgio de et alii. Formulações orçamentárias e planejamento de lucro em condições inflacionárias; algumas considerações. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 13(44):12-20, jan./mar. 1983.
39. IUDÍCIBUS, Sérgio de et alii. Manual de contabilidade das sociedades por ações. São Paulo, Atlas, 1980.
40. JOHNSON, Robert W. Administração financeira. 5. ed. São Paulo, Pioneira, 1980. 2v.
41. KANITZ, Stephen Charles. Como prever falências. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.
42. KRATZ, Beatriz de Pellegrini. Modelos de previsão de insolvência; uma experimentação. Porto Alegre, UFRGS, 1983. DISS. (Mestr. Adm.) (não publicada).
43. LARGAY III, J.A. & LIVINGSTONE, J.L. Accounting for changing prices. Santa Barbara, John Wiley & Sons, 1976.
44. LATORRACA, Nilton. Efeitos da inflação sobre os balanços. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 7(22):30-8, jul./set. 1977.

45. LIMA, José Geraldo de. Gerência financeira. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1967.
46. MARTINS, Eliseu. Análise da correção monetária das demonstrações financeiras: implicações no lucro e na alavancagem financeira. São Paulo, Atlas, 1980.
47. MILLER, Elwood L. What's wrong with price-level accounting. Harvard Business Review, Boston, 56(6):111-8, nov./dec. 1978.
48. MOREIRA, José Carlos, org. Orçamento empresarial; manual de elaboração. São Paulo, Atlas, 1984.
49. NORTON, Curtis L. & SMITH, Ralph E. A comparison of general price level and historical cost financial statements in the prediction of bankruptcy. The Accounting Review, Sarasota, 54(1):72-87, jan. 1979.
50. NUNES, Rogério Pereira & CARNEIRO, Sadi Carnot de A. Seminário de orçamento empresarial. Rio de Janeiro, FGV, 1982. (mimeo).
51. OS BALANÇOS menten, por culpa da correção. Negócios em Exame, São Paulo, 21 mar. 1981. p. 53-5.
52. POLÍTICA de estoques, um ponto vital na estratégia das empresas. Negócios em Exame, São Paulo, 16 jul. 1980. p. 30-6.

53. PUGGINA, Wladimir A. Decisões financeiras da empresa em um contexto inflacionário: notas para debate. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 21(1):69-75, jan./mar. 1981.
54. RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.
55. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 8. ed. São Paulo, Atlas, 1980.
56. ROXO, Alfredo A. de Oliveira. A correção monetária de demonstrativos contábeis, na legislação vigente. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 19(1):57-65, jan./mar. 1979.
57. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, Vozes, 1980.
58. SÃ, Antônio de. Fórmulas importantes para analisar balanços; bases, interpretações, comentários. Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1982.
59. SANVICENTE, Antonio Zoratto. Administração financeira. São Paulo, Atlas, 1979.
60. SANVICENTE, Antonio Z. & SANTOS, Celso da C. Orçamento na administração de empresas; planejamento e controle. São Paulo, Atlas, 1979.

61. SHAPIRO, Edward. Análise macroeconômica. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1977.
62. SIEGEL, Sidney. Estatística não-paramétrica; para as ciências do comportamento. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977.
63. SOLOMON, Ezra. Teoria da administração financeira. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
64. STEDILE, Wanderlei I. Planejamento financeiro e inflação. São Paulo, FGV, 1977. DISS. (Mestr. Adm.) (não publicada).
65. STÜRMER, Bertram A. O novo regulamento do imposto de renda anotado. 3. ed. Porto Alegre, Síntese, 1983.
66. SZUSTER, Natan. Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 11(39):44-52, out./dez. 1981.
67. TERBORGH, George. The indexation issue in inflation accounting. Financial Analysts Journal, New York, 36(6):26-31, nov./dec. 1980.
68. TREUHERTZ, Rolf M. Análise financeira por objetivos. 3. ed. São Paulo, Pioneira, 1978.

69. TRIPODI, Tony et alii. Análise da pesquisa social. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
70. TSUKAMOTO, Yuichi R. Armadilhas do planejamento financeiro numa economia inflacionária. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 14(1):138-42, jan./fev. 1974.
71. TUNG, Nguyen H. Controladoria financeira das empresas; uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo, USP, 1976.
72. VANCIL, Richard F. & WEIL, Roman L. Current replacement cost accounting, depreciable assets, and distributable income. Financial Analysts Journal, New York, 32(4):38-45, jul./aug. 1976.
73. VAN HORNE, James C. Política e administração financeira. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, São Paulo, USP, 1974. 2v.
74. VERA, Armando Asti. Metodologia da pesquisa científica. Porto Alegre, Globo, 1974.
75. WALTER, Milton Augusto. Orçamento integrado; operação, investimentos e caixa. São Paulo, Saraiva, 1980.
76. WALTER, Milton A. & BRAGA, Hugo R. Demonstrações financeiras; um enfoque gerencial. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 1981. 4v.

77. WESTON, J. Fred & BRIGHAM, Eugene F. Administração financeira de empresas. 4. ed. Rio de Janeiro, Interamericana, 1979.
78. WOO, John C.H. & SETH, Shirish B. The impact of replacement cost accounting on financial performance. Financial Analysts Journal, New York, 34(2):48-54, mar./apr. 1978.

A N E X O S

## 1. ROTEIRO DE ENTREVISTA

### Dados de Identificação

Nome da Empresa:

Cidade:

Ramo:

Faturamento Anual:

Nº de Empregados:

Nome do Entrevistado:

Cargo:

### I ETAPA - RECONHECIMENTO

1) . Sobre quais itens arrolados a seguir, você entende existir influência (distorção) devida à inflação? De que maneira ela ocorre?

- a) Itens Monetários
- b) Estoques
- c) Custo das Mercadorias Vendidas
- d) Ativo Permanente
- e) Depreciação
- f) Patrimônio Líquido

2) . A correção monetária faz efetivamente parte do resultado do exercício, ou é simplesmente um registro contábil? Se possível, justificar sua resposta.

3) . O lucro líquido do exercício:

- a) representa um valor próximo ao real ou está distorcido?
  - b) está a valores médios ou corrigidos para a data de encerramento do exercício? Se possível, justificar suas respostas.
- 4) . Sobre quais índices arrolados a seguir, referentes à análise, você entende haver distorções devidas à inflação? De que modo elas ocorrem?
- a) Índices de Liquidez
  - b) Índices de Endividamento
  - c) Índices de Rotação
  - d) Índices de Lucratividade
  - e) Índices de Retorno.
- 5) . Você identifica alguma diferença nos resultados obtidos através de uma orçamentação a preços constantes e uma a preços correntes? Se possível, justificar a resposta.

## II ETAPA - AÇÃO

- 6) . Nos pontos em que você apontou distorções devidas à existência de inflação, quais as medidas corretivas utilizadas em sua empresa, para minimizar, ou mesmo eliminar o problema?

## 2. INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Neste anexo serão descritos os três instrumentos econômico-financeiros, utilizados pelo administrador financeiro, abordados neste trabalho. São eles:

- . demonstrações contábeis
- . análise econômico-financeira
- . orçamento.

### 2.1. Demonstrações Contábeis

Conforme a legislação atualmente em vigor no Brasil, as pessoas jurídicas que estiverem sujeitas à tributação pelo imposto de renda, qualquer que seja o tipo societário adotado, quando do encerramento do exercício social, deverão elaborar obrigatoriamente, de acordo com a Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as demonstrações a seguir<sup>1</sup>:

- balanço patrimonial;
- demonstração do resultado do exercício;
- demonstração dos lucros e prejuízos acumulados.

<sup>1</sup>. STÜRMER, Bertram A. O novo regulamento do imposto de renda anotado. 3. ed. Porto Alegre, Síntese, 1983.

O artigo 176 da referida Lei<sup>1</sup> obriga às sociedades anônimas que, juntamente com as demonstrações já citadas, elaborem e publiquem a demonstração de origens e aplicações de recursos, e ainda notas explicativas e outros quadros analíticos que esclareçam a situação patrimonial e os resultados do exercício. Ficam dispensadas da elaboração da demonstração das origens e aplicações de recursos, as companhias que, na data do balanço possuam um patrimônio líquido não superior a 20.000 ORTN's. A seguir serão expostas as demonstrações exigidas pela legislação.

#### 2.1.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial, descrito nos artigos 178 a 182 da Lei 6404/76 possui a estrutura básica apresentada no Quadro 53.

---

1. BRASIL. Leis, decretos, etc. op. cit.

## QUADRO 53 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponível	Passivo Exigível a Longo Prazo
Realizável a Curto Prazo	Resultado de Exercícios Futuros
Despesas do Exercício Se guinte	Patrimônio Líquido
Ativo Realizável a Longo Prazo	Capital Realizado
Ativo Permanente	Reservas de Capital
Investimentos	Reservas de Reavaliação
Imobilizado	Reservas de Lucros
Diferido	Lucros Acumulados

No ativo tem-se as aplicações de recursos, sendo que as contas estão dispostas em ordem decrescente do grau de liquidez. No passivo relacionam-se as fontes de recursos que compreendem os capitais próprios (patrimônio líquido) e os capitais de terceiros (passivo circulante e exigível a longo prazo). No grupo denominado resultado de exercícios futuros, registram-se as receitas de exercícios futuros, deduzidas as despesas correspondentes.

### 2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Esta demonstração, descrita no artigo 187 da Lei 6404/76, compõe-se dos itens expostos no Quadro 54.

## QUADRO 54 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receita Bruta das Vendas e Serviços

- Devoluções e Abatimentos
- Impostos

Receita Líquida

- Custo das Mercadorias e Serviços

Lucro Bruto

- Despesas com Vendas
- Despesas Financeiras Líquidas
- Despesas Gerais e Administrativas
- Outras Despesas Operacionais

Lucro (Prejuízo) Operacional

- + Receitas Não-Operacionais
- Despesas Não-Operacionais
- +/- Resultado da Correção Monetária

Resultado Antes do Imposto de Renda

- Provisão para o Imposto de Renda

Resultado Depois do Imposto de Renda

- Participação de Debêntures, Empregados,  
Administradores e Partes Beneficiárias
- Contribuições para Instituições ou Fundo  
de Assistência ou Previdência de Empregados

Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício

Lucro por Ação

### 2.1.3 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

O artigo 186 da Lei das Sociedades por Ações prescreve os elementos que compõem a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Esta demonstração evidencia as modificações ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados durante o exercício, e é composta conforme o modelo exibido no Quadro 55.

#### QUADRO 55 - DEMONSTRAÇÕES DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Saldo Inicial de Lucros ou Prejuízos Acumulados
+/- Ajustes de Exercícios Anteriores (critério contábil ou erro)
+ Correção Monetária do Saldo Inicial
+ Reversão de Reservas
+ Resultado Líquido do Exercício
- Transferências para Reservas
- Dividendos
- Parcela do Lucro Incorporada ao Capital
Saldo no Fim do Período

De acordo com § 2º do artigo 186 da citada Lei, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados "poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido,

se elaborada e publicada pela companhia"<sup>1</sup>. Esta, "visa avaliar as modificações sofridas nos saldos das contas do Patrimônio Líquido durante o exercício..."<sup>2</sup>. Seu modelo é apresentado no Quadro 56.

QUADRO 56 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					TOTAL (DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO)
Saldo no Início do Exercício						
Ajustes de Exerc. Anteriores						
Correção Monetária do Saldo Inicial						
Reversão de Reservas						
Resultado Líquido do Exercício						
Transferências para Reservas						
Dividendos a Distribuir (Cr\$.... por ação)						
Saldo ao Final do Exercício						

1. BRASIL. Leis, decretos, etc., op. cit., p. 119.

2. WALTER & BRAGA, op. cit., v.1, p. 143-4.

#### 2.1.4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Seu objetivo é informar basicamente as "...operações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício, e evidenciar as alterações na posição financeira."<sup>1</sup>

As operações de financiamento são as origens, e os investimentos efetuados são as aplicações.

O vocábulo recursos significa, nos termos desta demonstração, o capital circulante líquido, definido como sendo o ativo circulante menos o passivo circulante.

O artigo 176 § 6º da Lei 6404/76 desobriga companhias fechadas, com patrimônio líquido inferior a 20.000 ORTN's na data do balanço, à apresentação deste demonstrativo. Conseqüentemente, as demais empresas deverão elaborá-lo e publicá-lo.

O conteúdo da demonstração de origens e aplicações de recursos está determinado no artigo 188. É dividida em quatro partes, conforme mostrado no Quadro 57.

---

1. IUDICIBUS, Sergio de et alii. Manual de contabilidade das sociedades por ações. São Paulo, Atlas, 1980. p. 502.

QUADRO 57 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE  
RECURSOS

I - ORIGENS DOS RECURSOS

a) Lucro do Exercício

acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros.

b) Realização do Capital Social e contribuições para Reservas de Capital.

c) Recursos de terceiros

aumento do passível exigível a longo prazo, redução do Realizável a Longo Prazo, alienação de investimento e direitos do ativo imobilizado.

II - APLICAÇÕES DOS RECURSOS

a) Dividendos distribuídos

b) Aquisição de direitos do ativo imobilizado

c) Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo, dos Investimentos e do Ativo Diferido

d) Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo

III - Diferença entre Origens e Aplicações

Se positiva, houve aumento no Capital Circulante Líquido.

Se negativa, ocorreu diminuição.

IV - Saldos no início e no fim do exercício, do Ativo e Passivo circulantes, o montante do Capital Circulante Líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

Alguns esclarecimentos são, a seguir, realizados para sua melhor compreensão.

A depreciação, amortização e exaustão, são registradas como despesa do exercício. Entretanto, não houve um desembolso efetivo destes valores, e, conseqüentemente, não ocorreu alteração no capital circulante líquido. Devem ser somadas ao lucro do exercício para corrigirem esta distorção.

Os resultados de exercícios futuros, apesar de não terem sido computados na apuração do resultado do presente exercício, contribuíram para modificação das contas circulantes. Assim, sua variação deverá ser agregada ao lucro do exercício.

Outros ajustes não foram mencionados no texto legal<sup>1</sup>, mas são igualmente importantes para a elaboração da demonstração em pauta. São eles:

- adição do saldo devedor da correção monetária ao lucro do exercício, ou subtração, caso seja credor, pela mesma razão da depreciação;

- dedução do lucro de equivalência patrimonial para investimentos em controladas e coligadas, do lucro do exercício, e adição, caso se verifique prejuízo;

- registro de ajuste de exercícios anteriores diretamente no saldo das contas do balanço inicial. Procedese assim, uma vez que estes ajustes apenas são registrados na conta de lucros ou prejuízos acumulados e nos saldos finais das contas patrimoniais;

---

1. IUDICIBUS, Manual de contabilidade das sociedades por ações, op. cit.

- os juros e as variações monetárias das dívidas de longo prazo devem ser somadas ao lucro líquido, uma vez que não alteram o capital circulante líquido. Assim, também as variações monetárias dos direitos do ativo realizável a longo prazo deverão ser deduzidas do lucro do exercício por não alterarem o capital circulante líquido.

As contribuições para reservas de capital são entendidas também como origens, uma vez que significam entradas efetivas de recursos. Como exemplo, cita-se o ágio na emissão de ações, o produto da alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição, e também, doações e subvenções. Caso a doação seja em bens do imobilizado, será registrada como aplicação e origem simultaneamente, não alterando o capital circulante líquido.

#### 2.1.5 Notas Explicativas

O § 4º do artigo 176 da Lei 6404/76 prescreve que as demonstrações financeiras "... serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício."<sup>1</sup> O texto legal vai além, quando fixa no § 5º deste mesmo artigo, os conteúdos destas notas explicativas. São eles:

---

1. BRASIL. Leis, decretos, etc., op. cit., p. 115.

- " a) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo, resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º);
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia"<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>. Ibidem, p. 115.

Verifica-se também, que as disposições relativas às notas explicativas não se limitam aos parágrafos citados. O § 1º do artigo 177 determina que as modificações de efeitos relevantes introduzidas nos métodos ou critérios contábeis, no exercício, também devem ser incluídas nas notas. Ainda, o artigo 247 dispõe que as companhias devem fornecer, através das notas explicativas, informações precisas dos investimentos relevantes no que se refere às relações com as sociedades coligadas e controladas.

A elaboração das notas explicativas não deve limitar-se aos casos previstos na Lei. No texto legal observa-se os pontos usualmente mais importantes, podendo, entretanto, ocorrer fatos relevantes à sociedade que mereçam sua divulgação neste grupo.

## 2.2 Análise Econômico-Financeira

A análise econômico-financeira é o segundo instrumento do administrador financeiro abordado neste trabalho. Pressupõe uma preparação das informações, encontradas principalmente nas demonstrações contábeis, com a finalidade de serem interpretadas. Além disto, tem como objetivo "... fornecer algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro"<sup>1</sup>.

Diversos grupos, além da administração da empresa, possuem interesse nas demonstrações contábeis de uma empresa, e sua conseqüente análise. Entre eles, podemos citar os credores comerciais, que se preocupam basicamente com o aspecto liquidez e os possuidores de debêntures, que observam, entre outros itens, a estrutura de capital, as fontes e aplicações e a rentabilidade. Por sua vez, os acionistas verificam também os lucros, correntes e futuros, e sua estabilidade em torno de uma tendência, não se esquecendo da rentabilidade.

Treuherz<sup>2</sup> propõe a realização de três passos antes do início da análise propriamente dita. O primeiro deles é a simplificação, onde as contas são arredondadas e agrupadas, uma vez que algumas possuem pouca expressão em relação ao total.

Segue-se a depuração, em que determinadas contas são transferidas para o seu respectivo grupo. Finalmente, tem-

---

1. IUDICIBUS, Análise de balanços, op. cit., p. 74.

2. TREUHERZ, op. cit.

-se a estruturação, onde os grupos são somados e os anos justapostos para facilitar o trabalho.

Assim procedendo, dispõe-se de uma base mais adequada para o início do processo de análise.

Quatro tipos de análise podem ser apontados<sup>1</sup>. São eles:

- de estrutura, vertical ou de composição;
- de evolução, horizontal ou de crescimento;
- de razão entre valores monetários heterogêneos;
- por diferenças absolutas.

Na análise de estrutura (vertical) mede-se o percentual do componente em relação ao todo. O produto desta operação é chamado de coeficiente. Na análise de evolução (horizontal) avalia-se o "aumento ou diminuição dos valores que expressam os componentes de um todo, ou o total monetário deste último, através de uma série (índices) histórica de períodos."<sup>2</sup> Costuma-se atribuir ao ano base o índice 100.

A análise de razão entre valores monetários heterogêneos tem como produto um quociente, que é a medida de proporção de um elemento em relação a outro.

A análise por diferenças absolutas possibilita o confronto de saldos de contas em dois momentos (fluxo de recursos) assim como a determinação de um volume monetário (e.g., capital de giro próprio).

A análise econômico-financeira, de acordo com

1. WALTER & BRAGA, op. cit.

2. WALTER & BRAGA, op. cit., p. 8.

o próprio nome, visa mostrar a situação econômica e financeira de uma empresa. Para tanto, são calculados coeficientes, índices, quocientes e diferenças absolutas, chamados, a partir deste ponto, genericamente de índices.

Deve-se salientar, ainda, que a análise financeira é realizada sobre os índices de liquidez, rotação (prazo médio) e endividamento, e que a análise econômica baseia-se na lucratividade e no retorno.

Em revisão bibliográfica<sup>1</sup>, os seguintes índices foram encontrados mais frequentemente:

1. Os livros consultados foram: CRUZ, Older Lopes da. Análise de relatórios financeiros; nova lei das sociedades anônimas. 2. ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979. FLINK, Solomon J & GRUNEWALD, Donald. Administração financeira. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1975. 2 v. FRANCO, Hilário. Estrutura, análise e interpretação de balanços. 14. ed. São Paulo, Atlas, 1980. GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 3 ed. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1984. IUDICIBUS, Análise de balanços, op. cit. JOHNSON, Robert W. Administração financeira. 4. ed. São Paulo, Pioneira, 1977. LIMA, José Geraldo de. Gestão financeira. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1967. SÁ, Antônio Lopes de. Formulas importantes para analisar balanços; bases, interpretações, comentários. Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1982. SANVICENTE, Antônio Zoratto. Administração financeira. São Paulo, Atlas, 1979. TREUHERZ, Rolf M. Análise financeira por objetivos. 3. ed. São Paulo, Pioneira, 1978. VAN HORNE, James C. Política e administração financeira. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, São Paulo, USP, 1974. 2v. WALTER & BRAGA, op. cit. WESTON, J. Fred & BRIGHAM, Eugene F. Administração financeira de empresas. 4 ed. Rio de Janeiro, Interamericana, 1979.

Índices de Liquidez

Basicamente a liquidez possui duas dimensões: o tempo para converter o ativo em moeda, e a certeza do preço previsto.

Liquidez Instantânea ou Imediata (L.I.)
$L.I. = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$

Liquidez Seca (L.S.)
$L.S. = \frac{\text{Disponível} + \text{Direitos Realizáveis}}{\text{Passivo Circulante}}$

Entende-se por direitos realizáveis aqueles de curto prazo, negociáveis no mercado financeiro. Excluem-se deste grupo os estoques, adiantamentos a fornecedores, dêbitos em contas-corren-tes, empréstimos a gerentes e empregados, despesas do exercí-cio seguinte, etc. Também se encontra<sup>1</sup> o numerador como o resultado de caixa + títulos negociáveis + duplicatas. Outra fôrmula de cálculo de liquidez seca é apresentada a seguir:

$L.S. = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

T. GITMAN, op. cit.

## Liquidez Circulante ou Corrente (L.C.)

$$L.C. = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

## Liquidez Geral (L.G.)

$$L.G. = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

## Solvência Geral (S.G.)

$$S.G. = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível}}$$

Sendo que: Passivo Exigível = Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo

Quando a solvência geral for menor do que 1, a empresa estará com seu passivo a descoberto.

Índices de Rotação e Prazo Médio

Rotação do Estoque (R.E.)
$R.E. = \frac{\text{Custo das Mercadorias Vendidas}}{\text{Estoque Médio}}$

sendo que:

$$\text{Estoque Médio} = \frac{\text{Estoque Inicial} + \text{Estoque Final}}{2}$$

Para que fossem evitadas distorções, o analista deveria possuir informações mensais sobre a posição do estoque e, com estes dados, determinar o estoque médio no período em análise.

Prazo Médio do Estoque (P.M.E.)
$P.M.E. = \frac{\text{Estoque Médio}}{\text{Custo das Mercadorias Vendidas}} \times 360$

O prazo médio de renovação do estoque é obtido dividindo-se 360 pela rotação.

Rotação do Estoque de Matérias-Primas (R.E.M.P)
$R.E.M.P. = \frac{\text{Consumo no Período de Matérias-Primas}}{\text{Estoque Médio de Matérias-Primas}}$

Rotação do Estoque de Produtos em Elaboração (R.E.P.E.)

$$\text{R.E.P.E.} = \frac{\text{Custo de Produção}}{\text{Estoque Médio de Produtos em Elaboração}}$$

Rotação do Estoque de Produtos Elaborados (R.E.P.E.')

$$\text{R.E.P.E.'} = \frac{\text{Custo dos Produtos Vendidos}}{\text{Estoque Médio de Produtos Elaborados}}$$

Rotação do Contas a Receber (Clientes, Duplicatas a Receber, etc.)(R.C.R)

$$\text{R.C.R.} = \frac{\text{Vendas Totais}}{\text{Contas a Receber Médio}}$$

As vendas totais poderão ser brutas ou líquidas. O importante é que, eleita uma forma de cálculo, esta seja mantida, visando a consistência da análise.

Outra fórmula é apresentada<sup>1</sup> para o cálculo da rotação das contas a receber:

$$\text{R.C.R.} = \frac{\text{Vendas Totais} - \text{Vendas à Vista}}{\text{Contas a Receber Médio}}$$

Não é usual a um analista externo à empresa, ter acesso ao total de vendas à vista, constituindo-se em dificuldades para o emprego da fórmula acima.

1. WALTER & BRAGA, op. cit.

Prazo Médio de Contas a Receber (P.M.C.R.)

$$\text{P.M.C.R.} = \frac{\text{Contas a Receber Médio}}{\text{Vendas Totais}} \times 360$$

Rotação de Fornecedores (R.F.)

$$\text{R.F.} = \frac{\text{Compras no Período}}{\text{Saldo Médio da Conta Fornecedores}}$$

Uma fórmula análoga<sup>1</sup> à da rotação de contas a receber é exibida a seguir:

$$\text{R.F.}' = \frac{\text{Compras no Período} - \text{Compras à Vista}}{\text{Saldo Médio da Conta Fornecedores}}$$

Prazo Médio de Renovação da Conta Fornecedores (P.M.F.)

$$\text{P.M.F.} = \frac{\text{Saldo Médio da Conta Fornecedores}}{\text{Compras no Período}} \times 360$$

<sup>1</sup>. WALTER & BRAGA, op. cit.

Rotação do Ativo (R.A.)

$$R.A. = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo (Final ou Médio)}}$$

Rotação do Investimento (R.I.)

$$R.I. = \frac{\text{Vendas}}{\text{Patrimônio Líquido (Final ou Médio)}}$$

Índices de Endividamento (Estrutura de Capital)

Endividamento a Curto Prazo dos Capitais Próprios (ou do Patrimônio Líquido) (E.C.P.C.P.)

$$E.C.P.C.P. = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Endividamento Total dos Capitais Próprios (ou do Patrimônio Líquido), também chamado de Quociente de Capitais de Terceiros sobre Capitais Próprios. (E.T.C.P.)

$$E.T.C.P. = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Endividamento a Curto Prazo do Investimento Total (ou do Ativo Total) (E.C.P.I.T.)

$$\text{E.C.P.I.T.} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

Endividamento Total do Investimento Total (ou do Ativo Total), também chamado Quociente de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais. (E.T.I.T.)

$$\text{E.T.I.T.} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Endividamento a Longo Prazo sobre Capitalização Total (E.L.P.C.T.)

$$\text{E.L.P.C.T.} = \frac{\text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Capitalização Total}}$$

Sendo que: Capitalização Total = Exigível a Longo Prazo + Patrimônio Líquido.

Este indicador revela a importância dos capitais de terceiros dentro da estrutura de capital.

Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total (P.D.C.P.E.T.)

$$P.D.C.P.E.T. = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Garantia de Capital de Terceiros (G.C.T.)

$$G.C.T. = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Exigível}}$$

### Índices de Rentabilidade

A rentabilidade divide-se em dois grupos:

- Lucratividade (ou margem) =  $\frac{\text{Lucro}}{\text{Vendas}}$

- Retorno =  $\frac{\text{Lucro}}{\text{Investimento}}$

A relação Lucro/Investimento também é denominada de rentabilidade<sup>1</sup>.

Lucratividade (bruta, operacional, líquida) (L)

$$L = \frac{\text{Lucro (bruto, operacional, líquido)}}{\text{Vendas (brutas ou líquidas)}}$$

1. Ver, por exemplo, WALTER & BRAGA, op. cit. e FRANCO, op. cit.

Retorno (do patrimônio líquido, ativo total, ativo operacional) (R)

$$R = \frac{\text{Lucro}}{\text{Vendas}} \times \frac{\text{Vendas}}{\text{Investimento}}$$

Esta expressão é também chamada Fórmula Du Pont ou ROI (Return on Investment). O lucro pode ser operacional, antes do imposto de renda ou líquido, e as vendas podem ser brutas ou líquidas. O investimento (patrimônio líquido, ativo operacional ou ativo total) poderá ser o do início, o do fim do período ou o médio.

Ainda,

$$\frac{\text{Lucro}}{\text{Vendas}} = \text{Margem}$$

$$\frac{\text{Vendas}}{\text{Investimento}} = \text{Rotação}$$

Logo,

$$\text{Retorno} = \text{Margem} \times \text{Rotação}$$

Outros Índices

Índices de Posicionamento Relativo (I.P.R.)

$$\text{I.P.R.'} = \frac{\text{Prazo Médio de Recebimento}}{\text{Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores}}$$

O ideal é que este quociente seja inferior a 1, quando indicaria prazo menor de recebimento em relação aos pagamentos.

$$\text{I.P.R.}'' = \frac{\text{Prazo Médio de Recebimento de Duplicatas}}{\text{Prazo Médio de Faturamento}}$$

Quanto mais próximo de 1 este quociente, melhor o desempenho do setor de cobrança.

Posição Defensiva (P.D.)

$$\text{P.D.} = \frac{\text{Valor Total dos Ativos Defensivos}}{\text{Previsão de Despesas Operacionais Diárias}}$$

Sendo que: Ativos Defensivos = caixa, títulos negociáveis e valores a receber

Este indicador fornece o número de dias que uma empresa pode operar caso pare de vender.

Participação de Capital Próprio no Investimento Total (P.C.P.I.T.)

$$\text{P.C.P.I.T.} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Imobilização de Capitais Próprios (I.C.P.)

$$\text{I.C.P.} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Imobilização do Capital Próprio Suplementado pelo Exigível a Longo Prazo (I.C.P.S.E.L.P.)

$$\text{I.C.P.S.E.L.P.} = \frac{\text{Ativo Permanente} - \text{Passivo Exigível a L.P.}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Rendimento sobre o Capital Aplicado no Estoque (R.C.A.E.)

$$\text{R.C.A.E.} = \text{Rendimento na Movimentação do Estoque} \\ \times \text{Rotação do Estoque}$$

Lucratividade de Capital de Terceiros (Alavancagem) (L.C.T.)

$$\text{L.C.T.} = \frac{\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}}{\frac{\text{Lucro Líquido} + \text{Despesas Financeiras}}{\text{Ativo Total}}}$$

Valor Patrimonial da Ação (V.P.A.)

$$\text{V.P.A.} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Número de Ações}}$$

ou

$$\text{V.P.A.} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Capital Social}}$$

Esta última fórmula fornece o valor patrimonial para uma ação com valor nominal igual a Cr\$ 1,00.

Lucro por Ação (L.P.A.)

$$\text{L.P.A.} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Número de Ações}}$$

Preço sobre Lucro (P/L)

$$\text{P/L} = \frac{\text{Preço da Ação em Bolsa}}{\text{Lucro por Ação}}$$

Capital de Giro Líquido ou Capital Circulante Líquido (C.G.L.)

$$\text{C.G.L.} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

Capital de Giro Próprio ou Capital de Giro Permanente (C.G.P.)

$$\text{C.G.P.} = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Permanente}$$

Para complementar este tópic, serão apresentados dois índices de previsão de insolvência: Kanitz e Altman. O índice de Kanitz<sup>1</sup> ou fator de insolvência de Kanitz é composto por cinco índices ponderados, objetivando detectar problemas de insolvência em empresas antes que a falência ou concordata se concretizem.

$$\text{Fator de Insolvência} = 0,05X_1 + 1,65X_2 + 3,55X_3 - 1,06X_4 - 0,33X_5$$

sendo que:

$$X_1 = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

$$X_2 = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$X_3 = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$X_4 = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$X_5 = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Se o fator de insolvência resultar em valor compreendido entre 0 e 7, a empresa estará solvente; se entre 0 e -3, tem-se a denominada região de penumbra, área em que a situação da organização é indeterminada quanto a sua solvência; e se o resultado estiver entre -3 e -7, está configurado um caso de insolvência.

1. KANITZ, Stephen Charles. Como prever falências. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.

O Índice de Altman<sup>1</sup> utiliza também cinco variáveis explicativas porém, diferentes e com outras ponderações. Neste modelo, a variável classificatória (Z) é dada por:

$$Z = 0,012X_1 + 0,014X_2 + 0,033X_3 + 0,006X_4 + 0,999X_5$$

onde:

$$X_1 = \frac{\text{Capital de Giro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

$$X_2 = \frac{\text{Lucros Retidos}}{\text{Ativo Total}}$$

$$X_3 = \frac{\text{Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda}}{\text{Ativo Total}}$$

$$X_4 = \frac{\text{Valor de Mercado do Patrimônio Líquido}}{\text{Exigível Total}}$$

$$X_5 = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total}}$$

Um valor para Z superior a 2,99 corresponde a uma empresa solvente; inferior a 1,81 indica uma organização com sérios problemas financeiros; e a faixa compreendida entre 1,81 e 2,99 é a chamada área cinza, onde a classificação em solvente ou insolvente não é possível de ser realizada.

Este índice foi adaptado às condições brasilei -

<sup>1</sup>. ALTMAN, Edward I. Financial ratios, discriminant analysis and the prediction of corporate bankruptcy. The Journal of Finance, New York, 23(4):589-609, sept. 1968.

ras, sendo modificadas duas das cinco variáveis explicativas<sup>1</sup>. Assim,

$$X_2 = \frac{\text{Patrimônio Líquido} - \text{Integralização de Capital}}{\text{Ativo Total}}$$

$$X_4 = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Exigível Total}}$$

A partir do modelo inicial Z, foram gerados dois outros, Z<sub>1</sub> e Z<sub>2</sub>, sendo que os seus resultados são essencialmente idênticos. A diferença concentra-se na precisão ligeiramente superior de Z<sub>1</sub> em relação a Z<sub>2</sub> quando aplicado ao antepenúltimo e penúltimo anos antes da constatação do problema. Os modelos correspondem às equações a seguir:

$$Z_1 = -1,44 + 4,03X_2 + 2,25X_3 + 0,14X_4 + 0,42X_5$$

$$Z_2 = -1,84 - 0,51X_1 + 6,32X_3 + 0,71X_4 + 0,52X_5$$

Para ambos os casos, o ponto de separação entre as empresas com problemas e sem problemas de solvência é Z<sub>1</sub> ou Z<sub>2</sub> igual a 0. Acima, encontram-se as organizações com boa saúde financeira, e abaixo de zero, as que provavelmente se tornarão insolventes.

Finalizando, deve ser ressaltado que a análise econômico-financeira não se constitui apenas de cálculos matemáticos, os quais são parte da preparação das informações, mas

1. ALTMAN, Edward I. et alii. Previsão de problemas financeiros em empresas. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 19(1):17-28, jan./mar. 1979.

também da interpretação destas informações. Como a inflação distorce os números, e estes é que serão interpretados, a atenção, neste instrumento, centra-se na preparação dos dados. Isto, efetivamente, não significa maior importância da preparação em relação à interpretação.

### 2.3 Orçamento

O orçamento constitui-se no terceiro dos instrumentos considerados.

Antes, porém, de ser estudada sua composição, é necessário que se verifique o contexto a que pertence, a fim de entendê-lo melhor.

O orçamento faz parte do planejamento empresarial que "... é a definição de um futuro desejado e de meios eficazes para alcançá-lo"<sup>1</sup>. Abell e Hammond<sup>2</sup> consideram o planejamento como o envolvimento de quatro conjuntos de decisões relacionados. São eles:

- definição do negócio
- determinação da missão (expectativas de desempenho)
- formulação de estratégias funcionais

1. ACKOFF, Russell L. Planejamento empresarial. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979. p. 1.

2. ABELL, Derek F. & HAMMOND, John S. Strategic market planning; problems and analytical approaches. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1979.

- orçamentação (sistema orçamentário).

Assim, o orçamento é a quarta etapa do processo de planejamento, e a versão numérica dos passos que o antecederam.

"Fundamentalmente, o sistema orçamentário implica a utilização de técnicas e procedimentos contábeis aplicados antecipadamente aos fatos decorrentes de planos, políticas e metas para a consecução de um resultado desejado"<sup>1</sup>.

A maioria das empresas brasileiras não possui um sistema orçamentário organizado<sup>2</sup>. Todavia, as que o tem, elaboram-no normalmente para um exercício, existindo também grandes empresas com orçamentos abrangendo dois, três ou mais anos<sup>3</sup>.

Um orçamento nada mais é do que a projeção de todas as receitas e despesas por um ou mais períodos e seu subsequente agrupamento em demonstrações finais. O marco inicial é a previsão de vendas, mas "... quando a capacidade de produção é a restrição principal, e não a absorção do volume de produção pelo mercado (ou seja, a demanda), o programa de produção é que deverá ser o ponto de partida"<sup>4</sup>.

Gitman<sup>5</sup> propõe a seguinte seqüência básica orientando sua elaboração:

1. MOREIRA, José Carlos, org. Orçamento empresarial; manual de elaboração. São Paulo, Atlas, 1984. p. 13.
2. TUNG, Nguyen H. Controladoria financeira das empresas; uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo, USP, 1976.
3. WALTER, Milton Augusto. Orçamento integrado; operação, investimentos e caixa. São Paulo, Saraiva, 1980.
4. SANVICENTE, Antônio Z. & SANTOS, Celso da C. Orçamento na administração de empresas; planejamento e controle. São Paulo, Atlas, 1979. p. 39.
5. GITMAN, op. cit.

- previsão de vendas
- plano de produção
  - orçamento de matéria-prima (consumo e compra)
  - orçamento de mão-de-obra
  - orçamento do custo indireto de fabricação
- orçamento de despesas operacionais
- orçamento de capital.

Estas informações redundarão nos seguintes "produtos finais":

- orçamento de caixa
- demonstração do resultado do exercício projetada
- balanço patrimonial projetado
- demonstração das origens e aplicações de recursos projetada (opcionalmente).

Na previsão de vendas, no plano de produção, nos orçamentos de despesas operacionais e de capital, alguns autores de livros brasileiros sobre o assunto<sup>1</sup>, propõem que estas projeções sejam realizadas considerando variações de preços, de específicas (em determinados itens) às genericamente indexadas (ORTN, INPC, IGP, etc.). Assim, o orçamento de caixa, a demonstração do resultado do exercício projetada, o balanço patrimonial projetado e a demonstração das origens e aplicações de recursos projetada serão constituídos de valores que se espera aconteçam ao longo do período orçado, tanto pelas flutuações nos preços, quanto pelas receitas e despesas previstas.

Das demonstrações chamadas "produtos finais", apenas o orçamento de caixa não foi ainda apresentado. Este instrumento reúne todos os recebimentos e desembolsos previstos para o

<sup>1</sup> T. MOREIRA, op. cit., TUNG, op. cit., WALTER, op. cit., SANVICENTE & SANTOS, op. cit.

exercício (ou exercícios) em estudo, permitindo assim a verificação de existência de déficits ou superávits. Antecipando estas situações, o administrador financeiro terá tempo para encontrar fontes adequadas de recursos na ocorrência de déficits, ou melhores oportunidades de aplicação no segundo caso. O Quadro 58 contém um exemplo de formato geral de orçamento de caixa.

QUADRO 58 - FORMATO GERAL DE ORÇAMENTO DE CAIXA

ORÇAMENTO DE CAIXA	PERÍODOS				
Recebimentos . .					
(-) Pagamentos . . . . . . . .					
(=) Fluxo Líquido de Caixa					
(+) Saldo Inicial de Caixa					
(=) Saldo de Caixa sem Financiamento					
(+/-) Financiamento/Aplicação					
(=) Saldo Final de Caixa					

Finalmente, deve ser salientado que o orçamento é a base do controle. "Controlar é, essencialmente, acompanhar a execução de atividades (...) e comparar o desempenho efetivo com o planejado..."<sup>1</sup>, uma vez que foi considerado desejável e atingível. Pouco adianta o planejamento sem controle, como tam bém este não terá validade se não gerar ações corretivas caso se verifiquem discrepâncias significativas entre orçado e realizado.

---

1. SANVICENTE & SANTOS, op. cit., p. 22.

### 3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Neste anexo serão apresentados os quatro métodos de atualização de valores patrimoniais, existentes na legislação atualmente em vigor. São eles:

- . correção monetária
- . avaliação dos investimentos pelo método de cus  
to
- . avaliação dos investimentos pelo método da equi  
valência patrimonial
- . reavaliação.

#### 3.1 Correção Monetária

O envolvimento brasileiro na correção monetária das demonstrações deu-se através da Lei nº 1474 de 26 de novembro de 1951. Este diploma legal "... permitia temporariamente e em caráter facultativo a correção das contas do ativo imobilizado com base em coeficientes fixados pelo Ministério da Fazenda"<sup>1</sup>. Alterações foram introduzidas, e a mais importante delas

1. GOMES, Josir S. & MOREIRA, José N. Análise da abrangência do reconhecimento contábil da inflação nas demonstrações financeiras dos bancos no Brasil. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, 14(50):33-9, jul./set. 1984. p. 34.

deveu-se à Lei nº 3470 de novembro de 1958 que reconhecia como permanente, mas ainda facultativo, este sistema de correção, dentro do limite de coeficientes reajustados a cada dois anos pelo Conselho Nacional de Economia<sup>1</sup>. Tanto o bem quanto sua depreciação eram corrigidos, sendo o valor da correção debitado ao imobilizado em conta separada, e creditado à conta de capital. Sobre o valor da correção incidia um imposto de 10%. Este método trazia dois problemas: além destes coeficientes não acompanharem a inflação, o espaço de tempo compreendido entre os reajustes era muito amplo. A partir de 1964, esta correção que era facultativa passa a ser obrigatória.

Em 1968 surge a reserva para manutenção de capital de giro próprio. De caráter opcional, esta reserva foi instituída com a finalidade de preservar o capital de giro próprio (patrimônio líquido deduzido do ativo permanente) dos efeitos da inflação. Era calculada multiplicando-se o valor do capital de giro próprio da empresa no início do período, pelo índice de inflação para o mesmo período. O valor calculado desta forma era transferido do lucro para esta reserva, reproduzindo "... exatamente o mesmo valor que seria obtido pela Price Level Accounting"<sup>2</sup>.

1. ARTHUR ANDERSEN & CO. A medição de lucros em uma economia inflacionária. In: QUILICI, Frediano, org. Leituras em administração contábil e financeira. Rio de Janeiro, FGV, 1973.

2. IUDÍCIBUS, Análise de balanços, op. cit., p. 158.

Até o advento da Lei 6404/76, Latorraca<sup>1</sup> destaca ainda dois diplomas legais: o Decreto-Lei nº 1302 de dezembro de 1973 e o Decreto-Lei nº 1338 de julho de 1974. O primeiro corrigiu distorções do sistema que havia vigorado nos 10 anos anteriores, aprimorando o cálculo da correção monetária, e, o segundo, alterou o débito da correção monetária ou cambial dos financiamentos, do ativo pendente para despesa do exercício, modificando também a fórmula de cálculo do capital de giro próprio, ao incluir estes empréstimos que até então eram excluídos.

Presentemente, a sistemática da correção monetária é regida pela Lei 6404/76, que prescreve as linhas básicas de cálculo em seu artigo 185, transcrito a seguir:

"Nas demonstrações financeiras deverão ser considerados os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício.

§ 1º Serão corrigidos, com base nos índices de desvalorização da moeda nacional reconhecidos pelas autoridades federais:

a) o custo de aquisição dos elementos do ativo permanente, inclusive os recursos aplicados no ativo diferido, os saldos das contas de depreciação, amortização e exaustão, e as provisões para perdas;

b) os saldos das contas do patrimônio líquido.

<sup>1</sup> LATORRACA, op. cit.

§ 2º A variação nas contas do patrimônio líquido, decorrente de correção monetária, será acrescida aos respectivos saldos, com exceção da correção do capital realizado, que constituirá a reserva de capital de que trata o § 2º do art. 182.

§ 3º As contrapartidas dos ajustes de correção monetária serão registradas em conta cujo saldo será computado no resultado do exercício".<sup>1</sup>

O artigo 50 do Decreto-Lei 1598/77<sup>2</sup> define os índices de desvalorização da moeda nacional, reconhecidos pelas autoridades federais como sendo o aumento do valor nominal de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional.

Conforme Ávila<sup>3</sup>, toda a pessoa jurídica cuja tributação tem base no seu lucro real deverá realizar a correção monetária de suas contas permanentes e patrimoniais.

De acordo com Walter e Braga<sup>4</sup>, existem dois métodos de correção monetária reconhecidos por este mesmo decreto-lei:

- razão auxiliar em ORTN's
- correção direta dos saldos das contas

A adoção do razão auxiliar em ORTN's é obrigatório para companhias abertas e também para empresas cujo patrimônio líquido seja superior a Cr\$ 2.239.672.000,00 no início do exercício de

1. BRASIL. Leis, decretos, etc., op. cit., p. 119.

2. ÁVILA, René I. Imposto de renda pessoa jurídica; o D.L. 1598 comentado e aplicado. Porto Alegre, Síntese, 1978.

3. ÁVILA, op. cit.

4. WALTER & BRAGA, op. cit.

1984.<sup>1</sup> Entretanto, outras organizações que não são obrigadas, poderão optar por este método.

A correção monetária será efetuada por ocasião do encerramento do exercício social e, sua escrituração poderá ser em períodos mensais, trimestrais ou anuais (este último somente para depreciação, amortização e exaustão).

Cabe ainda ressaltar que, mesmo em períodos pré-operacionais, as contas sofrerão ajuste pela correção monetária.

A seguir é apresentado um exemplo de registro de um bem imobilizado e sua respectiva depreciação, com base mensal, no livro razão auxiliar em ORTN's.

EXEMPLO: - Registro de Imobilizado - Veículos

- depreciação em 5 anos - 20% ao ano ou 1,6666% ao mês
- em junho de 19XX foi vendido um veículo que custou 100 ORTN's
- esta venda foi efetuada no último dia de junho
- de acordo com o decreto-lei 2065/83<sup>2</sup>, o valor das vendas de imobilizado e investimentos deverá ser convertido em ORTN's do mês da operação.
- valor hipotético das ORTN's.

1. INFORMAÇÕES OBJETIVAS. Imposto de Renda e Legislação Societária. São Paulo, v. 18, nº 6, fev. 1984.

2. INFORMAÇÕES OBJETIVAS. Alterações no Imposto de Renda - Pessoas jurídicas, Pessoas Físicas e Fontes. São Paulo, nº 12, dez. 1983. Suplemento Especial.

QUADRO 59 - CONTABILIZAÇÃO DE IMOBILIZADO

RAZÃO AUXILIAR EM ORTN									
Conta: Veículos									
Sub-Conta: Veículos Adquiridos em 19XX - 1									
DATA	HISTÓRICO	VALOR EM CR\$	ORTN		Nº DE ORTN'S			SALDO	
			PERÍODO	VALOR	ACRÉSCIMO	DIMINUIÇÃO			
Jan XX	Saldo de Abertura	1.000.000	Dez XX-1	1000	1000			1000	
Jun XX	Venda de Veículo	(112.000)	Jun XX	1120		100		900	
	SUB-TOTAL	888.000							
Dez XX	Correção Monetária*	228.000							
Dez XX	Saldo de Encerramento	1.116.000	Dez XX	1240	-	-		900	

\* A Correção Monetária é levada à conta de Resultado

## QUADRO 60 - CONTABILIZAÇÃO DE DEPRECIÇÃO

RAZÃO AUXILIAR EM ORTN							
Conta: Depreciação de Veículos - Taxa de 20% ao ano							
Sub-Conta: Depreciação de Veículos adquiridos em 19XX - 1							
DATA	HISTÓRICO	VALOR EM CR\$	ORTN		Nº DE ORTN's		
			PERÍODO	VALOR	ACRÉSCIMO	DIMINUIÇÃO	SALDO
Jan XX	Saldo Abertura	150.000	Dez XX-1	1000	150	-	150
Jan XX	Depreciação do Mês	17.000,03	Jan XX	1020	16,6667	-	166,6667
Fev XX	" " "	17.333,37	Fev XX	1040	16,6667	-	183,6667
Mar XX	" " "	17.666,70	Mar XX	1060	16,6667	-	200,0001
Abr XX	" " "	18.000,04	Abr XX	1080	16,6667	-	216,6668
Mai XX	" " "	18.333,37	Mai XX	1100	16,6667	-	233,3335
Jun XX	" " "	18.666,70	Jun XX	1120	16,6667	-	250,0002
Jun XX	Baixa de Veículo	(24.640,00)	Jun XX	1120	-	22	228,0002
Jul XX	Depreciação do Mês	17.100,00	Jul XX	1140	15	-	243,0002
Ago XX	" " "	17.400,00	Ago XX	1160	15	-	258,0002
Set XX	" " "	17.700,00	Set XX	1180	15	-	273,0002
Out XX	" " "	18.000,00	Out XX	1200	15	-	288,0002
Nov XX	" " "	18.300,00	Nov XX	1220	15	-	303,0002
Dez XX	" " "	18.600,00	Dez XX	1240	15	-	318,0002
	SUB-TOTAL	339.460,54					
Dez XX	Correção Monetária*	54.859,71					
Dez XX	Saldo de Encerramento	394.320,24	Dez XX	1240	-	-	318,0002

\* A Correção Monetária é levada à conta de Resultado

Dez. XX-1 - 1000	Mai. - 1100	Set. - 1180
Jan. XX - 1020	Jun. - 1120	Out. - 1200
Fev. - 1040	Jul. - 1140	Nov. - 1220
Mar. - 1060	Ago. - 1160	Dez. - 1240
Abr. - 1080		

### 3.2 Avaliação de Investimentos pelo Método de Custo

O artigo 179 item III da Lei 6404/76 determina que sejam classificados em investimentos "... as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem a manutenção da atividade da companhia ou da empresa"<sup>1</sup>.

O artigo 183 item IV da citada Lei prescreve que os investimentos serão avaliados "... pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior"<sup>2</sup>. Ainda, de acordo com o tratado na seção anterior, estas contas estão igualmente sujeitas à correção monetária.

O custo de aquisição é o valor total efetivamente pago pelas ações ou quotas. No cálculo da provisão para perdas, Iudícibus<sup>3</sup> aponta a determinação do valor patrimonial das

1. BRASIL. Leis, decretos, etc., op. cit., p. 116.

2. BRASIL. Ibidem, p. 118.

3. IUDÍCIBUS, Manual de contabilidade das sociedades por ações, op. cit.

ações ou quotas para apropriação da referida provisão, desde que estas perdas estejam caracterizadas como permanentes. A legislação fiscal regula a dedutibilidade desta provisão como despesa do exercício.

No que tange aos dividendos, estes serão contabilizados a crédito de outras receitas e despesas operacionais, debitando-se a caixa ou bancos.

### 3.3 Avaliação de Investimentos pelo Método da Equivalência Patrimonial

Conforme Iudícibus, "... o artigo 248 da Lei nº 6404 estabelece a obrigatoriedade da adoção do método da equivalência patrimonial de avaliação dos investimentos"<sup>1</sup>. O artigo 248 da referida lei prescreve que:

"No balanço patrimonial da companhia, os investimentos relevantes (art. 247, parágrafo único) em sociedades coligadas sobre cuja administração tenha influência, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital social, e em sociedades controladas, serão avaliados pelo valor de patrimônio líquido, de acordo com as seguintes normas:

- I - o valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação

1. IUDICIBUS, Manual de contabilidade das sociedades por ações, op. cit., p. 174.

levantado, com observância das normas desta lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas;

II - O valor do investimento será determinado mediante a aplicação, sobre o valor do patrimônio líquido, referido no número anterior, da porcentagem de participação no capital da coligada ou controlada;

III - a diferença entre o valor do investimento, de acordo com o número II, e o custo de aquisição corrigido monetariamente, somente será registrada como resultado do exercício:

- a) se decorrer de lucro ou prejuízo apurado na coligada ou controlada;
- b) se corresponder, comprovadamente, a ganhos ou perdas efetivos;
- c) no caso de companhia aberta, com observância das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º Para efeito de determinar a relevância do Investimento, nos casos deste artigo, serão computados como parte do custo de aquisição os

saldos de créditos da companhia contra as coligadas e controladas.

§ 2º A sociedade coligada, sempre que solicitada pela companhia, deverá elaborar e fornecer o balanço ou balancete de verificação previsto no número I"<sup>1</sup>.

O texto legal menciona os investimentos relevantes, sociedades coligadas e controladas. Estes termos também estão definidos em outros artigos da mesma Lei e são a seguir reproduzidos:

a) Investimento Relevante (artigo 247, parágrafo único)

"Considera-se relevante o investimento:

- a) em cada sociedade coligada ou controlada, se o valor contábil é igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia;
- b) no conjunto das sociedades coligadas e controladas, se o valor contábil é igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia"<sup>2</sup>.

1. BRASIL. Leis, decretos, etc., op. cit., p. 136.

2. BRASIL. Leis, decretos, etc., op. cit., p. 136.

b) Coligada (artigo 243, parágrafo primeiro)

"São coligadas as sociedades quando uma participa, com 10% (dez por cento) ou mais, do capital da outra, sem controlá-la"<sup>1</sup>.

c) Controlada (artigo 243, parágrafo segundo)

"Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócios que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores"<sup>2</sup>.

Esquematizando, aplica-se o método de equivalência patrimonial de acordo com a seqüência:

1º) O investimento é relevante? → NÃO → \*

SIM ↓

2º) É coligada? (participando com pelo menos 20% do capital social ou tem influência na administração)

OU

É controlada? → NÃO → \*

SIM ↓

Realiza-se a equivalência patrimonial

\* Se a resposta for NÃO a qualquer uma das duas perguntas, avalia-se o investimento pelo método do custo.

Quando a lei menciona 20% do capital social, no caso de coligadas, não faz distinção entre ações com direito a voto ou não.

1. Idem. Ibidem. p. 134

2. Idem. Ibidem, p. 135

Resta ainda esclarecer o significado da expressão influência na administração, encontrada no texto legal. Conforme Iudícibus<sup>1</sup>, existem inúmeras situações em que ocorre influência na administração, devendo cada caso ser analisado individualmente. Por exemplo: a empresa investidora tem 15% do capital social mas fornece a tecnologia de produção e designa o diretor industrial. Ou ainda, possui 11% do capital social mas é responsável pela área administrativa-financeira.

A seguir, ilustrar-se-á com um exemplo o método da equivalência patrimonial. Suponha-se que a empresa W tenha investimentos nas empresas X, Y, e Z e seja obrigada a avaliar estes investimentos pelo método da equivalência patrimonial. O Quadro 61 configura esta situação.

Salienta-se que, também estas contas estão inicialmente sujeitas à correção monetária para posterior ajuste pela participação da investidora no patrimônio líquido da investida.

A contabilização deste resultado será feita da seguinte maneira:

- no caso de resultado positivo na equivalência patrimonial
- |     |         |
|-----|---------|
| X = | 50.000  |
| Z = | 200.000 |

débito a investimentos na conta da sociedade.

<sup>1</sup> IUDICIBUS, Manual de contabilidade das sociedades por ações, op. cit.

QUADRO 61 - CÁLCULO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

EMPRESA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AO FINAL DO EXERCÍCIO	% DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	VALOR CONTÁBIL APÓS A CORREÇÃO MONETÁRIA	AJUSTE AUMENTO OU DIMINUIÇÃO)
X	1.000.000	50%	500.000	450.000	50.000
Y	2.000.000	30%	600.000	700.000	(100.000)
Z	3.000.000	20%	600.000	400.000	200.000
T O T A L			1.700.000	1.550.000	150.000

crédito a receita (participação em sociedade...)

- no caso de resultado negativo  $Y = (100.000)$

débito a despesa (participação na sociedade Y)

crédito a investimentos na conta da sociedade

Os dividendos, uma vez que já foram reconhecidos na equivalência patrimonial, quando distribuídos serão debitados a disponível e creditados em investimentos.

### 3.4 Reavaliação

A Lei 6404/76 introduziu a possibilidade de se avaliar os ativos pelo seu valor de mercado. Este procedimento denomina-se reavaliação.

De acordo com esta Lei, artigos 176 § 5º letra c e 182 § 3º, todos os elementos do ativo podem (não é obrigatório) ser reavaliados. Entretanto, o mais comum é a reavaliação do imobilizado. A respeito da reavaliação dos ativos permanentes, Iudicibus apregoa que "... o registro do valor de mercado dos ativos permanentes não tem sido um objetivo da Contabilidade; tais ativos estão para serem utilizados e explorados pela sociedade e não serem comercializados..."<sup>1</sup>. Entretanto, se não for efetivada a reavaliação, a contabilidade perderá um de seus objetivos: a avaliação do patrimônio.

Para realizar a reavaliação, a empresa deverá proceder conforme prescreve o artigo 8º da Lei 6404/76, transcrito

1. IUDICIBUS, Manual de contabilidade das sociedades por ações, op. cit., p. 410.

a seguir: " A avaliação dos bens será feita por três peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia geral..."<sup>1</sup>. Estes peritos ou empresa nomeados, deverão apresentar laudo fundamentado, relatando critérios e elementos de comparação e, os acionistas terão o direito de aprovar ou rejeitar o resultado do trabalho.

Feita a reavaliação, sua contabilização segue estes procedimentos:

- débito ao ativo reavaliado da diferença entre o valor do laudo e o constante anteriormente;

- crédito a reservas de reavaliação.

O ativo passa a ter um novo valor, não havendo necessidade de discriminar o valor anterior. A reavaliação deverá ser mencionada nas notas explicativas.

A depreciação será procedida com base no novo valor e na vida útil remanescente, a qual pode inclusive constar no laudo de reavaliação.

A realização do bem (uso ou venda) será contabilizada do seguinte modo:

- débito a reserva de reavaliação;

- crédito a conta de lucros ou prejuízos acumulados (reversão de reserva de reavaliação).

Em caso de venda, o saldo remanescente da reserva de reavalia-

---

<sup>1</sup>. BRASIL. Leis, decretos, etc., op. cit., p. 58.

ção será transferido integralmente para a conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo valor creditado nesta conta será adicionado ao lucro no livro de apuração do lucro real.

A reserva de reavaliação não deve ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos. Se isto ocorrer, o valor apropriado será tributado.<sup>1</sup>

A reavaliação é realizada sempre para aumentar o valor do ativo, e jamais para reduzi-lo. A seguir é apresentado um exemplo de contabilização da reavaliação, que poderá ser registrada de duas maneiras:

Seja o bem X contabilizado como segue:

Valor contábil .....	2000
Custo corrigido .....	4000
(-) Deprec. Acum. ....	(2000)

A reavaliação apresentou \$ 4000 como o valor de mercado do bem.

#### Primeira modalidade de registro

Valor contábil .....	4000
Custo .....	6000
(-) Deprec. Acum. ....	(2000)

Segunda modalidade de registro

E também a mais correta, uma vez que a reavaliação indica uma nova fase na vida do bem.

Valor contábil .....	4000
Custo .....	4000

Em ambos os casos credita-se \$ 2000 a reserva de reavaliação, e a depreciação passa a ter como base de cálculo os \$ 4000, em qualquer situação. A baixa da reserva de reavaliação será proporcional ao valor depreciado. Por exemplo, se for depreciado \$ 400 no ano, deverá ser debitado \$ 200 a reserva de reavaliação.